

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC

A NÃO CONSOLIDAÇÃO DE PROPOSTAS DE ESQUERDA NA DEMOCRACIA
LATINO-AMERICANA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E CHILE

CAMILO NEGRI

MARÇO DE 2005

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC

CAMILO NEGRI

**A não consolidação de propostas de esquerda na democracia latino-americana:
um estudo comparativo entre Brasil e Chile**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, especialista em estudos comparados sobre as Américas. Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Prof. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Brasília, março de 2005

RESUMO

A democracia liberal latino-americana, compreendida pelo conjunto de seus procedimentos – perspectiva denominada por Bobbio (2000, 2001) como restrita – não garantiu a consolidação de propostas de governo de esquerda. Essa concepção teórica considera a consecução de algumas regras o suficiente para garantir os fundamentos da democracia (Dahl, 1987, 2001).

A conclusão apresentada é fruto da comparação entre dois conjuntos de programas eleitorais, o de Luís Inácio Lula da Silva e o de Salvador Allende. O primeiro, eleito Presidente do Brasil em 2002, apresenta programas de governo em 1989, 1994, 1998 e 2002, sendo que a comparação das propostas econômicas de 1989 e 2002 permitiu compreender que as propostas de esquerda são abandonadas e a perspectiva que funda o programa se altera profundamente em prol da vitória eleitoral. O segundo, eleito Presidente do Chile em 1970, apresenta programas de governo em 1952, 1958, 1964 e 1970, sendo que a comparação entre as propostas econômicas de 1952 e 1970 mostra a consolidação da concepção de esquerda dentro do programa. Contudo, Salvador Allende é destituído de seu posto pelo golpe militar de 1973 e assim, não consegue consolidar a via chilena ao socialismo, conjunto de medidas expressas em seu programa.

Os dois casos estudados tiveram, apesar das diferenças, um mesmo problema – a não consolidação de propostas de esquerda – o que indicou um mesmo elemento analítico: a democracia. Essa se mostrou insuficiente para garantir a consolidação de propostas de esquerda na América Latina, o que impele a problematização da relação entre economia (capitalismo) e política (democracia) pela utilização de conceitos como o de Hegemonia de Gramsci.

Palavras-Chave: Esquerda, Democracia, Programas de Governo, Luís Inácio Lula da Silva, Salvador Allende.

ABSTRACT

The Latin-American liberal democracy, term defined by and understood as its group of procedures – prospect characterized by Bobbio (2000, 2001) as restrict – did not guarantee the consolidation of government's left proposals. This theoretical conception considers the existence of some rules, the minimum to guarantee the foundations of democracy (Dahl, 1987, 2001). The conclusion reached / presented is the consequence of the comparison between two groups of election programs, one of Luís Inácio Lula da Silva and the other from Salvador Allende. The first, elected president of Brazil in 2002, presents government proposals in 1989, 1994, 1998 and 2002. The comparison of the economical proposals of 1989 and 2002 allows comprehending that the left wing proposals are abandoned and the perspective that founds the program deeply changes in favor of the electoral victory. The second, elected president of Chile in 1970, presents government proposals in 1952, 1958, 1964, and 1970. The comparison between the first and the last economical proposals (1952 and 1970) shows the consolidation of the left wing inside the program, differently than the first president. However, Salvador Allende was taken out of his position by the coup d'état in 1973 and therefore, it wasn't possible to consolidate the "via chilena" to socialism, group of aims expressed in his program.

Both cases were analyzed and, besides the differences, had the same problem – the not consolidation of the left wing proposals – that indicated the same analitic element: democracy. The latter showed itself insufficient to guarantee the consolidation of left proposals in Latin-America, which makes necessary the reasoning of the relation between economy (capitalism) and politics (democracy) throught the utilization of concepts like Hegemony of Gramsci.

Key words: Left wing, democracy, government programs, Luís Inácio Lula da Silva, Salvador Allende.

Dedico aos meus pais, Nilton Negri e Sônia Pellegrino (*in memoriam*),
ao meu irmão Márcio (que segurou a bronca e ainda segura),
à minha namorada Rosana (em quem eu me seguro),
à minha tia Vera (pela segurança).

o mal dos que estudam as superstições é não acreditarem nelas. Isso os torna tão suspeitos para tratar do assunto como um biólogo que não acreditasse em micróbios.

Mário Quintana

Se numa cidade os cidadãos não tomam das armas porque estão aterrados pelo medo, não se pode dizer que aí exista paz e sim mera ausência de guerra. A paz não é pura ausência de guerra, mas virtude originada da força d'alma no respeito às leis (...). Uma cidade onde a paz é efeito da inércia dos súditos tangidos como rebanho e feitos apenas para servir merece antes o nome de solidão do que de cidade.

Espinosa

Eu sou mais parecido com uma minhoca, pensou. Que é também uma espécie de jardineiro. Ou uma toupeira, que também é um jardineiro, que não conta histórias, porque vive no silêncio. Mas quem encontra uma toupeira ou uma minhoca num chão de cimento?

J.M. Coetzee

AGRADECIMENTOS

Gostaria de poder listar aqui o conjunto de pessoas que tornaram possível a realização da presente dissertação de mestrado. Certamente isso é impossível. Não quero, contudo, cair nos chavões comuns nesse tipo de situação, em que existem mais desculpas por esquecimentos do que agradecimentos aos que são lembrados. Uma coisa é certa, quem realmente é importante, não está somente nesse espaço, ocupa outros ainda mais valiosos (e menos públicos). Aqui se trata de uma pequena seleção de pessoas destacadas nesses últimos minutos antes da impressão. Portanto, são um recorte daquela lista maior e mais sigilosa, feito sob efeito desses rápidos minutos finais. Agradeço sinceramente ao Henrique e a Sônia— eles permitiram fazer do seu lar também o meu (o que já é inestimável, imagina se pensarmos em todo o resto!). Ao Flávio, aos amigos daqui, de Porto Alegre e de outros lugares (todos tornaram possível). Ao Benício – pela ajuda na hora certa. Professora Geralda – pela orientação na qualificação do projeto. A Ivete que iniciou tudo isso.

Algumas instituições também se fizeram presentes na *consolidação* do trabalho e, embora não ocupem o mesmo espaço que as pessoas, também fazem parte dessa fundamental esfera da minha vida. É o caso da CAPES – pela bolsa de mestrado. Da UnB – pela estrutura acadêmica e principalmente pela moradia estudantil e alimentação. Do CEPPAC – pela formação, pelos docentes e pela direta possibilidade de realizar o trabalho. Ao DATA/UnB – pelo apoio para pesquisa de campo. E, por fim, a Fundação Salvador Allende – pelo seu pessoal, pelo material e pela confiança.

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo 1: Cenário Mundial e Latino-Americano: conseqüências e influências	16
I. Realidades diferentes	16
II. As superpotências mundiais	17
III. O fim da II Guerra Mundial e a divisão do mundo	19
IV. O fim da Guerra Fria – a derrota do socialismo soviético.....	22
V. Os panoramas chileno e brasileiro	26
Capítulo 2: A Esquerda Latino-Americana: sua participação nos processos eleitorais.....	37
I. Possibilidades para a esquerda.....	37
II. A esquerda desde uma perspectiva histórica.....	39
III. A esquerda desde uma perspectiva latino-americana	42
IV. A esquerda desde uma perspectiva chilena.....	44
V. A esquerda desde uma perspectiva brasileira	49
Capítulo 3: Programas de Governo e a Consolidação de Propostas de Esquerda	57
I. A construção dos dados.....	57

II. Luís Inácio Lula da Silva: análise dos programas de 1989 e 2002 ...	59
III. Salvador Allende: análise dos programas de 1952 e 1970	71
IV. Luís Inácio Lula da Silva e Salvador Allende: alterações dos programas e consolidação de propostas de esquerda	79
Capítulo 4: A Democracia e Seus Limites na América Latina	89
I. A questão da Democracia.....	89
II. A Democracia Contemporânea.....	91
III. Em busca de uma definição de Democracia	95
IV. Alguns limites da democracia	100
V. Brasil e Chile: programas de esquerda e democracia	103
Conclusão.....	106
Bibliografia	113
Anexos	118
Anexo 1	118
Anexo 2.....	131

INTRODUÇÃO

Nas eleições presidenciais brasileiras de 2002, ao que tudo indica, ocorreu um fenômeno que pode assinalar elementos importantes para a análise da democracia latino-americana. O candidato vencedor, Luís Inácio Lula da Silva, da coalizão Lula Presidente, seguiu uma estratégia que consistiu na progressiva transformação dos programas de governo apresentados nas eleições. Assim, o conjunto de propostas que compuseram o programa vitorioso se distanciou dos apresentados anteriormente, que, até então, o identificavam com a esquerda.

Nesse sentido, o caso de Lula se aproxima da descrição proposta por Tomas Moulian (1997), quando o autor analisa o cenário político chileno, o que pode indicar que o fenômeno vai além do caso citado, abrangendo outros países da América Latina¹. Moulian denomina como *Blanqueo de Chile* a transfiguração da esquerda chilena que, durante a ditadura de Augusto Pinochet, lutava contra os regimes político, econômico e social vigentes, mas que, com o fim da ditadura, passa a defender que “los fines de la economia solo requieren (se dijo) de ajustes, de cambios pequeños, mínimos. La única zona de cambios debia ser el sistema político” (Moulian, 1997, p.38).

O fenômeno, além de ir ao encontro das transformações por que passam alguns setores da esquerda em grande parte do mundo, também mostra que a democracia, considerada enquanto conjunto de regras, pode apresentar limites para a consolidação de projetos de esquerda. Esses limites se expressam, no caso de Lula, na busca pela viabilização eleitoral, quando o candidato vai gradualmente abdicando de reivindicações e propostas importantes da esquerda em função da vitória.

Existe, por outro lado, exemplo de propostas de esquerda na América Latina que não se modificaram em direção à direita. É o caso de Salvador Allende, candidato vencedor das

¹ Mais recentemente, o candidato vencedor das eleições presidenciais uruguaias, Tabaré Vázquez, da coalizão Encontro Progressista – Frente Ampla parece ter seguido a mesma estratégia adotada por Lula.

eleições presidenciais chilenas em 1970. As características de seu programa vão, ao contrário do que ocorre com Lula, dirigindo-se ainda mais à esquerda no transcorrer das suas tentativas eleitorais.

No caso de Allende, apesar das propostas não se alterarem no mesmo sentido que as de Lula, e possivelmente exatamente por isso, a expressão da não conformação do programa de esquerda é o golpe militar de 11 de setembro de 1973 – que impede a consolidação das propostas socialistas escolhidas pelos eleitores em 1970. O sistema democrático não garantiu a consolidação das suas propostas, visto que houve um golpe. Embora se possa questionar essa afirmação, ela se enquadra na constatação de Przeworski (1994) sobre a necessidade de aceitação dos derrotados no jogo democrático, da proposta vencedora. Isto não aconteceu no caso chileno, haja vista que os derrotados impediram a consolidação do projeto de Allende até o limite da tomada do poder através do golpe militar. Antes do enfrentamento armado entre o governo e os setores descontentes, houve a mobilização de parte da sociedade na tentativa de legitimar a queda do governo por vias institucionais.

Assim, a presente dissertação de mestrado tem por objetivo discutir por que não foi possível consolidar programas de governo de esquerda, dentro do sistema democrático latino-americano, tendo como casos empíricos o Brasil de Lula e o Chile de Allende. O argumento defendido é que os programas de esquerda não se consolidam devido a características da democracia latino-americana.

A idéia contemporânea de democracia, como expressa Dahl (1989, 2001), tem a sua origem na série de Revoluções Burguesas – França, Inglaterra e Estados Unidos. Na América Latina, conforme Castro (1998, p.34), “ao contrário do que acontece com os povos chamados desenvolvidos, a democracia liberal não é tão natural”. Uma série de fatores de ordem econômica, social e cultural, integrados ao modelo político desses países, que deram origem à atual democracia, está ausente na América Latina. Desta forma, a análise aqui realizada sobre a democracia latino-americana se inspira na perspectiva chamada de restrita por Bobbio (2000). Essa perspectiva considera fundamentais apenas alguns poucos e específicos elementos constitutivos da democracia que devem, por sua vez, garantir os quesitos mínimos que caracterizam as democracias liberais originais.

Esses elementos, uma vez dispostos na sociedade e garantidos institucionalmente, tornariam possível o exercício democrático. Dito de outra forma, tratar-se-ia de um conjunto

mínimo e básico de elementos cuja existência garante os princípios da democracia, dentre eles, a distribuição equitativa e a possibilidade de igualdade de disputa do poder. Além disso, esse conjunto de características básicas torna viável a análise teórica, uma vez que constituem-se de critérios objetivos e formais que por si só conformam o sistema democrático.

É dentro do sistema democrático que Luís Inácio Lula da Silva (Lula), do Partido dos Trabalhadores (PT), e Salvador Allende Gossens, do Partido Socialista do Chile (PS), se tornaram presidentes dos seus países, ambos na quarta tentativa.

Lula ostentou, durante a campanha vitoriosa, em 2001, o passado vinculado às camadas pobres da população e à possibilidade de ser o primeiro Presidente da República de origem popular. Porém, deixou claro em seu discurso um pretense amadurecimento intelectual e político em relação à sua trajetória de líder sindical, o que lhe distanciou da imagem de opositor irresponsável que havia sido construída e imputada na sua história política.

O caso de Salvador Allende, da coligação *Unidad Popular*, vitoriosa nas eleições de 1970, tornou-se um modelo de inspiração para os partidos e políticos de todo o mundo identificados com a esquerda e com a democracia. Isso se deve, principalmente, pela *via chilena* ao socialismo, forma que Allende encontrou para implantar um modelo de transição para o socialismo, respeitando as instituições políticas democráticas do país. (Sader, 1991).

Ambos os candidatos são identificados com a esquerda (mesmo que de formas distintas) e suas propostas foram viabilizadas eleitoralmente. No caso chileno, desde a década de 1930, a democracia havia encontrado estabilidade suficiente para ser considerada um exemplo para a América Latina, que até então apresentava uma realidade pouco aprazível à democracia². Somente com o golpe e a conseqüente derrubada do governo de Salvador Allende no dia 11 de setembro de 1973 é que essa situação será rompida.

² Para Salazar e Pinto, embora alguns teóricos possam considerar que o Chile possui o “sistema estatal (...) más estable de América Latina y el que há logrado superar sus crisis com las soluciones más racionales y de mayor consenso” (1999, p.13), há de se questionar, assim como Sartori, se, além de estabilidade, existe eficiência: “la estabilidad gubernamental indica mera duración; los gobiernos pueden tener larga vida y a la vez ser impotentes: su duración no constituye de manera alguna un indicador de eficiencia o eficacia. (Sartori, Giovanni. Ni presidencialismo ni parlamentarismo. In: Godoy, O (org). Cambio de régimen político. Santiago, 1992. Apud: Salazar e Pinto, 1999, p.14). Todavía, a consideração não desfaz a constatação da estabilidade democrática chilena.

O caso brasileiro, na eleição de Lula, remete-nos ao inverso: passados dezessete anos de uma ditadura militar que durou aproximadamente vinte, e de um processo de redemocratização instaurado pelos próprios militares, se realizou a quarta eleição direta à Presidência da República desde o golpe de 1964. Além disso, passou pelo impedimento do primeiro presidente eleito de forma direta, Fernando Collor de Melo, em 1992, devido a acusações de corrupção.

¶ Especificamente, o presente estudo realiza uma comparação da trajetória das propostas dos dois principais programas eleitorais da esquerda latino-americana até a sua viabilização eleitoral. Ao se compararem sistemas, devemos tornar claro o que existe em comum entre eles. Isso quer dizer que o método comparativo passa primeiramente por uma homogeneização, ou seja, pelo estabelecimento de um critério que possa identificar os elementos comparados, sendo que homogeneidade e heterogeneidade “não existem in natura; são classes propostas pela lógica classificatória, vinculadas, portanto, a nossos critérios de classificação” (Sartori, 1997, p. 209).

¶ Dentro de um sentido histórico, pode tornar-se inviável tentar homogeneizar os casos, posto que são períodos extremamente distintos e que guardam poucos elementos em comum. Isso, por si, já fornece indicações sobre algumas razões que justificam os diferentes rumos adotados pelos candidatos. A queda do muro de Berlim é o principal marco físico e simbólico dos diferentes momentos mundiais em que estão situados os dois casos. O fim da experiência socialista do leste europeu encerra uma era – dos Extremos, como define Hobsbawm (2003) – e dá início à outra, em que as ordens política e econômica se reduzem à democracia liberal e ao capitalismo. Assim, instaura-se um período em que a égide política, econômica e militar pertence apenas a um país, os Estados Unidos da América, já denominado por alguns teóricos como Império (Negri, 2000; Fiori, 1998)³, em decorrência deste domínio mundial. Esse é um dos principais aspectos de distinção do período contemporâneo em relação à década de 1970, quando, em plena Guerra Fria, Allende é eleito tendo um modelo de socialismo real, ou seja, uma definição singular, histórica, concreta e imponente de esquerda.

³ Cabe deixar clara a distinção na abordagem dos dois pensadores citados sobre a idéia de Império: para Antonio Negri, os EUA seriam um portador das exigências de uma nova ordem mundial, denominada Império. Para o autor, estamos vivendo uma nova fase do capitalismo em que as fronteiras dos Estados-Nação se desfazem, eliminando a soberania nacional. José Luís Fiori, por sua vez, parte de um pressuposto contrário: não se trata do fim das fronteiras nacionais e sim de uma reformulação da organização da soberania dos Estados-Nação. Entre uma série de outros importantes autores, os dois se assemelham na crítica ao atual papel desempenhado pelos EUA no planeta.

A noção de esquerda é uma das mais evidentes transformações políticas vistas nas últimas décadas do século XX. A quase inexistência de certezas em relação à esquerda atualmente contrasta com as características tão bem definidas que esta possuía até pouco mais de uma década atrás. O conceito aparentemente perde a sua concretude, e, na prática política, a esquerda se torna algo diferente, o que, certamente, dificulta a sua compreensão.

Cabe elucidar que, embora existam autores que sustentem o fim da esquerda (Przeworski, 1994), ou pelo menos da validade da distinção entre esquerda e direita (Giddens, 1996), o presente estudo concorda com outros autores, como Ranincheski (1998) ou Bobbio (2001), para quem a díade ainda é significativa e explicativa.

Embora ser de esquerda possa representar uma composição e visões de mundo diferentes durante a história, e isso fique claro na comparação entre as duas séries de campanhas à presidência, no caso de Lula (após o fim da experiência socialista soviética) e no caso de Allende (durante a Guerra Fria), a mudança na linha geral das propostas de Lula pode representar mais do que uma simples adequação aos novos significados do conceito e das práticas de esquerda advindas e delineadas pela historicidade do conceito.

Allende, por sua vez, acompanha a disputa mundial entre socialismo e capitalismo, definindo-se claramente a favor do primeiro. Isto lhe permitirá manter e aprofundar propostas de esquerda em seu projeto de governo. Contudo, lhe custará posteriormente a própria vida, devido ao golpe que inseriu uma ditadura militar na presidência chilena. A ditadura comandada pelo general Augusto Pinochet marca o fim da longa experiência democrática daquele país e impede a consolidação da *via chilena* ao socialismo. O rompimento da democracia no Chile, exatamente por se efetivar contra a tentativa socialista de Allende, leva a considerar que não se trata apenas de uma situação conjuntural pela qual passou a América Latina naquele período histórico. O impedimento da consolidação das propostas allendistas delinea uma problemática que vai além da repetição histórica de eventos políticos.

Há a necessidade de uma explicação para esses casos que vá além das circunstanciais, como a opção pragmática em relação à determinada linha de programa de governo, apresentado aos eleitores especificamente em virtude da busca de seus votos. O pragmatismo eleitoral certamente permeou as decisões dos dois candidatos, mas não abarca totalmente a realidade descrita, dado que os programas não se modificaram na mesma direção. Ou seja, as propostas de governo de Lula vão se distanciando da esquerda e as de Allende,

não. A conjuntura fornece uma rica possibilidade explicativa, especialmente quando pensamos nos dois casos isoladamente. Porém, está na compreensão do que há de semelhante entre estes dois processos diferentes – o rompimento do governo de esquerda, no caso de Allende, e o rompimento da linha programática de esquerda, no caso de Lula – a explicação de por que não foi possível consolidar programas de governo de esquerda dentro do sistema democrático latino-americano⁴. Dito de outra forma, somente quando se analisam os dois casos simultaneamente, vistos a partir de um mesmo referencial teórico, se pode chegar a uma resposta mais adequada e completa. No presente trabalho, a tentativa de explicar a não-consolidação de programas de esquerda na América Latina segue o caminho da discussão da democracia latino-americana por se tratar de um elemento comum aos dois casos e que deveria garantir um cenário propício ao desenvolvimento de qualquer proposta política.

Para a consecução dos objetivos propostos, o presente trabalho está dividido em quatro partes, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo apresenta uma contextualização histórica que abarca eventos históricos mundiais relacionados com a esquerda no século XX, assim como os principais elementos que moldam o período que compreende as campanhas eleitorais dos presidentes Lula e Allende. Dito de outra maneira, o primeiro capítulo tem por objetivo salientar as diferenças e as similitudes entre o Chile no período histórico que compreende os anos de 1952 a 1970 e o Brasil no período que compreende os anos de 1989 a 2002. As diferenças se expressam, em termos mundiais, principalmente em relação ao cenário político de disputa entre duas concepções ideológicas, o capitalismo e o comunismo, durante a Guerra Fria, e o fim da experiência socialista soviética, que dá margem à solidificação do capitalismo norte-americano e acaba com a divisão do mundo entre duas superpotências.

A influência deste contexto histórico atinge o conceito esquerda que, por sua vez, se altera, assim como ocorre com o conceito de direita e com quase todos os conceitos a eles relacionados. É importante salientar que essas modificações não ocorrem espontaneamente, mas por intermédio da ação dos atores que fazem parte do processo histórico. Isso impele a discussão sobre o que foi e o que é, hoje, o conceito de esquerda. Embora não possamos considerá-la como um bloco de pensamento unitário, ou seja, mesmo que se saiba que em um período histórico determinado não existe apenas uma única perspectiva teórica que abarque a idéia de esquerda, a discussão é importante para o presente estudo, uma vez que visa à

⁴ Sobre comparação de casos semelhantes e casos diferentes, ver Przeworski, 1970.

comparação dos programas de esquerda na América Latina. É preciso saber, portanto, se é possível analisar os projetos de Allende e de Lula a partir dessa perspectiva. Mesmo se tratando de momentos históricos distintos e de visões diferentes de esquerda, estão envolvidos, além das novas configurações historicamente determinadas, as opções práticas dos atores políticos.

Essa discussão sobre a esquerda, guardada para o segundo capítulo, tem por objetivo compreender as diferenças existentes na esquerda durante os dois períodos distintos abrangidos pelo presente estudo: os anos que vão do início da década de 1950 até os primeiros anos da década de 1970 (no caso chileno) e os anos que vão de meados da década de 1980 até o ano de 2002 (no caso brasileiro). Se essas diferenças existem de fato, também se expressam influenciando as propostas de governo de esquerda. Da mesma maneira, as diferenças entre os países, incluindo as práticas políticas, as visões de mundo, a cultura política, as instituições, entre outros, também podem modificar o conceito de esquerda e, portanto, influenciar as propostas dos candidatos. Assim, além de tentar compreender a partir de momentos históricos distintos, também se tratará do que é ser esquerda nas respectivas conjunturas do Brasil e do Chile.

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar os elementos que compõem a dimensão empírica do presente trabalho; porém, isso é feito através de uma descrição que tenta sintetizar o vasto material estudado e analisá-lo empiricamente. Foi realizada a comparação dos programas eleitorais de Lula e de Allende. Desta forma, o capítulo é composto pelo conjunto de propostas econômicas que formam os programas de governo dos candidatos Lula e Allende em suas primeiras e últimas campanhas eleitorais. É importante destacar que, apesar de ambos os candidatos terem apresentado programas de governo em quatro eleições, a análise que se realiza está baseada nos primeiros e últimos programas de cada candidato. Esse recorte empírico foi efetuado devido ao enfoque da pesquisa, que tem como objetivo compreender as transformações das propostas de governo dos candidatos. Assim, ao selecionar apenas os extremos (no caso de Allende os programas de 1952 e 1970 e no caso de Lula os programas de 1989 e 2002) se está optando por compreender as questões que sofrem maiores modificações ou, pelo menos, aquelas que talvez sejam as mais decisivas. Além disso, tomando essa medida, as mudanças nas propostas tornam-se mais nítidas e o estudo documental conforma-se ao tempo disponível e aos outros limitadores comuns de uma dissertação de mestrado.

Em relação aos mesmos limitadores peculiares de uma dissertação de mestrado é importante salientar ainda que o caráter do presente estudo – uma comparação envolvendo dois países – poderia tornar inviável a sua consecução em função das reduzidas possibilidades de realizar pesquisa de campo em outro país. Contudo, devido ao apoio institucional e ao financiamento conquistado foi possível a realização de pesquisa de campo no Chile, durante o mês de janeiro de 2004, tornando viável a coleta do material empírico necessário para se atingir os objetivos propostos.

O outro recorte realizado se refere ao conteúdo dos programas. A opção por trabalhar apenas com as propostas relativas à economia se deveu à concepção de que é nesse âmbito que se percebem mais claramente as tensões próprias do espectro ideológico esquerda-direita, ainda mais quando consideramos a participação na democracia. Conforme Robert Dahl, “jamais houve experiência histórica que juntasse as instituições democráticas com uma economia centralmente dirigida em tempos de paz” (Dahl, 2001, p.189). Para o autor, o livre mercado capitalista está casado à democracia, por origem e por necessidade. Os efeitos desse casamento podem ser percebidos quando se analisam as propostas econômicas e podem ser mais objetivamente sentidos por aquelas propostas que se opõem ou, pelo menos, esboçam oposição ao capitalismo.

Com isso pretende-se compreender o que aconteceu com ambos os programas de governo: se propostas econômicas de esquerda se consolidam dentro dos programas ou vão se alterando para atingir a vitória.

Um aprofundamento teórico é realizado no quarto e último capítulo, quando, de forma mais específica, é feita a discussão do conceito de democracia, tendo em vista os problemas e virtudes do confronto com a realidade latino-americana e com os casos empíricos estudados e a busca por compreender como a democracia latino-americana pode apresentar limites que venham a influenciar a consolidação de propostas de esquerda. Isso é realizado tendo como base a comparação das transformações sofridas pelos programas de governo de Lula e Allende e o conhecimento dos eventos que findam a experiência chilena de governo socialista.

A divisão e a forma em que os capítulos estão apresentados no presente trabalho refletem o amadurecimento intelectual inerente à feitura da própria dissertação. Assim, o

conteúdo e a organização aparentemente formal do texto nada mais são do que expressão do processo de aprendizado pelo qual o próprio autor passou.

CENÁRIO MUNDIAL E LATINO-AMERICANO: CONSEQÜÊNCIAS E INFLUÊNCIAS

I. Realidades diferentes

O exercício de comparação necessita que elementos da análise sejam homogeneizados, ou seja, para comparar é necessária a existência de elementos comuns. O presente estudo trata de períodos históricos extremamente heterogêneos que, exatamente por isso, influenciam diretamente nas diferenças entre os programas. São, portanto, um recurso fundamental para compreender os caminhos distintos adotados nos programas de governo estudados e assim, não devem ser homogeneizados.

O presente capítulo pretende, desta forma, destacar o panorama histórico em que as propostas de Salvador Allende e Luís Inácio Lula da Silva se inserem. Essa contextualização é particularmente valiosa por se tratarem de propostas de esquerda que se reconfiguram de forma acentuada em função do momento histórico e das condições políticas mundiais. Enseja-se discutir aqui tanto o cenário mundial quanto o local, para tornar clara as distinções presentes nos dois casos.

Neste sentido, o século XX é marcado por uma grande quantidade de eventos que estão diretamente ligados ao momento histórico em que se situam os projetos de Allende e de Lula. Entre esses, os mais importantes são as duas grandes guerras mundiais (1914-1918/1939-1945), a Revolução Russa (1917), a crise econômica de 1929, a Guerra Fria (1945-1991) e a queda do Muro de Berlim (1989). Os dois principais atores nesse período são os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), países que, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, representam sistemas político-

econômicos antagônicos (capitalismo e comunismo, respectivamente) e atuam para manter sob a sua influência as zonas geopolíticas em que exercem domínio.

A América Latina envolve-se diretamente com grande parte dos principais acontecimentos do período, assim como sofre grande influência de EUA e URSS. Desta forma, o cenário no qual estavam envoltas as propostas de Salvador Allende e Luís Inácio Lula da Silva é marcado pela existência de uma disputa entre dois modelos antagônicos, no primeiro caso; e pela existência de um modelo hegemônico, no segundo.

II. As superpotências mundiais

Conforme Hobsbawm, devido à Guerra Fria, “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade” (2003, p. 224). Essa situação resultava do novo arranjo mundial, que consistia na divisão explícita do mundo entre dois sistemas, o comunista e o capitalista. As causas da disputa, engendrada através da divisão (capitalismo-comunismo) são tratadas de forma diferenciada pelos estudiosos, de “mera luta pelo poder entre superpotências, visando a dominação mundial” ao estabelecimento dos culpados: “seja o ‘expansionismo soviético’ (de caráter político), seja o ‘imperialismo americano’ (de viés econômico)” (Vizentini, 2000, p. 197).

É importante compreender que, mesmo antes da II Guerra, os EUA já eram a maior potência capitalista do mundo. Em 1913, o país participa com um terço da produção industrial mundial e assim, além de suprir as necessidades internas, tende à exportação. É, também, um dos maiores importadores de matéria-prima, principalmente da América Latina (Basbaum, 1991).

Com o fim da I Guerra Mundial, grande parte do território e da economia europeus estavam devastados. Para os EUA, “a guerra não apenas reforçou sua posição como maior produtor industrial do mundo, como transformou no maior credor” (Hobsbawm, 2003, p.101). Assim,

assumiram a hegemonia econômica em escala planetária (...) pois fizeram vultosos empréstimos aos países envolvidos no conflito, tanto a vencedores quanto a

vencidos. Dessa forma, contribuíram para a recuperação econômica da Europa, ao mesmo tempo que financiavam as próprias exportações. (Arruda, 2000, p. 13).

Contudo, em 1929, a queda da bolsa de Nova Iorque leva a uma década de crise sem precedentes no mundo capitalista. Países são jogados à miséria, o liberalismo econômico fracassa, os Estados Unidos, grande bastião do Mercado Livre, faz recuar a sua lógica econômica, além de impulsionar a criação do *Welfare State*.

A Rússia, por sua vez, se configurou, a partir da Revolução de 1917, como “um corpo estranho dentro do sistema internacional” (Vizentini, 2000, p. 197). Em 1922, lidera a composição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), mesmo que ainda permanecesse uma sociedade predominantemente rural. A Rússia já era uma potência europeia desde a derrota da invasão napoleônica, um século antes (Filho, 2000); porém, estava submetida a uma realidade de exploração no campo e de baixos índices de industrialização que somente a partir de 1930 passa a ser invertida (Hobsbawm, 2003).

É exatamente no mesmo momento em que ocorre a maior crise no sistema capitalista, decorrente da quebra da bolsa de Nova Iorque, que a URSS apresenta níveis de crescimento mais impressionantes: “entre 1929 e 1932, o setor elétrico cresceu de 5 mil quilowatts para 13,5; a produção de petróleo passou de 11,6 milhões de toneladas para 28,5; e o número de tratores aumentou de 27 mil para 148 mil”(Ferreira, 2000, p.86)⁵. Esse resultado é advindo da importação em massa de equipamentos, técnicos e tecnologia do ocidente e da exploração da produção rural⁶ e da mão-de-obra industrial⁷. Devido ao seu grande desenvolvimento, em contraste à recessão dos países capitalistas, a URSS se tornará uma alternativa real de desenvolvimento sócio-econômico, principalmente para os países do então chamado terceiro mundo e para aqueles arrasados pela Grande Depressão. Todavia, é somente após a II Guerra Mundial que a URSS se torna uma superpotência mundial com influência semelhante à dos Estados Unidos.

⁵ Se o intervalo de tempo é ampliado, os números são mais surpreendentes: de 1928 a 1938 “a produção de carvão passou de 30 milhões de toneladas para 133; (...) de aço, de 4 milhões de toneladas para 18; de automóveis, de 1,4 mil unidades para 211 mil” (Netto, 1985, p.40 e 83).

⁶ Para pagar aos países ocidentais, a produção de trigo era vendida, mesmo se não houvesse o suficiente para o consumo interno.

⁷ Os trabalhadores soviéticos eram submetidos a cargas horárias extremamente elevadas para poder cumprir as metas dos planos quinquenais (planos de produção elaborados pelo Estado soviético).

III. O fim da II Guerra Mundial e a divisão do mundo

O fim da II Guerra Mundial é marcado pelo delineamento claro dos dois blocos de influência política e econômica no mundo: um liderado pelos EUA e outro liderado pela URSS. São dois os elementos que definem o status de negociação adquirido tanto pelo representante do capitalismo, quanto pelo do comunismo, no pós-guerra. O primeiro é o fato de ambos já serem potências; o segundo, e mais importante, é a atuação vitoriosa durante a guerra. Todavia, esse segundo ponto em comum também apresenta distinções importantes: um dos principais definidores da derrota alemã na URSS foi o inverno soviético⁸ estrategicamente conjugado uma tática de “terra arrasada”⁹ que impossibilitaram o avanço germânico através da famosa *blitzkrieg*¹⁰; os EUA, por sua vez, possuíam a tecnologia de armamentos mais desenvolvida e um elevado arsenal, além de um exército numeroso que entrou efetivamente na guerra em um momento de desgaste do Eixo¹¹.

É verdade que houve duas diferenças que forneceram aos EUA e a URSS condições desiguais na partilha geopolítica. A primeira se refere aos impactos do conflito sobre a situação geral dos países: a URSS é cenário de guerra; portanto, teve perdas elevadas. Os EUA praticamente não foram atacados em seu território¹², e, assim, saíram da guerra ainda mais fortificados econômica, militar e politicamente. A segunda, e igualmente importante condição, é o desenvolvimento, a posse e a utilização da bomba atômica. O armamento é apresentado ao mundo pelos Estados Unidos, nos dias seis e nove de agosto de 1945. Ou seja, é aproximadamente três meses após a rendição alemã que o Japão irá experimentar os efeitos da arma mais potente já construída pelo homem, e que servirá como grande contentivo no período da Guerra Fria.

O ataque nuclear ao Japão teve clara conotação política contra os soviéticos, já que

⁸ O ataque nazista à URSS foi muito bem sucedido. Cerca de 3 milhões de soldados soviéticos foram mortos ou aprisionados. Contudo, quando chegou o mês de outubro, as chuvas abundantes transformaram o campo de batalha em lama, impedindo a movimentação dos tanques, e o frio intenso danificou o armamento alemão. (Gonçalves, 2000, p.178).

⁹ À medida em que o exército alemão adentrava em território russo, as forças soviéticas se retiravam, acabando com reservas locais de mantimentos e todo material útil a sobrevivência ou ao deslocamento alemão.

¹⁰ Guerra relâmpago.

¹¹ A guerra foi disputada entre dois grupos de países mais importantes: os do Eixo - Alemanha, Japão e Itália – e os Aliados – EUA, URSS, Inglaterra. Ambos os grupos eram formados ainda por países que os apoiavam.

¹² Na verdade, os EUA foram atacados em algumas poucas situações, como no ataque japonês a base Pearl Harbor, na ilhas Hawaii, no dia 7 de dezembro de 1941. Porém, esse fato difere bastante do enfrentado pelas nações européias. Basta lembrar que os EUA não tiveram nenhuma cidade importante atacada e que a URSS teve 17.000.000 de mortos durante a guerra e os EUA 300.000 (fonte: Y.Durand “Naissance de la guerre froide”, Paris, p. 47).

o general Groves, responsável pelo Projeto Manhattan (produção da bomba A), afirmara em 1942 – em plena vigência da aliança EUA-URSS – que esta seria uma importante arma contra a União Soviética! (...) Ora, em 1945 a derrota germano-japonesa era certa e a verdadeira política podia sair à luz do dia. Mas somente com o bombardeio nuclear de Hiroshima e Nagasaki, Stalin se daria conta da amplitude da mudança ocorrida. (Gonçalves, 2000, p. 199).

Na série de reuniões entre os três principais líderes dos países aliados, que se iniciam em Yalta, antes mesmo do fim da guerra, havia se acordado que “os países limítrofes com a URSS na Europa não deveriam possuir governos anti-soviéticos, como forma de garantir suas fronteiras ocidentais” (Vizentini, 2000, p. 198). Os EUA, por sua vez, preocuparam-se em criar as bases para uma Nova Ordem Mundial. Em Bretton Woods, nos arredores de Nova Iorque, realizou-se uma conferência que determinaria as diretrizes econômicas futuras. Com a presença de 44 delegados de diversos países, inclusive da URSS, foi criado o FMI, Fundo Monetário Internacional, que regularia as relações financeiras entre os países, e o BIRD, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, responsável pela recuperação das economias combatidas pela guerra. Decidiu-se também, que as transações econômicas internacionais seriam realizadas com o dólar sendo lastreado pelo ouro. Como os EUA possuíam a maior reserva aurífera do mundo (provavelmente perfazendo 60% do total) e a sua moeda - o dólar - era a única conversível por todas as outras, isto fez com que sua liderança fosse quase incontestável no pós-guerra (Hobsbawm, 2003).

Enquanto a URSS tentava restabelecer sua economia em tempos de paz, desmontado seu exército pela falta de mão-de-obra e retomando o comunismo de guerra (que marcou o rápido desenvolvimento econômico dos anos 30), os EUA anunciavam seus planos globais de controle político, econômico e militar.

Os dois pilares fundantes da Guerra Fria são a Doutrina Truman e o Plano Marshal, estratégias para a contenção do sistema soviético. A Doutrina Truman é anunciada em março de 1947 e previa que as Forças Armadas norte-americanas estariam disponíveis para intervir em escala mundial, sob o pretexto de evitar agressões a países aliados ou subversões insufladas pelo movimento comunista internacional. Surgia a idéia de uma polícia planetária, cujo objetivo era conter qualquer eventual avanço soviético.

Com o Plano Marshal, também de 1947, seriam disponibilizados mais de 13 bilhões de dólares para que a Europa pudesse voltar as condições políticas e sociais nas quais as

instituições consideradas livres pelos EUA pudessem existir. O intuito era evitar os partidos comunistas. O plano foi adotado pela Europa, com exceção da URSS, que proibiu os países sob sua influência de o utilizarem (Hobsbawm, 2003).

Devido à doutrina Truman, os EUA intervieram na Guerra da Coréia (1950-53) e na Guerra do Vietnã (1962-75), assim como derrubaram os regimes de Mossadegh no Irã (1953) e o do General Jacobo Arbenz na Guatemala (1954). Apoiaram a invasão de Cuba contra Fidel Castro (1961), e, com a criação da Escola das Américas, no Panamá, treinaram os militares latino-americanos na contra-insurgência, criando vínculos que mais tarde, facilitariam a seqüência de golpes de Estado realizados na América Latina¹³.

Nos EUA, o sentimento anticomunista gera um comitê de atividades anti-americanas ou de “caça aos comunistas”¹⁴. A expansão dessa visão para a América Latina ocorreu a partir de 1947, com a assinatura do Tratado Inter-Americano de Auxílio Recíproco, no Rio de Janeiro. Conforme ele, as nações latino-americanas formariam uma frente, caso houvesse agressão externa. Isto inseriu os militares latino-americanos diretamente na lógica da Guerra Fria através do conceito de *defesa mútua*.

Em 1948, os países europeus liderados pelos EUA, formaram a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para proteger a Europa Ocidental de um eventual ataque soviético. A motivação para essa aliança deveu-se à crise de Berlim¹⁵. A série de importantes tratados se encerra com a criação da OTASE (Organização do Tratado da Ásia Sudoeste), em 1954, devido às guerras da Coréia (1950-53) e do Vietnã (1945 -1954 e 1962-75), que poderiam ameaçar a hegemonia norte-americana na Ásia.

A URSS irá criar três instâncias principais, visando a atuação mundial. O Comitê de Informação dos Partidos Comunistas e Operários (Kominform), constituído em 1947. Sua função era unificar a ação comunista na Europa Oriental – transmitindo a orientação soviética

¹³ Em decorrência da Revolução Cubana de 1959, os EUA passam a se preocupar com a “insurgência interna” nos demais países do continente. A luta anticomunista interna, estendida aos governos populistas, considerados aliados dos comunistas, levou-os à apoiarem golpes militares, que instituíram os Estados de Segurança Nacional (Brasil em 1964; Argentina em 1966 e novamente em 1976; Peru e Equador em 1968; Uruguai e Chile em 1973).

¹⁴ Em nome dos valores democráticos e contra o comunismo, surgiu o macartismo, um movimento conservador que estremeceu os Estados Unidos nos anos 50. Criado pelo senador Joseph McCarthy, desencadeou uma feroz campanha anticomunista, onde muitos foram presos apenas por serem suspeitos de pertencer ao Partido Comunista ou de simpatizar com os ideais socialistas, dentre os atingidos estava, inclusive, Harry White, porta-voz americano na criação do FMI em Bretton Woods (Hobsbawm, 2003).

¹⁵ Quando os EUA decidiram reerguer a indústria pesada alemã, Stalin ordenou então o bloqueio por terra a Berlim, em protesto contra uma futura República Federal Alemã, vinculada aos norte-americanos.

aos partidos comunistas – e garantir o controle político sobre o Leste europeu – através da coleta de informações. A segunda instância foi algo equivalente ao Plano Marshal e se chamou Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon). Lançado em 1949, tinha como orientação a planificação econômica em prol da ajuda na reconstrução do Bloco Socialista. E, por fim, o Tratado de Assistência Mútua da Europa Oriental (Pacto de Varsóvia), de 1955, que se conformou como uma aliança militar, composta por países da Europa Oriental e a URSS.

Neste período, EUA e a URSS disputavam zonas de influência mundial. Além de lutar para preservar suas fronteiras de invasões inimigas, ainda ambicionavam acrescentar novos territórios. Para isso, utilizavam instrumentos políticos, militares ou econômicos, operando como modelo e por intermédio de propagandas. Outro elemento importante da disputa é a atuação dos serviços secretos, que forneciam informações militares, influenciavam governantes e golpes de Estado e impediam a destruição mútua inevitável¹⁶.

Para Hobsbawm, a principal diferença entre a atuação das duas superpotências se reflete da seguinte maneira: a URSS, “não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho”, já que Stalin, “acreditava que o capitalismo seria inevitavelmente substituído pelo comunismo” (2003, p.230). Os EUA, por sua vez, estavam engajados no anticomunismo, como declarou John. F. Kennedy: “vamos moldar nossa força e nos tornar os primeiros de novo. (...) Quero que o mundo se pergunte não o que o Sr. Kruschev está fazendo. Quero que eles perguntem o que os Estados Unidos estão fazendo.” (Hobsbawm, 2003, p.234).

IV. O fim da Guerra Fria – a derrota do socialismo soviético

A vitória do capitalismo se deu paulatinamente; contudo, nos últimos momentos, a URSS pareceu seguir a “teoria do dominó”¹⁷ predita ao revés pelo Secretário de Segurança dos EUA, Henry Kissinger. Em outubro de 1964, o então dirigente soviético Nikita Khrushchev dá lugar a Leonid Brejnev, que irá governar até 1982. No início dos anos 80, a

¹⁶ Conforme Hobsbawm, durante esse período ficou conhecida a sigla MAD (*mutually assured destruction*) em referência ao possível embate nuclear entre EUA e URSS, que acabaria com toda a vida humana (2003, p.224).

¹⁷ A idéia é que se um país fosse vencido pelo comunismo, os seguintes cairiam sucessivamente, como ocorre com as peças de dominó enfileiradas.

economia soviética encontrava-se à beira do colapso. A maior parte do parque industrial estava obsoleta. Os níveis de produção caíam. A qualidade de vida tornava-se insatisfatória. Em algumas regiões, como no Cáucaso, mais de um terço da população economicamente ativa estava sem trabalho.

Na realidade, a partir de 1973 até meados de 1993 a crise atinge ambos os lados, com exceção de alguns países asiáticos. Do lado capitalista, a “pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade (...) reapareceram depois de 1973” (Hobsbawm, 2003, p.396). E, do lado comunista, “era claro que não só o crescimento econômico estava ficando para trás, mas mesmo os indicadores sociais básicos” (Hobsbawm, 2003, p.457). Se, nos anos 30, os soviéticos não compartilharam da depressão, pois não estavam tão inseridos no mercado mundial, na década de 70, além dos sérios problemas internos, a economia da URSS ainda tinha o agravante de um maior relacionamento internacional. A “era da estagnação”, como foi denominado o período Brejnev pelos reformistas e opositores, foi, conforme Hobsbawm, marcado pela imobilidade frente a uma economia em declínio:

comprar trigo no mercado mundial era mais fácil que tentar resolver a aparentemente crescente incapacidade da agricultura soviética de alimentar o povo da URSS. Lubrificar o enferrujado motor da economia com um sistema universal e onipresente de suborno e corrupção era mais fácil que limpá-lo e resintonizá-lo, quanto mais substituí-lo. (Hobsbawm, 2003, p.458).

Apesar da crise e da inexistência de investimentos no desenvolvimento da produção, a URSS consegue se sustentar porque era um grande produtor de petróleo, e o preço do barril triplicou durante a crise do petróleo, em 1973. Porém, com a morte de Brejnev, em 1982, restou apenas uma União Soviética estagnada. Político da linha dura do Partido, Brejnev desenvolveu ainda mais as Forças Armadas e a burocracia; contudo, não realizou a reforma necessária para se enfrentar a crise. Em seu lugar, assume Yuri Andropov, que inicia um processo de mudanças na economia e combate à corrupção na administração do Estado.

Andropov estaria bem informado sobre a difícil situação do país, em virtude de suas ligações com a KGB¹⁸, por isso, teria antecipado as reformas para evitar a eclosão de movimentos sociais e trabalhistas. Ficou no poder até a sua morte em fevereiro de 1984. O seu sucessor, Konstantin Tchernenko, assumiu já em condições precárias de saúde. Governou apenas durante 11 meses, até morrer em março de 1985. A sua indicação foi um modo de

¹⁸ Andropov tinha trabalhado por 15 anos na KGB, a agência de espionagem soviética.

adiar a questão sucessória, até que se chegasse a um acordo entre dois grupos: os herdeiros políticos de Brejnev, que não desejavam reformas, e a ala mais jovem, que pretendia realizar mudanças políticas e econômicas no país.

A partir de março de 1985, o Partido Comunista da União Soviética se expressou a favor de mudanças, elegendo Gorbachev para o cargo de secretário-geral. Logo que assumiu, Gorbachev fez a URSS abandonar a corrida armamentista pela “moratória unilateral dos testes nucleares, redução de 50% dos armamentos estratégicos, diminuição dos mísseis intermediários, destruição dos arsenais nucleares até o ano de 2000” (Filho, 2000b, p. 167). Em outubro do mesmo ano, lançou a *perestroika* (reestruturar), ou seja, realizar reformas profundas com objetivos claros, “autonomizar as atividades econômicas, enfraquecendo os controles centralistas tradicionais” (Filho, 2000b, p.168). Ao mesmo tempo, o capitalismo, também em declínio, optou por uma “onda neoliberal, nucleada pela Inglaterra de Margaret Thatcher e pelos EUA de Ronald Reagan” (Filho, 2000b, p.166).

Devido ao desastre causado pelo acidente na usina nuclear de Chernobyl, a URSS expõe ao mundo os seus problemas, no primeiro passo do que viria a ser conhecido como *glasnost* (transparência). A pressão dos países vizinhos, assustados com o ocorrido e com o desconhecimento da situação, foi essencial para a abertura soviética. Com a *glasnost*, a situação foi divulgada, e as críticas internas e externas abalaram o sistema. As reformas da *perestroika* se intensificaram frente à discussão e à incerteza do Partido. O surgimento de empresas privadas, trabalhadores individuais, novo código trabalhista etc., aliado a toda a situação que se formara, encaminharam a URSS para uma situação paradoxal, entre uma reversão ao comunismo (que se tornava cada vez mais difícil) ou o fim da URSS.

Em 1988, Gorbachev acusava o passado pela situação de racionamento de alguns gêneros alimentícios e pela piora na qualidade de vida. Além disso, a *glasnost* também fez surgir, reforçadas, as identidades nacionais em busca de autodeterminação e da separação da URSS. Grupos ultranacionalistas e inúmeras manifestações populares geraram conflitos, a partir de 1986¹⁹. Em função disso, surgia a idéia de que a melhor saída seria desfazer a URSS. Em 1989, mesmo que a situação estivesse cada vez pior pela falta de alimentos e pelo descontentamento popular²⁰, Gorbachev foi reeleito.

¹⁹ Conflitos ocorreram no Casaquistão, na Rússia, na Letônia, na Ucrânia, Armênia, Arzerbaijão, entre outros.

²⁰ Ocorreram, inclusive, enfrentamentos entre populares e o exército soviético, como no caso da Geórgia em abril de 1989, quando o exército executou 16 manifestantes.

As tendências desagregadoras se tornaram mais fortes quando, em 1989, a Europa Central abandonou o socialismo:

na Polônia, o Solidariedade assumiria o poder. Na República Democrática Alemã, apresentada como o mais próspero país socialista do mundo, grandes manifestações tinham levado à queda do todo-poderoso E. Honecher e, um pouco mais tarde, à do Muro de Berlim, erguido em 1961, e que parecia eterno. (Filho, 2000b, p.166).

Além disso, ocorreram revoluções na Tchecoslováquia e na Romênia, afronte na Lituânia (que declarou independência), guerra civil na Ásia Central e no Cáucaso. A indecisão e divergência levaram, em março de 1991, a um referendo em que foi aprovada uma nova União, agora das Repúblicas Soberanas.

Após uma reunião com o grupo dos sete países mais ricos, Gorbachev sofre um golpe, desferido por seus homens de confiança. Apesar da tentativa ser em prol da URSS, acabou por desgastar as possibilidades de mantê-la. A “teoria do dominó” tomava forma com a sucessão de Repúblicas declarando independência e formando a Comunidade de Estados Independentes. A URSS deixava de existir no dia 21 de Dezembro de 1991.

Com o fim da URSS, restou a China, onde “o marxismo e socialismo continuam sendo ritualmente invocados por um partido comunista que, na prática, rege o mais frenético desenvolvimento capitalista” (Filho, 2000b, p.178). A Coreia, o Vietnã e Cuba, por sua vez, são mantidos isolados e não se apresentam como propostas mundiais contrárias ao capitalismo.

O mundo sem dois modelos imanentes se tornou aquilo que a Doutrina Truman reivindicava: democrático liberal e capitalista de mercado livre. Os dez anos seguintes ao fim da URSS foram a confirmação de que, a partir daquele 21 de dezembro, restava apenas uma superpotência mundial, defendendo os mesmos ideais manifestos que antes; porém, agora com o domínio econômico sobre todas nações e com um poder político e militar inigualável.

Conforme Octávio Ianni,

está em curso um novo surto civilizatório. O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. (Ianni, 2000b, p.208-9).

Assim, os EUA afirmaram a sua hegemonia mundial, sendo que, para Maria da Conceição Tavares,

a questão da hegemonia é muito mais complexa do que os indicadores econômicos mais evidentes são capazes de demonstrar (...) o fulcro do problema não reside sequer no maior poder econômico e militar da potência dominante, mas sim na sua capacidade de enquadramento econômico financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários. (Tavares, 1998, p.28).

Além disto, conforme a mesma autora, entrou-se numa nova situação em que os EUA têm condições de reordenar a economia mundial, comandando uma nova divisão internacional do trabalho.

Desta forma, sob a égide de um modelo único, os valores políticos e econômicos são cada vez menos acompanhados de valores contrários; assim, as possibilidades de se romper com esse modelo são cada vez mais desconhecidas e, portanto, reduzidas. O controle exercido pelos EUA abrange de tal forma os demais países que não apenas o seu modelo econômico acabou tomando praticamente todo o mundo, mas também o modelo político que o condiz, dando início ao que alguns autores denominam como Império (Fiori, 1998; Negri, 2000)²¹, ou seja, uma situação histórica em que há um país hegemônico que estende o seu domínio aos demais.

V. Os panoramas chileno e brasileiro

Mesmo antes da declaração da Doutrina Truman e da assinatura do Tratado Interamericano de Auxílio Recíproco, ambos em 1947, os EUA já haviam definido a América Latina como sua zona de influência. A postura norte-americana frente ao continente fica clara quando “em 2 de dezembro de 1823, o presidente James Monroe fez saber às potências européias que os Estados Unidos não admitiriam mais interferências nos assuntos latino-americanos” (Sodré, 1987, p.19). Surgia a noção de “América para os americanos”. Monroe anunciou que os países europeus deveriam reduzir significativamente as relações com a América Latina, como se lê nas suas próprias palavras: “consideraremos qualquer tentativa da sua parte para estender o seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como coisa tão

²¹ As distintas concepções sobre o conceito Império já foram brevemente descritas na introdução do presente trabalho.

perigosa para a nossa tranqüilidade como para a nossa segurança” (Apud: Basbaum, 1991a, p.28). Contudo, até aproximadamente 1930, pelo menos no Brasil, “cerca da metade do capital estrangeiro (...) era Britânico e a quarta parte americano” (Dreifuss, 1987, p.38).

Isto indica que o continente americano possui uma ordem política e econômica anterior à Guerra Fria e que tentativas contrárias são um enfrentamento aos EUA. Quando analisamos as propostas de esquerda na América Latina, ou quando analisamos a influência soviética, devemos abarcar estes fatos.

Um exemplo da relação com a URSS pode ser visto pelo Regime Socialista implantado no Chile com o golpe liderado por Marmanduke Grove, em junho de 1932. A partir de 1929, o Chile entra em uma crise sem precedentes, resultado tanto da queda da bolsa de Nova Iorque, quanto da introdução, pela Alemanha, do nitrato sintético, que veio a acabar com o mercado para o salitre chileno²². Os combustíveis foram racionados, os preços agrícolas e a produção de bens de consumo caíram e o desemprego crescia²³.

Por outro lado, “las medidas proteccionistas adoptadas para defender la industria nacional no resolvieron el problema y encarecieron el nivel de vida” (Luzón, Veral e Véliz, 2003, p.772). O cobre e o salitre, produtos de exportação dos quais o país dependia, foram atingidos, ao ponto que a

exportación de cobre se redujo a casi la tercera parte y los precios cayeron más del 70 por ciento. La capacidad importadora del país cayó un 65 por ciento (...) La exportación de salitre pasó de 3.233.321 toneladas en 1929 a 437.655 en 1933; el cobre pasó de 321.000 toneladas en 1929 a 103.000 en 1932. La disminución del comercio chileno fue drástica: entre 1930 y 1934 perdió el 80 por ciento de sus intercambios exteriores. (Luzón, Veral e Véliz, 2003, p.772- 3).

Frente à crise econômica, a situação política se torna instável. O presidente Carlos Ibáñez del Campo (1927-1931), que havia chegado ao poder de forma conflituosa²⁴, enfrenta a oposição de um quadro de ministros liberais, que se demitem em conjunto. O

²² Conforme Sader (1991, p. 30) “ A economia chilena, sustentada fundamentalmente na exportação salitreira, entrou na pior crise de sua história. Quase 90% da arrecadação do Estado chileno provinha do comércio exterior, cuja rápida desapareição produz a bancarrota do governo.”

²³ Conforme Sader, “se em 1925 o salitre chegou a empregar 60 mil trabalhadores, em 1932 essa cifra havia baixado para 8.500.” (Sader 1991, p. 30)

²⁴ O presidente Arturo Alessandri Palma renuncia pela segunda vez, novamente por pressão de Ibáñez. Convocam-se novas eleições. Assume Emiliano Figueroa Larraín. Ibáñez reclama a destituição do recém eleito e como era ministro do Interior assume como vice-presidente. Ibáñez participa de novas eleições “em condições duvidosas de democracia [quando] triunfou com a quase totalidade dos votos.” (Sader, 1991, p. 29)

descontentamento popular aumenta, e surgem grandes manifestações entre os estudantes²⁵, trabalhadores e profissionais liberais, que deflagram uma greve nacional. Tanto a greve quanto as manifestações são contidas violentamente pelo governo:

al generalizar-se y radicalizar-se la protesta iniciada el 22 de julio por los estudiantes universitarios, el gobierno dimitió y el 26 de julio de 1931 Ibáñez presentó la renuncia y cedió el poder al presidente del Senado, Pedro Opazo Letelier, quien designó como ministro del Interior y jefe de gobierno al radical Juan Esteban Montero. (Luzón, Veral e Véliz, 2003, p. 772).

Realizam-se novas eleições e Montero vence. Porém, no ano seguinte, um levante liderado pela Aeronáutica provoca a sua renúncia e a instauração de uma república socialista.

Conforme Sader, “a linha ‘socialista’ derivava mais de um sentimento de busca de soluções para a miséria (...) através da justiça social e de um certo redistributivismo” (Sader, 1991, p. 31). As ações deste governo, que durou apenas 12 dias, iniciaram com a dissolução do congresso, anistia aos marinheiros presos por sublevação e liberdade aos estudantes presos durante as manifestações contra Ibáñez. Além disto,

propuso la nacionalización de la minería y la reforma agraria, decretó el control del comercio exterior, creó el impuesto sobre renta territorial, estableció comedores sociales para desempleados y organizó la concesión de créditos a pequeños propietarios. (Luzón, Veral e Véliz, 2003, p. 773).

No dia 13 de junho, contudo, Carlos Dávila, que compunha a junta de governo,²⁶ promoveu um contragolpe, auxiliado por setores da sociedade que se sentiam ameaçados. Era o fim da primeira experiência socialista chilena. Com isto, torna-se mais claro, além do caráter pontual, o contexto que envolveu essa experiência da esquerda. Ou seja, a necessidade de uma tentativa política e econômica que fosse diferente da vigente e que suplantasse a crise advinda do capitalismo.

No Brasil, ao contrário do Chile, a experiência de esquerda mais importante nesse mesmo período não chegou ao poder. Trata-se do levante comunista liderado por Luiz Carlos Prestes e apoiado pela URSS, em 1935.

²⁵ Um dos líderes do movimento estudantil era Salvador Allende, que acaba preso e é julgado inocente.

²⁶ A junta era composta também por Eugenio Matte e Arturo Puga.

Já na década anterior, Prestes tinha encabeçado um movimento de grandes proporções, abrangendo o país inteiro e que ficou conhecido como Coluna Prestes. Tal movimento percorreu cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil, passando por 13 estados da federação. O movimento acabou deixando o território brasileiro em fevereiro de 1927, indo para a Bolívia. Apesar de fracassada em seu objetivo – a derrubada do presidente Artur Bernardes –, a Coluna jamais sofreu qualquer derrota para as forças legalistas que a perseguiram²⁷. Devido ao prestígio militar e político e da sua aproximação com o marxismo e importantes representantes do comunismo na Argentina, em novembro de 1931 Prestes vai morar na URSS. Lá, em reunião com o Partido Comunista, decide-se realizar uma revolução no Brasil tendo Prestes como líder. Assim, ele deixa a URSS de volta ao Brasil, acompanhado por Olga Benário, militante da Internacional Comunista, destacada para protegê-lo e com quem terá uma filha.

No início de 1935, Prestes é aclamado presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente política que tinha aglutinado militares decepcionados com o governo Vargas, além de socialistas e comunistas na defesa de ideais antifascistas e antiimperialistas²⁸. Em novembro, a insurreição teve início na cidade de Natal (RN), sendo logo seguida por guarnições do Exército em outros Estados. O governo, contudo, controlou a revolta e iniciou violenta repressão a todos os grupos de oposição. Em março de 1936, Prestes e Olga foram presos.

Ainda que a experiência, que ficou conhecida como Intentona Comunista, tenha fracassado, cabe frisar uma questão, já realizada por Hobsbawm: “quando, a não ser na primeira metade do século XX, poderiam duas vidas interligadas ter tomado esses rumos?” (2003, p.80). O historiador se refere a Otto Braun²⁹ e Olga Benário³⁰, embora possamos perguntar o mesmo para Prestes³¹, ou ainda outros, como Che Guevara e Fidel Castro, por exemplo. No fundo, o que está demonstrando Hobsbawm com esta pergunta é que, além de

²⁷ Para maiores detalhes sobre a história da Coluna Prestes, ver: PRESTES, Anita L.. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991 e PRESTES, Anita L.. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

²⁸ Para detalhes sobre o programa da ANL, ver: FREITAS, Valter de Almeida. **ANL e PCB: mitos e realidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

²⁹ Otto Braun havia se relacionado com Olga até a vinda desta para o Brasil. Ele integrou-se ao Komintern, tornando-se especialista militar e sendo o único não chinês a participar da “Longa Marcha” comunista na China.

³⁰ Meses depois de ser presa, Olga, grávida, foi entregue pelo governo de Getúlio à Alemanha nazista, onde morreu executada. A filha do casal, Anita Leocádia Prestes, nascida em um campo de concentração, acabou sendo resgatada por sua avó paterna, após intensa campanha internacional.

³¹ Prestes, que ficou conhecido como o Cavaleiro da Esperança, durante a Coluna Prestes, ficou preso durante aproximadamente dez anos, logo após a tentativa de levante comunista.

uma disputa mundial acirrada entre dois sistemas distintos, havia pessoas participando da luta política. Essa situação marca um período em que se estavam construindo exemplos, ações e experiências revolucionárias que tomavam praticamente todo o mundo.

É exatamente por isso que, quando a Doutrina Truman entra em ação, o Pacto do Rio de Janeiro é efetivado. Em decorrência das exigências desse acordo, o Partido Comunista do Brasil é tornado ilegal³² e os direitos políticos dos seus filiados são cassados. Um ano depois, entra em vigor a *Ley de Defensa de la Democracia* (Lei 8.987) no Chile, com o mesmo caráter anticomunista.

A lei chilena possuía quatro pontos principais. O primeiro, relativo à defesa da democracia através de disposições de proteção aos direitos individuais e legais, além de legislar sobre o direito de greve. Definiam-se também os delitos contra a segurança nacional e as penalidades. O segundo, versava sobre a defesa da democracia nos sindicatos e organizações de trabalhadores, e “atentaba contra las antiguas normas sobre sindicalización del Código del Trabajo de 1931, las que entre muchas de sus disposiciones permitían la creación de sindicatos rurales legalmente reconocidos.” (Scully, 1992, apud: Rodriguez 1997, p. 8).

Era no terceiro ponto que tratava da questão do Partido Comunista, eliminando a sua existência e excluindo a participação política dos seus filiados que “por entonces contaba con más de 26.000 afiliados”³³ (Luzón, Veral e Véliz, 2003, p.780). Por fim, no quarto ponto, tratava da designação de fiscais para fazer cumprir a Lei.

Embora houvesse repressão às oposições ao capitalismo na América Latina, em 1º de janeiro de 1959, Cuba, que passara por um processo revolucionário, instaurou um regime contrário aos EUA. Com isso, tornou-se um exemplo, já que “foi um movimento relativamente pequeno (...) atípico mas bem sucedido, que pôs a estratégia da guerrilha nas primeiras páginas do mundo” (Hobsbawm, 2003, p. 424). Che Guevara e Fidel Castro lideraram o movimento que vai inspirar a esquerda e instauram um regime que ameaça os investimentos americanos na ilha. Com isso, “em março de 1960, muito antes de Fidel descobrir que Cuba ia ser socialista e que ele próprio era comunista, embora muitíssimo à sua maneira, os EUA já haviam decidido tratá-lo como tal, e a CIA foi autorizada a providenciar sua derrubada”

³² É verdade que até a redemocratização do país, em 1945, o PCB também estava na ilegalidade.

(Hobsbawm, 2003, p. 427). Porém, em 1961, URSS e Cuba se alinham e Cuba se insere no mundo comunista. Ao apresentar-se como alternativa dentro da América Latina, Cuba se torna também uma ameaça aos EUA. Contudo, a influência da URSS impede que os EUA forcem ainda mais a destituição de Fidel Castro³⁴. Conforme Hobsbawm,

o exemplo de Fidel inspirou os intelectuais militantes em toda parte da América Latina, (...) Após algum tempo, Cuba passou a estimular a insurreição continental, exortada por Che Guevara, o defensor da revolução latino-americana e da criação de 'dois, três, muitos Vietnãs' (...) Em toda a América Latina, entusiasmados grupos de jovens lançaram-se em lutas de guerrilha uniformemente condenadas de antemão sob a bandeira de Fidel, ou Trotski, ou Mao Tsé-tung. (Hobsbawm, 2003, p. 428).

Com o comunismo tão próximo do seu território, os EUA, cada vez mais preocupados com a efervescência da esquerda latino-americana, fortificam ainda mais a imagem do perigo comunista. Como resultado, passam a auxiliar uma série de golpes de Estado nos países latino-americanos que, conforme os EUA, se apresentariam potencialmente perigosos à ordem estabelecida. Ocorre que,

de 1962 a 1967, os governos militares ascenderam na Argentina, Peru, Guatemala, Equador, República Dominicana, Honduras, Brasil e Bolívia. De 1968 a 1973, novos golpes ocorreram no Peru, Panamá, Equador e Honduras e, de 1973 a 1976, no Chile, Uruguai e Argentina. (Santos, 2000b, p. 70).

No Chile, o golpe militar ocorreu no dia 11 de setembro de 1973, comandado pelo então general Augusto Pinochet. O alvo foi o governo constitucional, socialista e democrático de Salvador Allende, que vinha sofrendo constantes ameaças e boicotes das camadas médias, descontentes desde a sua eleição. As ações contrárias ao governo iniciam pouco tempo após a sua posse, ocorrida no dia três de novembro de 1970.

Em documentos do governo norte-americano, recentemente revelados³⁵, o secretário de Estado Henry Kissinger, enfatiza ao presidente Richard Nixon, que a eleição de Allende

³³ Ainda conforme Luzón, Veral e Véliz (2003, p.780), "la adopción de esta medida repercutió también en el resto de la izquierda", dividindo os socialistas em pró e contra a lei e enfraquecendo ainda mais a esquerda nesse período.

³⁴ Logo após a Revolução Cubana, dois principais conflitos marcam a relação entre Cuba e EUA. O primeiro é a tentativa americana de ataque na Baía dos Porcos, em 1961. O segundo, em 1962, se refere a crise dos mísseis e ocorreu quando a URSS implantou mísseis nucleares em Cuba, o que gerou um acidente diplomático e teve como resultado, por um lado, o comprometimento dos EUA de não invadirem Cuba e, por outro, a retirada dos mísseis por parte da URSS.

³⁵ Os documentos relativos à intervenção dos EUA no golpe contra Allende se encontram no endereço: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB110/index.htm>.

"poses for us one of the most serious challenges ever faced in this hemisphere" e, que "all of the agencies are agreed that allende will try to create a socialist State". Os documentos – um memorando preparatório a uma reunião e a sua ata – têm como pauta as medidas que seriam tomadas pelos Estados Unidos em relação à eleição de Allende. Ocorrida na Casa Branca, no dia seis de novembro de 1970, três dias após a posse de Allende, a reunião deixou claro o descontentamento do governo norte-americano que opta, momentaneamente, por uma postura cautelosa.

A primeira tentativa mais evidente de se derrubar o presidente Allende se deu na manhã do dia 29 de junho de 1973, quando um pequeno grupo de militares cercaram o palácio La Moneda. Os golpistas, liderados pelo Coronel Roberto Souper Onfray chegaram, inclusive, a efetuar disparos contra as paredes da sede do governo, atingindo inúmeros civis que acabaram mortos e feridos³⁶. O episódio ficou conhecido como "El Tanquetazo" (ou "El Tancazo") devido a ofensiva ter sido realizada por meio de tanques. O fim da tentativa se dá após três horas de luta entre os sublevados e as tropas comandadas pelo General Carlos Prats. Com a vitória, Allende declarou que os golpistas

hablan de democracia y de constitución, pero usan la palabra democracia para ocultarse e protegerse. Actúan violando a la constitución y con 'anti-democracia' y pro-fascista y el pueblo los conoce y continuemos los denunciando (...) Yo tengo que mantenerme leal al que he dicho, haremos los cambios revolucionarios en pluralismo, democracia y libertad. (...) Lo cuál no significa, ni significará tolerancia contra los anti-demócratas, tolerancia con los subversivos, ni tolerancia jamás con los fascistas! (Allende, 1973)³⁷.

O episódio demarcou um cenário que a algum tempo vinha se definindo e que Allende já havia expressado publicamente a sua posição. Em uma reunião da Organização das Nações Unidas (ONU), Allende declarou: "“Aquellos que imposibilitan la revolución pacífica, hacen que la revolución violenta sea inevitable”. La frase no es mía. La comparto! Pertenece a John Kennedy" (Allende, 2003, p.54). Nesse momento o Chile já vivia o início da crise que rompera o sucesso dos primeiros anos de governo. Os EUA restringiram o crédito ao país, o que fez com que se buscasse auxílio soviético. Ainda, a inflação subiu a 163,4%, algo inédito no país (Luzón, Veral e Véliz, 2003, p.797). Em decorrência, produtores e

³⁶ No discurso que sucede o fim da tentativa de golpe, Allende declara haver cinco civis mortos, sete civis gravemente feridos e quatorze civis feridos levemente, além de onze militares gravemente feridos e um morto, o sargento Rafael Villhena, assassinado na porta do Ministério de Defesa.

comerciantes elevaram ainda mais os preços dos artigos de primeira necessidade, como forma de protesto e descontentamento com as medidas de Allende; por fim, as greves e manifestações tomaram as ruas, lideradas pelo grupo *Pátria y Libertad*.

Conforme Hobsbawm (2003, p.429), o golpe se deu contra a

esquerda unida de socialistas, comunistas e outros progressistas – o que a tradição européia (e aliás a chilena também) conhecia como ‘frente popular’ (...). Uma frente dessas já ganhara uma eleição no Chile na década de 1930, quando Washington se mostrava menos nervosa³⁸ e o Chile era sinônimo de constitucionalismo civil.³⁹

O mesmo autor afirma ainda, que “o socialista Salvador Allende (...) foi derrubado por um golpe militar fortemente apoiado, talvez mesmo organizado pelos EUA” (2003, p.429).

O derradeiro golpe, desferido no dia 11 de setembro de 1973, foi iniciado às 11 horas da manhã, com uma série de bombardeios aéreos ao Palácio La Moneda e outros prédios estratégicos. Desta vez, os golpistas eram representados pelos principais chefes militares, que haviam sido nomeados pelo próprio Allende para resolver descontentamentos internos e garantir soluções pacíficas às manifestações populares⁴⁰.

Pouco tempo após o início dos bombardeios, o Palácio era invadido e o presidente morria⁴¹. Às 13 horas, a capital Santiago já estava totalmente sitiada, horas depois, o país sucumbia. Era o fim da tentativa chilena de implantação do socialismo e o início de um período ditatorial que durará 17 anos. Nele, muitas das conquistas do governo allendista, como a organização dos tipos de propriedade (o que daria margem para o início das

³⁷ Original em áudio: “Presidente Salvador Allende: ‘el tanquetazo’ discurso del presidente Salvador Allende desde La Moneda el día 29 de junio de 1973”. Serie Documentos. Santiago: Musicales Zenteno/ Liberación.

³⁸ O Chile havia visto, durante os anos anteriores, o surgimento de diversos grupos de identificação fascista, nazista e nacionalista, como por exemplo, o Movimiento Nacional socialista de Chile (que criou milícias uniformizadas que atuaram em diversos atos violentos contra organizações de esquerda). Esse mesmo movimento se converteu, no ano da eleição, na Vanguardia Socialista Popular, com mais de 12 mil integrantes. Outros grupos surgiram, principalmente em virtude da grande colônia alemã no Chile. Era de se esperar que uma Frente Popular que não apresentava propostas de grande transformação fosse menos preocupante que partidos de corte nazista.

³⁹ Na verdade, a Frente Popular venceu as eleições de 1938 sendo que “el programa del frente no se inclinaba por transformaciones profundas de ningún tipo.” (Luzón, Veral e Véliz, 2003, p.778). No segundo capítulo, do presente trabalho, existem maiores detalhes sobre essa experiência.

⁴⁰ Lideraram o golpe o General Augusto Pinochet, Ministro da Defesa; o Brigadeiro Gustavo Leigh Guzman, da Aeronáutica; o Almirante José Toribio Medina, da Marinha; e o General Cesár Mendonza, do Corpo de Carabineiros.

⁴¹ A versão oficial, confirmada por sua filha (única que teria tido acesso à autópsia), é que Allende teria se suicidado. Todavia, nunca foi aceita pelos partidários do presidente que acreditam que ele foi assassinado.

estatizações daquelas consideradas improdutivas), a *chilenização* do cobre, a estatização dos bancos, a unificação dos serviços de saúde (processo que reajustou o salário dos profissionais da saúde, incentivou a formação de corporações etc.), a qualificação da educação e a melhora dos estabelecimentos de ensino e dos programas de incentivo (em dois anos foram criadas 230 escolas, o que aumentou consideravelmente o número de matrículas) e a contratação recorde de professores, entre outras medidas, foram desativadas. Além disso, todos os tipos de liberdade foram restringidos, a economia se tornou mais dependente dos EUA e se iniciou a re-privatização de muitas das instâncias conquistadas no governo Allende. (Salazar e Pinto, 1999).

No Brasil, o golpe ocorrera antes: 31 de março de 1964, contra o presidente João Goulart (Jango), que havia sido eleito vice de Jânio Quadros. Mesmo antes de assumir, Jango já tem a primeira demonstração do descontentamento de importantes camadas da sociedade brasileira. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, Jango é impedido de tomar posse. Tem início o movimento da Legalidade, encabeçado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. O movimento consegue fazer cumprir a Constituição, embora sob a concessão de uma exigência dos golpistas: um regime parlamentar (que seria derrubado posteriormente devido a um plebiscito).

O governo de Jango, mesmo com declarações elogiosas e homenagens a Cuba, URSS e China, defendia um projeto nacionalista e de reformas de base. Porém, as propostas do seu mandato preocupam as camadas médias, como a desapropriação de 40 mil apartamentos desocupados no Rio de Janeiro⁴² e a estatização dos bancos. Porém, talvez o principal causador do descontentamento foi a tentativa de aplicação do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição de 1946, que determinava que: “é garantido o direito de propriedade, salvo caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro” (Apud: Morel, 1965, p.24).

Assim, alguns setores descontentes da sociedade, associados aos militares, acabam desferindo um golpe de Estado em Jango. O governo militar instaurado então durará até 1985 e agirá na caça aos opositores, com assassinatos, tortura e prisão de militantes políticos, artistas, intelectuais, trabalhadores e estudantes; enfim, contra todos que agissem contra a ditadura. Além disto, censura à imprensa, impossibilidade de expressão e o rompimento de

⁴² Essa era a proposta de reforma urbana. Os apartamentos seriam financiados ao público a preços e taxas menores do que as do mercado.

preceitos democráticos serão as principais marcas do período. Para a esquerda, a ditadura representou a quase extinção de grupos, movimentos e partidos, além da morte de grande parte dos seus integrantes.

Após a ditadura, o país vê o retorno da democracia, primeiramente por intermédio de eleições indiretas, nas quais Tancredo Neves (civil) é escolhido presidente, em 1984. Contudo, este falece, dando lugar ao vice-presidente José Sarney. As eleições diretas se dariam cinco anos depois.

Em 1990, Fernando Collor de Melo assume a presidência, como o primeiro Presidente da República, a ser eleito diretamente em um regime presidencialista após a Ditadura Militar. Collor ganhou, no segundo turno, de Luís Inácio Lula da Silva. Em seu governo, marcado por medidas econômicas que assustam as camadas médias, aprofundará a abertura da economia brasileira ao livre mercado mundial e levará adiante um processo de privatização de empresas estatais. Após uma série de escândalos e acusações de corrupção, acaba sendo destituído do cargo, em um processo de *impeachment*. No seu lugar assume o vice-presidente Itamar Franco.

A democracia brasileira, após o fim da Ditadura Militar, somente vai ter um presidente eleito diretamente, cumprindo todo o seu mandato, a partir das eleições de 1994. É quando o então ministro da fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, vence Luís Inácio Lula da Silva. Fato que se repetirá nas eleições de 1998.

É importante compreender que existem marcas profundas, tanto na política como na economia da América Latina, que se expressam de forma acentuada nos casos estudados. Essas marcas são, em grande parte, resultado das intervenções de EUA e URSS. No caso chileno, fica clara a importância do contexto mundial para a linha política adotada pela esquerda, assim como, para a sua viabilização através das eleições. É possível ainda, perceber que tanto o prosseguimento de uma visão de esquerda como a sua impossibilidade devido ao golpe são influenciados pela disputa entre o capitalismo e o comunismo, própria do período da Guerra Fria.

No caso de Lula, com o fim da ditadura e da experiência soviética, o cenário para o pensamento e a prática de esquerda, tem outra dimensão possível. Todavia, embora o clima de tensão mundial tenha se tornado mais ameno em relação à Guerra Fria, a extensão de uma pretensa crise da esquerda, em boa parte advinda do fim da experiência socialista da URSS,

A ESQUERDA LATINO-AMERICANA: SUA PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS ELEITORAIS

I. Possibilidades para a esquerda

O contexto histórico provavelmente facilitou a existência e a escolha de uma proposta de cunho socialista, como a de Salvador Allende no Chile. Afinal, existiam dois projetos de mundo em disputa (o capitalista e o comunista) e a escolha entre um ou outro não era considerada absurda. Ambos os projetos estavam presentes num contexto mundial em que a disputa os tornava mais visíveis e próximos do cotidiano das pessoas, mesmo que os seus significados não fossem claros.

Contudo, no transcorrer do tempo, um dos projetos foi deixando de participar do cotidiano das pessoas. O mundo já não é mais disputado por duas superpotências e apenas um dos modelos parece ter restado; assim, passou a se apresentar como única via possível para o desenvolvimento. Essa situação sugere leituras como a efetuada por Francis Fukuyama (1992), que afirmou que chegávamos ao fim da história com o predomínio da democracia liberal e do livre mercado capitalista. Para o autor, capitalismo e democracia afirmaram-se como a única via após o fim do socialismo soviético. O fim da experiência soviética expressaria a vitória do capitalismo, que demonstra, assim, ser o melhor e mais avançado modelo de desenvolvimento político, econômico e social existente.

Somado a isso, pelo menos na América Latina, projetos de direita como os executados pelos governos militares – que se inserem diretamente no mundo político, rompendo a lógica democrática e impondo uma visão única da política – acabaram limitando ainda mais a possibilidade de ver as propostas de esquerda como possibilidades concretas de

desenvolvimento. Esse processo acabou levando, como Tomás Moulian descreve no Chile, à idéia de que “la politica ya no existe más como lucha de alternativas, como historicidad, existe solo como historia de las pequeñas variaciones, ajustes, cambios en aspectos que no comprometan la dinamica global” (Moulian, 1997, p.39). Essas variações e ajustes, para Moulian, são representados atualmente por uma esquerda chilena que não propõe alternativas ao antigo projeto econômico de Augusto Pinochet (que representa uma dinâmica econômica global praticamente invariável).

Além disso, conforme Florestan Fernandes,

surgiu, a partir dos sindicatos, confederações operárias e partidos políticos da esquerda européia, uma forte pressão ideológica para que os movimentos sociais da periferia adotem modelos sociais-democráticos (...) que entrega[m] a cabeça aos capitalistas e o coração aos assalariados. (Fernandes, 1991, p.7).

Isso indica que o contexto influencia os projetos de esquerda, assim como, modifica o que se entende por esquerda. Ou seja, o conceito “esquerda” se altera, da mesma forma como ocorre com a “direita” (ou quase todos os conceitos existentes). Isso indica que se deve realizar a discussão do que é esquerda, pois o presente estudo visa à comparação dos programas de esquerda na América Latina em contextos distintos.

Assim, este capítulo tem por objetivo compreender as diferenças existentes na esquerda durante os dois períodos abrangidos pelo presente estudo: os anos que vão do início da década de 1950 até os primeiros anos da década de 1970 (no caso chileno); e os anos que vão de meados da década de 1980 até o ano de 2002 (no caso brasileiro). Se essas diferenças existem de fato, também se expressam influenciando as propostas de governo de esquerda e, portanto, devemos compreendê-las para poder comparar as propostas de Allende e de Lula dentro de seus respectivos contextos.

As diferenças entre os países, incluindo as práticas políticas, as visões de mundo, a cultura política, as instituições etc. também podem modificar a visão de esquerda e, portanto, influenciar as propostas dos candidatos. Além disso, a esquerda pode ser vista através de diversas perspectivas em um mesmo período histórico, já que não se trata de um bloco unitário de pensamento. Tanto isto quanto o fato das propostas dependerem das opções práticas dos atores políticos devem ser compreendidos na análise proposta.

II. A esquerda desde uma perspectiva histórica

Quando pensamos o que é ser de esquerda durante e após a maior e mais importante experiência do socialismo na história, temos um exemplo da historicidade do conceito. No período que segue à Revolução Russa até o fim da Guerra Fria, estava explícito que ser de esquerda era ser contra o capitalismo e a democracia liberal.

Com o fim da experiência soviética e a vitória do capitalismo e da democracia liberal, há um reordenamento dos valores da esquerda. A contrariedade com os ideais como o de liberdade de mercado, imanente ao capitalismo e à democracia liberal (Dahl, 2000), parece não corresponder mais às características da esquerda. A denominação acaba servindo para vários tipos de governo, como o da China comunista, cada vez mais inserida no mercado capitalista mundial.

Possivelmente, o fim da URSS é o principal marco dessa mudança, na medida que causou um grande impacto, não apenas na configuração política mundial, mas principalmente nas esquerdas. Todavia, cabe realçar, assim como o faz Norberto Bobbio, que isso não significa que atualmente a distinção entre direita e esquerda possa ter perdido o seu valor (Bobbio, 2001). Embora alguns autores acreditem no fim da esquerda, ou pelo menos da validade da distinção entre esquerda e direita, o presente estudo concorda com o pensador italiano, para o qual, a idade ainda é significativa e explicativa. Além disso, é importante realçar que na política brasileira, como aponta Ranincheski (1998) as noções de distinção contidas no espectro direita-esquerda ainda são indicativas e influenciam a opinião dos eleitores.⁴³

A distinção entre esquerda e direita tem uma origem que remonta à participação na Assembléia formada na Revolução Francesa, onde eram deliberadas as mudanças em relação ao sistema político e social. Na Assembléia, as diferenças de posições políticas deram origem a vários grupos, cujos participantes se sentavam em posições distintas: à direita, ficavam os aristocratas, que pretendiam a volta do Antigo Regime; no centro, os deputados, que defendiam a monarquia parlamentar; à esquerda, os grupos republicanos de tendência democrática que defendiam o voto universal e tinham como expoentes Danton, Marat, Hébert, Robespierre e Desmoulins. Conhecidos como Jacobinos, esse grupo era composto pela

⁴³ Na mesma linha de argumentação está André Singer (2000). O autor defende a tese de que a maioria dos eleitores dividem-se em esquerda, centro e direita, e tendem a votar de acordo com a sua preferência. A análise é baseada na interpretação dos resultados das eleições presidenciais de 1989 e 1994.

pequena e média burguesia e também pelo proletariado urbano que assume as posições mais radicais em benefício das classes oprimidas. Desta forma, à esquerda estava representada a maior parcela da sociedade francesa, aquela que estava realizando a revolução, aquela que desejava romper os laços feudais e acabar com o Antigo Regime e as relações sociais que lhe valiam. Ao realizar o seu intento, aquela esquerda acabaria por criar melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo.

A noção de esquerda irá visivelmente se redefinir aproximadamente um século depois, quando Marx e Engels, no Manifesto Comunista, irão tributar o caráter revolucionário do capitalismo no passado e, ao mesmo tempo, definir o proletariado como a nova classe revolucionária. Para eles, além do capitalismo carregar em si o seu próprio fim, a classe burguesa, representante do sistema capitalista - que rompera com o regime feudal - seria derrotada em luta contra a classe proletária, e, então, surgiria o sistema comunista. Conforme Hobsbawm, a Marselhesa se tornou o hino da Social-Democracia Alemã e do movimento socialista até ser substituída pela A Internacional. Portanto, para o mesmo autor, quando Marx diz aos poloneses, em 1848, que o jacobino de 1793 era o comunista daquele momento histórico, estava expressando essa transformação (Hobsbawm, 1996).

Embora as condições estruturais para que a Revolução Russa se confirmasse socialista fossem duvidosas, já que se tratava de um “país camponês que era um sinônimo de pobreza, ignorância e atraso, e onde o proletariado industrial, o predestinado coveiro do capitalismo de Marx, era apenas uma minúscula minoria” (Hobsbawm, 2003, p.64), a partir de 1917 a Rússia se tornou socialista.

Nesse sentido, se redefinia a esquerda, mantendo-a fortemente vinculada à idéia de revolução, ou seja, com o rompimento da ordem pré-estabelecida. Ao mesmo tempo, uma explícita oposição – que deu origem à Revolução Francesa – permanece na Revolução Russa, contudo, entre elementos diferentes: permanecia a burguesia, mas em lugar da aristocracia surgia o proletariado. Desta forma, “na geração após 1917, o bolchevismo absorveu todas as outras tradições revolucionárias, ou empurrou-as para a margem de movimentos radicais” (Hobsbawm, 2003, p.80).

Para Anthony Giddens, a esquerda sempre se identificou com a idéia de radicalismo, estando essa idéia “essencialmente ligada ao pensamento socialista”. Conforme o sociólogo, “alguns radicais foram revolucionários: segundo eles, a revolução, e talvez apenas a

revolução, poderia produzir aquela nítida separação que buscavam em relação ao que havia anteriormente. Ainda assim, a noção de revolução nunca foi o traço definidor do radicalismo político” (Giddens, 1996, p.9). Ou seja, embora haja a identificação entre revolução e radicalismo, essa não é inevitável. Note-se, portanto, que Giddens vincula a idéia de transformação de uma realidade historicamente dada à idéia de radicalismo e não à de revolução, que seria, nesta hipótese, o delineador mais claro entre a condição anterior e a própria transformação. Para ele, a esquerda é necessariamente radical, mas não necessariamente revolucionária, o que permite abarcar uma série de propostas, como a da esquerda socialista dentro da democracia, mas não as propostas que conservam elementos da direita.

Bobbio irá evidenciar o caráter contrastante presente entre esquerda e direita, definindo que “‘esquerda’ e ‘direita’ indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e de valorações” (Bobbio, 2001, p.51). Para o autor, não se pode ser de direita e de esquerda simultaneamente. Assim, são termos antitéticos, representando “um típico modo de pensar por díades” (Bobbio, 2001, p.50).

Contudo, nos últimos anos, talvez em função do fim da URSS, alguns autores afirmam que a idéia de esquerda perdeu sua capacidade explicativa. É por isso que Giddens irá perguntar “o que pode significar ser politicamente radical hoje em dia, uma vez que o espectro que perturbou o sono da Europa burguesa, e que durante mais de setenta anos tomou corpo, retornou a estágios anteriores?” (Giddens, 1996, p.10) e Bobbio constatar que “nestes últimos anos, tem sido repetidamente afirmado, a ponto mesmo de se converter em lugar-comum, que a distinção entre direita e esquerda – que por cerca de dois séculos, a partir da Revolução Francesa, serviu para dividir o universo político em duas partes opostas – não tem mais nenhuma razão para ser utilizada” (Bobbio, 2001, p.50). E chegar ao ponto de autores como Przeworski proporem que “a esquerda tende a ver nesses países [antes socialistas] uma oportunidade histórica de concretizar o que se acostudou chamar de terceira via e que, hoje, deveria ser considerada a segunda via: uma oportunidade de aperfeiçoar um sistema social alternativo tanto ao capitalismo quanto ao comunismo” (Przeworski, 1994, p.23).

Nesse sentido, Giddens irá dizer que “com a queda da União Soviética, muitos socialistas passaram a concentrar suas energias na proteção do *welfare state* diante das pressões que este passou a sofrer” (Giddens, 1996, p.10) dado que para o autor houve uma

troca: os radicais (socialistas) se tornaram conservadores (defendendo as conquistas do passado do capitalismo) e os conservadores (que defendiam a tradição frente as transformações frenéticas do capitalismo) se tornaram radicais (“fora com os fósseis que herdamos do passado’: onde é mais comum ouvir esse tipo de sentimento? Não na esquerda, mas na direita.” (Giddens, 1996, p.10)).

Para Bobbio, porém, o que vai identificar a esquerda (desde sempre e ainda mais hoje) é a atitude diante da igualdade. Em contraposição à direita, a esquerda veria as pessoas como sendo mais iguais do que desiguais, sendo que, as desigualdades são fruto da realidade social e portanto, não apenas elimináveis como necessariamente combatidas.

Desta forma, embora não exista uma leitura única sobre o significado da categoria esquerda atualmente – e não seja o objetivo neste estudo, criar ou escolher qualquer definição – fica claro que esta se tornou no mínimo diferente daquela utilizada durante o período da Guerra Fria. Portanto, isso pode ser resultante das características históricas que foram postas em relevo no capítulo anterior e que condicionam o cenário político e influenciam essa categoria, que é historicamente construída. E, por conseguinte, é esperado que hajam distinções relativas a esse elemento nas propostas de Allende e de Lula.

III. A esquerda desde uma perspectiva latino-americana

Na América Latina, a principal linha da esquerda foi o marxismo. Esse irá tomar diversas formas relativas à sua aplicação à realidade latino-americana. Desde a tentativa de interpretação da realidade utilizando as mesmas categorias de uma dita leitura européia até uma perspectiva regionalizada, na qual o desenvolvimento do capitalismo latino-americano seria singular e as características do processo e da revolução deveriam ser diferentes.

Além disso, conforme Löwy, o marxismo latino-americano possui três fases distintas: “1) um período revolucionário, dos anos 20 até meados dos anos 30 (...) 2) o período stalinista, de meados da década de 1930 até 1959 (...) 3) o novo período revolucionário após a Revolução Cubana” (Löwy, 1999, p.14-5).

Essa divisão em três fases remete, na análise de Löwy, a períodos distintos de relacionamento com a URSS. No primeiro momento, talvez de maior autonomia para os pensadores latino-americanos, a URSS serve como um exemplo de revolução bem sucedida;

contudo, não orienta diretamente a ação latino-americana. A principal característica é a interpretação marxista dos problemas regionais. No segundo momento, a intervenção soviética através do Comintern é mais intensa, inclusive orientando a atuação de grande parte dos partidos marxistas. A característica principal é a tentativa de aplicação da linha geral de “revolução por etapas e do bloco de quatro classes (o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional) como fundamento da sua prática política, cujo objetivo era a concretização da etapa nacional-democrática (ou antiimperialista ou antifeudal)” (Löwy, 1999, p.27). E o terceiro momento, em que ainda há uma orientação bastante forte do Comintern; contudo, já existe o exemplo local de Cuba, que fornece outra perspectiva, revolucionária e particular para a atuação da esquerda e possibilita um outro conjunto de leituras para os intelectuais marxistas.

Em termos gerais, a divisão histórica proposta por Löwy permite compreender, tanto a influência dos intelectuais marxistas latino-americanos quanto as perspectivas práticas da atuação dos partidos e movimentos da esquerda. Nesse sentido, a primeira fase é marcada principalmente pela obra de Mariátegui⁴⁴ e, na prática, pela insurreição salvadorenha de 1932. Há, ainda, uma forte discussão sobre as possibilidades da aplicação do marxismo à realidade local, com Haya de la Torre e a APRA⁴⁵ entre outros⁴⁶. Nas décadas de 1940 e 1950, já na segunda fase, intelectuais como Caio Prado Júnior, Sergio Bagú e Marcelo Segall situaram a realidade social latino-americana, negando-a como uma formação feudalista. Posteriormente, André Gunder Frank e Luis Vitale, entre outros, vão mais longe, caracterizando especificamente o capitalismo latino-americano como dependente. Para, então, na terceira fase, em conjunto com outros intelectuais⁴⁷, fomentarem a elaboração de diversas teorias, entre elas a Teoria da Dependência, de grande influência acadêmica, principalmente durante a década de 1970.

⁴⁴ José Carlos Mariátegui, fundador do comunismo peruano, é provavelmente “o pensador marxista mais importante produzido até agora pela América Latina” (Löwy, 1999, p.102). Sob uma exposição socialista da questão indígena, Mariátegui acredita que a revolução socialista deve acabar com o feudalismo.

⁴⁵ A APRA (Aliança Popular Revolucionária) tentou adaptar o marxismo à realidade latino-americana com uma aliança “fundada pelo peruano Victor Raúl de la Torre quando estava exilado no México. Ideologicamente eclética, foi inspirada principalmente pela Revolução Mexicana, elaborando uma doutrina ‘indo-americanista’ única. Durante a década de 20 a APRA foi um movimento (...) com seções em todos os países latino-americanos (...) originalmente a APRA declarou-se antiimperialista” (Löwy, 1999, p.10).

⁴⁶ Entre outros importantes pensadores marxistas latino-americanos deste período, estão: Aníbal Ponce, sociólogo argentino; Juan Justo, fundador do Partido Socialista Argentino; Julio Antonio Mella, fundador do Partido Comunista Cubano e Luis Emilio Recabarren, fundador do Partido Comunista Chileno.

⁴⁷ Entre tantos outros importantes intelectuais, estão Rui Mauro Marini, Aníbal Quijano, além de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Roberto Schwarz, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort.

A segunda fase, sob forte influência da URSS, corresponde ao momento em que a formação de Frentes Populares é a principal estratégia difundida pelo Comintern. Oficializada no VII Congresso do Comintern em 1935, a formação de Frentes Populares será uma orientação seguida pelos partidos latino-americanos, em que alianças com a direita se tornam comuns. A justificativa é impedir a formação de governos nazi-fascistas (ou que insinuassem aproximação com as idéias de extrema-direita) e adiantar o capitalismo antiimperialista e antifeudal, o que possibilitaria a revolução proletária. Como será visto, o Chile é um exemplo dessa estratégia.

Com o início da terceira fase, irá surgir uma série de leituras mais radicais. O exemplo cubano, de foco guerrilheiro, dará margem à orientação militarista. O guevarismo, em alusão a Che Guevara, irá de encontro às ditaduras militares que passam a dominar a América Latina. A opção pelas armas se torna a principal saída para os movimentos.

É no cenário pós Revolução Cubana que surgirá a experiência chilena de governo socialista. Ao contrário do que o contexto poderia indicar, a tentativa é realizada dentro da ordem institucional democrática, talvez, devido à estabilidade do sistema político chileno. Contudo, assim como em outros países do continente, o Chile também sofre um golpe militar, que impede a proposta allendista de socialismo de se concretizar. No Brasil, o governo militar irá praticamente eliminar as expressões da esquerda, até que, com a redemocratização, importantes manifestações retornarão ao cenário político nacional, dando espaço para o ressurgimento da esquerda, agora, também composta por outros elementos – principalmente de luta pela democracia – e pela formação de novos partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores. As expressões de esquerda se verão ainda mais impactadas com o fim da experiência soviética, que causará uma série de dilemas para a esquerda brasileira, assim como um reordenamento político do mundo. Há, contudo, que se realçar que, mesmo que haja novas perspectivas para esquerda, parte da esquerda brasileira (e latino-americana como um todo) ainda se baseia, em termos gerais, nas mesmas linhas teóricas do período da URSS.

IV. A esquerda desde uma perspectiva chilena

No Chile, o pensamento marxista vai se desenvolver a partir do líder comunista Luis Emilio Recabarren, já a partir de 1910. Mais tarde, Recabarren, influenciado pela Revolução Russa, se torna “o exemplo mais típico de líder trabalhista histórico que se voltou para o

bolchevismo por influência da Revolução de Outubro” (Löwy, 1999, p.15). Recabarren fundou o Partido Obrero Socialista (POS)⁴⁸, em 1912, vinculando-o à Federación Obrera de Chile (FOCH), fundada em 1909, como o primeiro sindicato nacional de trabalhadores. Dez anos depois, o POS se transformou no Partido Comunista do Chile (PC) e “Recabarren, un impresor, procedía del Partido Democrático, al que se había unido al poco tiempo de fundarse el mismo y por el que fué elegido diputado en 1906 por Antofagasta sin que pudiera tomar posesión de su acta en el Congreso” (Luzón, Veral e Véliz, 2003, p.762).

Recabarren participa, no final de 1922, em Moscou, do IV Congresso da Internacional Comunista e do II Congresso da Internacional Sindical Vermelha, ao qual a FOCH havia se vinculado durante a sua direção. Contudo, “paradojalmente, Recabarren empieza a perder el manejo del partido cuando este entra en la órbita de Moscú” (História de los Partidos Politicos, 1984, p.8). Devido à perda de autonomia frente ao Partido e ao agravamento nas condições de saúde, Recabarren acaba se suicidando em 1924. A partir de então, “el PC chileno fue el más obediente de los partidos del Komintern” (História de los Partidos Politicos, 1984, p.10) que condenara, não apenas a possibilidade de qualquer tipo de aliança com a classe burguesa, mas também o pensamento político de Recabarren, chegando ao ponto de expulsá-lo (post-mortem) em 1933.

Na medida em que o PC chileno se alinhava à visão soviética, mais perdia sustentação eleitoral. Praticamente toda a base composta por trabalhadores foi se esvaindo, até que, por determinação e exemplo de Moscou, se inicia a estratégia de formação da Frente Popular⁴⁹. A iniciativa de Frente Popular inaugura uma nova etapa da esquerda chilena. Congregando o PC, o Partido Radical, o Partido Democrático, o Partido Socialista e outros de menor expressão, o Chile se tornou “o único país [latino-americano] em que foi possível constituir uma Frente Popular com certas similaridades com o modelo europeu” (Löwy, 1999, p.29).

O Partido Radical, que lança o candidato da Frente Popular, Pedro Aguirre Cerda, possuía um amplo espectro político, abrigando, sob um programa de reformas nacionalistas e

⁴⁸ Conforme Orrego, “en 1915, cuando la primera guerra mundial imperialista devastaba Europa, el POS se estructura en todo el país como la única vanguardia política del proletariado chileno” (Orrego, 1978, p.5)

⁴⁹ No Chile, a Frente conseguiu derrotar os candidatos de direita Gustavo Ross, que contava com o “respaldo da Alianza Popular Libertadora, definida como Ibañista a la vez que incluía un notable número de fascistas” e o próprio Carlos Ibáñez, o qual “recibió el respaldo de los nacionalsocialistas”. Os fascistas tentaram, inclusive, promover um golpe através de setores do exército, da Igreja e da Embaixada dos Estado Unidos para impedir as eleições. Contudo, foram impedidos pelos carabineiros, assim, poucos dias antes do pleito Ibáñez retira sua candidatura em prol da Frente Popular (Luzón, Veral e Véliz, 2003, p.777).

democráticas, duas forças antagônicas: uma de direita e outra de esquerda, dos mais diversos estratos sociais. Possuía desde “millionarios terratenientes a simples obreros, pero el grueso de sus militantes correspondía al sector de clase media” (Roa Toro, 1989, p.27). Os princípios básicos eram “sufragio universal, libertad de prensa, libertad de asociación, igualdad ante la ley y educación obligatoria, gratuita y laica” (Roa Toro, 1989, p.27).

O Partido Socialista do Chile (PS) foi criado em abril de 1933, tendo como principal fundador o Comodoro-do-Ar Marmanduke Grove e o grupo que este liderou durante o governo socialista de 12 dias em 1932. Além desses, se fundiram diversos grupos: Ação Revolucionária Socialista, Ordem Socialista, Partido Socialista Marxista, Partido Socialista Unificado e a Nova Ação Pública⁵⁰. O PS foi constituindo-se como um pólo de atração para os dissidentes do PC quando esse se aproximou da linha soviética. A heterogeneidade foi um traço importante do PS. Era formado por um “marxismo sociológico muy influido por pensadores contemporáneos latinoamericanos como José Ingenieros y Juan Bustos, anárquicos, masones, trozkistas y social demócratas” (Friedmann, 1988, p.131). Isso sem contar os integrantes influenciados pelo projeto aprista peruano e futuramente por Fidel Castro. Porém, havia consenso em vários assuntos: “doctrina marxista [como método de interpretação], no pertenecían a la Tercera Internacional, aceptaban la lucha de clase, buscaban el término del sistema capitalista y apoyaban las bases de una revolución proletaria” (Friedmann, 1988, p.131). Eram a favor de um novo regime econômico planejado e de propriedade coletiva, nos quais se chegaria por meio da “dictadura de los trabajadores organizados” (Friedmann, 1988, p.132). Defendiam ainda a unidade política (antiimperialista) e econômica (socialista) do povo latino-americano através da criação da “Federación de Repúblicas Socialistas del Continente”⁵¹.

As conseqüências da vitória da Frente Popular em 1938 são extensas. No aspecto político, econômico e social do país, não chega a realizar nenhuma mudança acentuada. Porém, os partidos que a compõe não saem ilesos da experiência. O Partido Radical irá permanecer na Presidência até 1952, quando passará a ser acusado de corrupção pela oposição. Por parte do eleitorado, no início da década de 50, passará a ser visto como o causador da crise econômica e institucional.

⁵⁰ Na realidade, esses grupos começaram a surgir em 1931, após a primeira tentativa de organização socialista, que ficou conhecida como Unión Social Republicana de Asalariados de Chile (USRACH) e participaram também da formação da República Socialista promovida por Grove. Na formação do Partido, ainda estavam presentes o então líder estudantil Salvador Allende, Oscar Schnake e Eugenio Matte.

⁵¹ Conforme o Estatuto do Partido, aprovado no seu VIII Congresso, esses são os seus princípios fundantes.

O PC, mesmo mantendo a política de alianças, sofrerá rupturas, reagrupamentos e um sério golpe: a Ley de Defensa de la Democracia em 1947, durante o governo Radical de Gabriel González Videla, que até então era apoiado pelos comunistas.

O PS, por sua vez, irá sofrer “más de 50 divisiones en su historia” (Friedmann, 1988, p.131). Antes disso, crescerá eleitoralmente se retirando da Frente Popular em 1940⁵² e retornando em 1942, para apoiar a candidatura de Juan Antonio Ríos⁵³, do PR, que se apresenta devido à morte de Cerda. Com isso, ocorre a primeira cisão do partido, durante o seu 9º Congresso: os partidários de continuar apoiando o governo, mesmo que este representasse a direita, se uniram em torno de Marmanduke Grove; os partidários de se romper com o governo e resgatar a origem do partido, por outro lado, se uniram em torno da Corrente de Recuperação, liderada por Julio César Jobet. Grove e seus aliados rompem e formam o Partido Socialista Autêntico, que em 1946 se incorporará ao PC.

Até 1947, as cisões são constantes, mas abalam pouco o PS; porém, com a lei que tornou o PC ilegal, ocorre uma nova grande ruptura interna. Mesmo que o PS fosse anticomunista⁵⁴, principalmente pela ortodoxia do PC em relação à URSS, foi oficialmente contra a ilegalização do partido. Surgiu, então, uma dissidência contrária a postura pró-PC, que acabou na criação do Partido Socialista Popular (PSP).

O PSP irá apoiar Carlos Ibáñez nas eleições de 1952. O PS irá lançar o médico Salvador Allende (que havia sido ministro da Saúde, Previdência e Assistência Social de Cerda)⁵⁵. A coligação entre o PS e o PC (proscrito) se chamou Frente del Pueblo e obteve apenas 52 mil votos, ficando em 4º lugar (Valencia e Canque, 1973, p.173). Somente em 1958, quando o PS decide impulsionar a aliança com o PC através da formação da Frente de Acción Popular (FRAP), lançando novamente Salvador Allende como candidato, que o PS começa a crescer eleitoralmente. Embora Allende não tenha vencido, obteve 356.493 votos, o

⁵² Conforme o “Informe sobre Posición Política del P.S.” no ano de 1940, “el creciente poderío del P.S. despertó inmediata reacción en los partidos radical y comunista, que vieron en nuestro partido un formidable rival que amenazaba desplazarlos de sus posiciones políticas.” (p.15).

⁵³ O crescente descontentamento do PS se deu pela negação das diretrizes de esquerda por parte do governo. Isso foi agudizando, e em 1952 gera uma profunda crítica interna, principalmente devido ao apoio a Ríos, que pertencia à ala da direita do PR.

⁵⁴ Julio Cesar Jobet, em 1952, em um Caderno Socialista, publicação do PS, intitulado Socialismo y Comunismo, afirma que “Los comunistas no viven el marxismo; solamente lo inciensan y en la práctica hacen, muchas veces, lo contrario de lo que indican sus postulados” (Jobet, 1952, p.26).

⁵⁵ Allende inicia sua carreira política em 1929, como líder estudantil, vice-presidente da Federación de Estudiantes de Chile (FECH). Realiza marchas de protesto contra o governo de Ibáñez, sendo preso e julgado por três cortes marciais, que o absolvem. Elege-se deputado por Valparaíso e Quillota em 1937 (após participar da formação do PS). De 1945 até sua eleição como presidente, foi Senador da República.

que o colocou em segundo lugar, menos de três pontos percentuais atrás de Jorge Alessandri da Frente Democrática, que sucederá Ibáñez na Presidência.

Dois elementos vão marcar a esquerda chilena a partir de então: o primeiro diz respeito às “duras contradicciones [que] sacuden al mundo (...) bajo el manto optimista de una coexistencia pacífica que supone la distensión de la guerra fría, marcha implacablemente la penetración imperialista” norte-americana (Valencia e Canque, 1973, p.181). O segundo elemento, até certo ponto decorrente disso, é a crescente radicalização do PS e a sua aproximação com o marxismo-leninismo.

Conforme a redação do seu Estatuto de 1939, o PS é “la agrupación orgánica de los trabajadores (...) cuya finalidad es la de dirigir la acción política y económica de la clase obrera (...) hacia la realización del Socialismo”. Em 1962, a redação do mesmo primeiro artigo inclui: “de acuerdo com los principios científicos del marxismo” e em 1965, durante o seu XXI Congresso substitui-se marxismo por “sus principios marxistas-leninistas”⁵⁶.

Dessa forma, em 1964, a formação da mesma Frente de Acción Popular (FRAP) para as eleições presidenciais, que lança novamente a Salvador Allende, apresenta modificações fundamentais em relação às campanhas anteriores. Mesmo assim, outra derrota, agora para o candidato do Partido da Democracia Cristã Eduardo Frei.

Em 1970, com a formação da *Unidad Popular*, que amplia as coligações em relação à FRAP⁵⁷, a candidatura de Salvador Allende se dá com outra concepção política. As derrotas anteriores e a estabilização da Revolução Cubana têm um impacto bastante grande dentro do partido, que inicia um processo de “radicalización creciente de esquemas leninistas en todos los planos” (Friedmann, 1988, p.136). O Congresso de 1965 marcará esse movimento, “en un partido de tendencias, habían conseguido la hegemonía absoluta los sectores más radicalizados” (Friedmann, 1988, p.131); mas, é no Congresso de 1967 que será definida a posição final para o lançamento da candidatura de Allende em 1970:

El partido como organización marxista leninista, plantea la toma del poder como objetivo estratégico a cumplir por esta generación, para instaurar un Estado revolucionario que libere a Chile de la dependencia y el atraso económico y cultural e inicie la construcción del socialismo(...) Las formas pacíficas o legales de lucha(...)

⁵⁶ Nesse mesmo congresso se realiza a crítica a FRAP “por sus limitaciones ideológicas” (Friedmann, 1988, p.136).

no conducen por sí mismas al poder. El Partido Socialista las considera como instrumentos limitados de acción, incorporados al proceso político que nos lleva a la lucha armada(...) consecuentemente, las alianzas que el Partido establezca sólo se justificarán en la medida que contribuyan a la realización de los objetivos estratégicos ya precisados. (apud: Friedmann, 1988, p.131).

Ainda que esta fosse a visão oficial do Partido Socialista, a candidatura de Allende irá primar por um discurso menos radical em relação aos instrumentos de tomada do poder. Com a vitória, inclusive, o PS verá o setores mais radicais clamarem pelo retorno àquela tese que havia vencido em 1967 e que não havia sido confirmada durante a campanha ou durante o início do governo. Mesmo que Allende defendesse que se tratava da *via chilena ao socialismo*, em que a revolução respeitaria as instituições e a liberdade política e levaria ao socialismo, tornando-o irreversível, o candidato foi criticado internamente pelas tendências mais radicais e externamente pelos demais candidatos, que o acusavam de comunista. Obteve, porém, o apoio popular e se tornou presidente em 1970, com 1.070.334 de votos, ou 36,6%⁵⁸. Algo semelhante havia ocorrido nas eleições de 1958, excetuando o resultado, se repetia o que ficou conhecido como o paradigma dos três terços (Meza, 1999): a divisão bastante balanceada dos votos entre esquerda, direita e centro⁵⁹ e um cenário bastante claro em relação à posição dos candidatos no espectro político.

V. Ser de esquerda desde uma perspectiva brasileira

A esquerda brasileira se distingue da chilena principalmente pelas condições para a sua atuação. Se no Chile, a partir da década de 1930, persiste uma democracia estável que se romperá apenas na década de 1970, no Brasil, duas ditaduras influenciam intensamente a política nacional, controlando partidos, eliminando a oposição e tornando ilegais os partidos e movimentos de esquerda. A primeira, de 1930 até 1945, foi comandada por Getúlio Vargas; a segunda, de 1964 até 1984, pelos militares.

⁵⁷ Além do PS e do PC, se uniram o PR, o Partido Social Democrata, o API (Acción Popular Independiente) e o MAPU (Movimiento de Acción Popular Unitária), os dois últimos frutos de rompimentos de outros partidos.

⁵⁸ Em segundo lugar ficou Jorge Alessandri (independente) com 1.031.159 votos (35,3%) e, em terceiro, ficou Radomiro Tomić (Partido Demócrata-Cristiano) com 821.801 (28,1%). Esse resultado forçou o parlamento a decidir quem assumiria. Como de costume se optou pelo que havia conquistado a maior votação.

⁵⁹ Em 1958 o centro teve 31,6%, a esquerda teve 28,9% e a direita 20,7%; em 1964 a direita teve 56,1%, a esquerda teve 38,9% e o centro teve 5% (os votos, nesse caso, não foram balanceados, porém, o cenário era bastante claro).

A esquerda brasileira, em suas raízes mais contemporâneas, pode ser estudada a partir da ditadura militar de 1964⁶⁰. Isso não implica negar a importância do anarquismo, do socialismo⁶¹, do sindicalismo ou do comunismo, para citar exemplos bastante evidentes e atuantes desde antes da ditadura de Getúlio Vargas. Ocorre que, concomitante às violentas práticas repressivas utilizadas pelos militares e do seu teor anti-esquerda acentuado, há uma efervescência da esquerda, observável pelo surgimento e pela reorganização dos partidos e movimentos que se voltam fundamentalmente para o combate à ditadura e, posteriormente, para a tentativa de participação na democracia.

No Chile, durante período logo após 1964, a estabilidade da democracia fez com que a esquerda optasse pela participação através dos instrumentos constitucionais e pela conquista do governo pela via democrática. No Brasil, porém, a maior parte da esquerda acabou trilhando o caminho da guerrilha, já que a situação do país impunha essa opção.

Para Gorender (1987), o Partido Comunista do Brasil (PCB), por exemplo, tentava se posicionar de forma pacífica desde o fim da ditadura Vargas posto que “o bom caminho deveria ser o caminho pacífico da revolução (...) [que] se viabilizaria pela nova situação internacional favorável ao socialismo e pela correlação de forças existentes no país” (Gorender, 1987, p.30). Conforme o mesmo autor, “no período de 1946 a 1964 o PCB representou a principal força da esquerda de inspiração marxista” (1987, p.20). Assim, se mesmo antes do golpe de 1964 o partido já iniciara o processo de cisão pela formação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)⁶², verás, durante a ditadura militar, um fracionamento que desde a sua fundação, em 1922, não ocorria. Surgem o MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), a ALN (Aliança de Libertação Nacional) e o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) como alguns dos novos grupos que optam por se desvincular do Partido e adentrar na guerrilha.

⁶⁰ A Ditadura marca um dos períodos mais violentos da política brasileira. Para os militares, o Brasil vive uma constante guerra revolucionária. Desta crença surge a necessidade da aplicação da Lei de Segurança Nacional, fórmula criada pelos Estados Unidos e largamente utilizada na América Latina. A Doutrina de Segurança Nacional era produto de uma guerra contra comunistas realizada a partir de 1949 em território interno dos Estados Unidos. No Brasil, este mecanismo utilizou a repressão, as torturas, o esfacelamento dos Direitos Humanos, a quebra total do direito constitucional para eliminar toda oposição ao regime.

⁶¹ O Partido Socialista Brasileiro, antes chamado de Esquerda Democrática, fundado em 1945, bastante ativo, sobretudo no legislativo e no movimento das idéias, foi fechado pela ditadura militar em 1965.

⁶² O PCB, em 1962, se tornou Partido Comunista Brasileiro, pois, para poder se legalizar como um partido nacional, teve de mudar de nome. Nesse mesmo momento, surge o PCdoB, com um grupo dissidente que adota o nome do antigo partido, contudo com nova sigla.

Assim como acontece com o PCB, também ocorrerá com os demais partidos e agrupamentos de esquerda, como o POR(T), Partido Operário Revolucionário (Trotskista), fundado em 1953, que antes de desaparecer irá gerar inúmeros grupos de guerrilha. O POLOP (Política Operária)⁶³ de onde surgirá o POC (Partido Operário Comunista) e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), entre outros. Há, ainda, mais dois importantes agrupamentos anteriores ao golpe que vão participar da guerrilha: o PCdoB, que desde a cisão com o PCB já afirmara repelir as reformas de base e optar pela “violência revolucionária”, e a AP (Ação Popular), um movimento surgido entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960.

A AP era formada principalmente por estudantes católicos que se aproximavam da idéia de revolução socialista e negavam a Juventude Universitária Católica (JUC), movimento de jovens tutelado pela Igreja Católica ortodoxa. Defendia a teoria do socialismo humanista (uma concepção própria que tinha como base o marxismo) e possuía a inserção popular que faltava à maior parte dos outros movimentos. Embora a AP fosse contra a guerrilha, muitos do seu quadro formaram ou integraram grupos armados e, reforçaram, inclusive, o PCdoB na tentativa de guerrilha camponesa na Amazônia.

A existência da AP expressa um importante componente da esquerda latino-americana: a presença do pensamento marxista católico. A América Latina revela não apenas a atuação política de partidos cristãos, como o Partido Democrata Cristão do Chile, que tinha enorme importância eleitoral, mas mesmo, linhas de pensamento filosófico e teológico resultantes da atuação junto às comunidades carentes.

Camilo Torres é, talvez, o primeiro expoente religioso que adere a uma perspectiva revolucionária. Sacerdote colombiano, Torres adentra a luta armada e morre em combate, tendo o seu nome como símbolo da perspectiva teológica mais conhecida e importante do período, a Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação é resultado do crescente envolvimento de teólogos, jesuítas, leigos e estudantes com associações de bairro, sindicatos, ligas camponesas, movimentos de esquerda e centros de educação popular. Isso se torna possível devido à nova postura da Igreja, mais permeável a partir da década de 1960. Além disso, os conflitos sociais se intensificam e a participação da Igreja torna-se inevitável.

⁶³ Conforme Gorender (1987, p.36) a Política Operaria era uma revista publicada pela Organização Marxista e

No início da década de 1970, Gustavo Gutiérrez, padre peruano, escreve “Teologia da libertação – Perspectivas” e inaugura uma postura política radical para os religiosos. A partir daí, surgirá o movimento de “Cristãos pelo Socialismo”, que, devido ao envolvimento de seus participantes com atividades nas Comunidades Eclesiais de Base e nas Pastorais da Igreja Católica, inserirá os conceitos marxistas nas comunidades. Os ideais cristãos e de libertação acabam integrando a linha teórica de importantes grupos de esquerda, assim como de movimentos revolucionários, como o da Nicarágua e de El Salvador. No Brasil, nomes como o de Frei Betto e Leonardo Boff são expressões do envolvimento de religiosos com a guerrilha, possibilitando, além da inserção nas comunidades, a criação de estruturas de proteção aos perseguidos políticos.

O acirramento da repressão, a partir de 1968, faz surgir novos movimentos armados no Brasil, que são rapidamente eliminados. O mesmo ocorre com expressões pacifistas de oposição, embora a maior parte da esquerda tivesse optado por uma linha revolucionária com caráter de enfrentamento belicoso⁶⁴. Em decorrência disto, a atuação no cenário político se resumiu a dois partidos que simulavam uma democracia: a ARENA corresponderia aos interesses dos militares e o MDB, às reivindicações da esquerda⁶⁵. No fim, tentativas cada vez mais enfraquecidas de guerrilha urbana e rural se mantiveram até meados da década de setenta; contudo, já sinalizavam a derrota gradativa da esquerda.

A esquerda armada sucumbe e, algum tempo depois, se dá início ao processo de abertura política⁶⁶. Não é importante analisar o caráter desse processo nesse momento, somente que, em dezembro de 1979, nascerão alguns partidos como o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o Partido Democrático Social (PDS). Retornarão, a partir de então, alguns partidos de esquerda que já existiam, como o PCB e o PCdoB. Nascerão ainda, o Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT), o Partido Popular (PP) e o Partido dos Trabalhadores (PT), identificado com dirigentes de movimentos sindicais e único que não possuía origens partidárias anteriores ao fim da ditadura.

que acabou por ser o centro em torno do qual intelectuais e estudantes se organizaram.

⁶⁴ A esse respeito ver Löwy (1999, p.53). O autor afirma que o PCB não acreditava na luta armada, considerando as organizações que a promoviam como “aventureiras pequeno-burguesas”, o que se confirma na publicação do PCB: “Guerra popular : caminho da luta armada no Brasil. - Lisboa : Maria da Fonte, 1974”.

⁶⁵ ARENA e MDB simulavam uma democracia. Controlados, não apresentavam possibilidades de romper com os limites impostos pelos militares.

⁶⁶ A partir do Governo Ernesto Geisel (1974-1979) se inicia o processo, culminando com o governo do General João Baptista Figueiredo (1979-1985).

O PT surge na região mais industrializada do país, o ABC paulista, resultado da união de sindicalistas, entre eles Lula, intelectuais e militantes da luta contra a ditadura (incluindo neste grupo, alguns religiosos do socialismo cristão). Advogava para si as causas dos trabalhadores, defendendo um viés socialista, porém, com um discurso contrário aos modelos considerados pelos fundadores como pré-concebidos. A principal bandeira neste primeiro momento é a dos direitos dos trabalhadores e da luta pela democracia.

O Partido é organizado fundamentalmente por dirigentes sindicais que vinham realizando greves e mobilizações. Conforme Gadotti e Pereira, “em 1978, Luís Inácio da Silva, com 32 anos, presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo há três anos, ainda não pensava na criação de um partido político” (Gadotti e Pereira, 1989, p.20). Tratava-se do maior sindicato brasileiro e de Lula, o sindicalista mais reconhecido naquele momento. Lula, inclusive, afirma que “a situação da classe trabalhadora, para ser resolvida, independe da criação de um partido” (Gadotti e Pereira, 1989, p.20). A idéia do PT surge no ano seguinte, como o próprio Lula declarou, em dezembro de 1979: “eu era um dirigente apolítico até 77. Foi só com as greves que percebemos a necessidade de participação política” (apud: Gadotti e Pereira, 1989, p.21).

Em fevereiro de 1980, inicia-se o processo de legalização do PT. No limiar de uma ditadura, a postura assumida pelo partido já era menos radical. Conforme Lula: “eu entendo, que estes grupos radicais têm que evoluir politicamente até entender que propostas políticas radicais não têm vez no meio da classe trabalhadora” (apud: Gadotti e Pereira, 1989, p.22). Em função da origem de grande parte dos integrantes, o PT tem como objetivos a democracia e a liberdade sindical, estando aberto à participação de todos assalariados.

Logo na primeira campanha à Presidência da República, em 1989, o PT se consolidava como o principal partido de esquerda do país, pois o candidato Lula tem a derrota postergada ao segundo turno, o que, além de confirmá-lo como um nome ainda mais expressivo na política, lhe garante o posto de importante figura da esquerda. Porém, Lula é derrotado por Fernando Collor, candidato praticamente desconhecido por grande parte dos eleitores até as vésperas das eleições. O Partido da Reconstrução Nacional (PRN), assim como Collor, não possuía tradição na política nacional.

A constatação da origem da maioria dos votos de Collor será importante para a atuação do PT, assim como, para a sua vitória em 2002: “só nos meses seguintes iríamos

descobrir que os marginalizados, chamados por Collor de ‘descamisados’, constituíam uma vasta camada social (...) embora até hoje [1998] isso não seja consensual no PT (...) quem, hoje, decide as eleições no País é o voto desse setor” (Pomar, 1998, p.22).

Logo após a primeira candidatura de Lula à Presidência da República, conforme Löwy, “o Partido dos Trabalhadores como tal não se reclama marxista, mas seu programa democrático e socialista – aprovado no 7º Encontro, em 1990 – é, sem dúvida, de inspiração marxista” (1999, p.58). Porém, é nesse mesmo cenário – das primeiras eleições presidenciais, de uma nova perspectiva para a política nacional, de um segundo turno e conseqüente derrota de Lula e de maiores condições para a atuação da esquerda, que estava, até então, cerceada pelos militares – que a esquerda latino-americana verá o fim do regime soviético e a derrota sandinista na Nicarágua. Em decorrência disso, grande parte da esquerda verá a revolução como “um capítulo encerrado na história da América Latina” (Löwy, 1999, p.61).

Conforme declara o próprio Lula, “a gente nunca aceitou o modelo soviético como um modelo alternativo da sociedade” (PT, 2004). Essa negação da experiência socialista soviética irá marcar ainda mais o pensamento petista a partir da queda do Muro de Berlim e trará ao discurso do partido a noção de “ausência de ortodoxia e de dogmatismo” (Cândido, 2004). Essa linha é expressa no Sétimo Encontro Nacional do Partido em maio/junho de 1990, da seguinte forma: “o PT não possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta” (Resoluções, 1998, p.430).

O governo Collor, impedido de continuar seu mandato devido às acusações de corrupção, dará lugar ao governo do vice, Itamar Franco. Durante esse período, o país conhecerá Fernando Henrique Cardoso do PSDB (Partido Social Democrata do Brasil), que era ministro da Fazenda. Fernando Henrique irá concorrer a presidência em 1994 e terá como trunfo na sua campanha o projeto econômico vigente, que agradava camadas sociais eleitoralmente decisivas.

Nesse sentido, a visão do PT sobre o sistema econômico se modifica, entre os anos de 1990 e 1994. Nos documentos do Sétimo Encontro Nacional em 1990, encontra-se a seguinte leitura sobre o capitalismo: “é o capitalismo brasileiro, com sua dinâmica predatória, o responsável pela fome de milhões, o analfabetismo, a marginalidade, a violência que se dissemina por todos os planos da vida nacional. É o capitalismo que conserva e aprofunda as

bases reais da desigualdade social no Brasil” (Resoluções, 1998, p.431). Dessa compreensão surgem duas importantes perspectivas: uma é expressa nos “documentos constitutivos do PT – Manifesto e Programa de Fundação – [que] já advogavam a superação do capitalismo como indispensável à plena democratização da vida brasileira” (Resoluções, 1998, p.431). A outra é que, “semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo” (Resoluções, 1998, p.431). Em 1994, no Nono Encontro Nacional, a questão surgirá deslocada para a “reversão do período de predomínio da ideologia neoliberal” pois “a vitória de Lula e seu governo de reformas democráticas e populares significarão uma derrota profunda do projeto neoliberal e do secular domínio das classes dominantes sobre a política” (Resoluções, 1998, p.578). Porém, a proposição formulada no Encontro não é contra o capitalismo, mas defende a possibilidade de “superar a crise e retomar o desenvolvimento, com distribuição de renda, riqueza e poder” (Resoluções, 1998, p.578).

A vitória de Fernando Henrique, em 1994, orientou o PT para a disputa de 1998, com uma

tática eleitoral de alianças mais amplas que o campo democrático-popular para as disputas estaduais e nacional, sem cair no sectarismo e na desfiguração do programa partidário, coibindo o oportunismo eleitoreiro e o isolacionismo. O que deve definir nossas alianças eleitorais é a oposição a FHC, ao neoliberalismo e aos partidos de direita. (Resoluções, 1998, p.670).

Mesmo com a proposta de formação de uma frente, em que “o PT deve continuar a experiência de 89 e 94, mantendo a Frente com o PSB e PCdoB, ampliando-a para o PDT, sem descartar alianças com personalidades do PMDB que se opõem ao neoliberalismo e ao governo FHC” (Resoluções, 1998, p.670), Lula foi derrotado, novamente por Fernando Henrique.

Na campanha eleitoral de 2002, quando Lula é eleito presidente, a denominação “PT Light” foi difundida como expressão de mudança: o partido de esquerda que ostentava uma imagem de radical e irresponsável e que poderia converter o país no caos, teria se tornado mais leve (leia-se menos radical) e responsável. Apesar de alianças com setores considerados de direita, da composição de uma coligação com o Partido Liberal (PL) – que participou com o candidato a vice-presidente, José Alencar – e dos indicativos da idéia de PT

Light, a imagem de partido de esquerda permaneceu praticamente incólume: alguns intelectuais puseram-na em dúvida, outros defenderam-na; seguindo a mesma discussão vieram os jornalistas e, na cola, os empresários debatendo os perigos e vantagens de um governo petista. No fim, para grande parte desses setores e para a maioria da população, a candidatura representava uma vitória esperada desde a primeira campanha presidencial do partido, em 1989. Era a esquerda dos trabalhadores que haviam lutado pelo fim da ditadura e pelas Diretas Já que chegava à Presidência da República; porém, com um acréscimo importante para a opinião pública: sendo considerada pela mídia como resultado de um amadurecimento advindo dos 22 anos do partido e das experiências de governo nas cidades e estados.

PROGRAMAS DE GOVERNO E A CONSOLIDAÇÃO DE PROPOSTAS DE ESQUERDA

I. A construção dos dados

A comparação entre as propostas de governo da esquerda latino-americana, representadas pelos programas eleitorais de Luís Inácio Lula da Silva e Salvador Allende, necessitou a construção de uma metodologia para produção e análise dos dados capaz de abarcar o conjunto de idéias que permeiam os programas de governo apresentados. Para tanto, foi selecionado um eixo principal de análise dos programas de governo. Nesse sentido foi realizado um recorte analítico que privilegiou a leitura, dentro dos programas de governo, *das percepções sobre a relação entre Economia/Sociedade/Estado*. Ou seja, concentrou-se a atenção no estudo sobre como a relação entre o sistema econômico, a sociedade e a função do Estado é vista em cada programa. Isso se deve à idéia de que essa tríade poderia tornar mais nítido o posicionamento tanto da esquerda quanto da direita.

Os documentos analisados são compostos pelos Programas de Governo relativos à área econômica. Isso se deu porque, além da necessidade de um recorte que limitasse a abrangência do material documental, acredita-se que as possíveis tensões que impelem mudanças nas concepções dos programas e, portanto, nas propostas apresentadas pela esquerda, são mais claras nessa esfera programática. Além disso, acredita-se que é no plano das propostas políticas relativas à economia que se pode definir com mais precisão a posição no espectro ideológico.

Tanto no caso de Salvador Allende quanto no de Luís Inácio Lula da Silva o recorte utilizado foi o das primeiras e das últimas campanhas eleitorais, portanto, dos anos de 1952 e

de 1970 no caso chileno e dos anos de 1989 e 2002, no caso brasileiro. Esse recorte temporal foi realizado devido aos limites de escopo do presente trabalho que pretende compreender as mudanças presentes nas concepções dos programas de governo nos dois casos citados. Isso impele a seleção dos extremos – primeira e última tentativa eleitoral – pois eles podem mostrar as mudanças com mais nitidez e demarcar os pontos de maiores modificações.

Frente ao eixo de análise proposto, a comparação dos programas dos candidatos foi realizada tendo em vista o seu conteúdo partindo de uma série de sete indicadores que serviram como princípios de análise. Os indicadores são compostos por diferentes elementos que dependem dos próprios programas de governo, uma vez que se tratam dos temas relativos aos objetivos de cada proposta ou da área mais específica na qual a proposta se enquadra.⁶⁷

O primeiro indicador analisado foi **visão sobre o capitalismo**. Esse indicador pretendeu abarcar as concepções contidas nos programas de governo sobre o sistema econômico vigente, tendo importância os juízos sobre as suas qualidades ou defeitos. O segundo indicador foi **relação entre o Estado e a economia**. Esse indicador pretendeu compreender como as propostas expressam a visão de como é e de como deve ser a relação entre o Estado e o sistema econômico. O terceiro indicador – **relação entre o capital e o trabalho** – pretendeu compreender de que forma as propostas tratam a situação e a relação capital/trabalho em cada momento. O quarto indicador analisado foi **relação entre o capitalismo e os problemas sociais**. Esse indicador tinha como objetivo tornar mais clara a percepção contida nos programas de governo sobre qual a relação entre o sistema econômico e os problemas sociais, ou seja, se o capitalismo é causador ou auxilia na solução dos problemas sociais. O quinto indicador – **principais problemas do país** – visava a compreender como os programas entendem os problemas econômicos do país, suas origens e causas. O sexto indicador utilizado foi **principais propostas econômicas**. Teve, por sua vez, o objetivo de entender quais fundamentos baseiam as propostas. Por fim o sétimo indicador – **relação Sistema Econômico Nacional/Internacional** – que visava a compreender a concepção contida nos programas sobre a economia nacional e internacional, assim como as propostas de relacionamento entre essas duas esferas.

Os elementos que compõem cada indicador foram sendo elaborados à medida em que surgiam conteúdos importantes dentro dos programas. Um exemplo é a questão da dívida

⁶⁷ Constam anexo os quadros comparativos resumidos dos programas de governo dos candidatos. Ver anexos um e dois.

externa, que aparece no primeiro programa de governo de Lula como uma questão fundamental. Desta forma, dívida externa, se tornou um elemento que também foi buscado no último programa. Neste, a questão aparece vinculada a outras, ou seja, torna-se secundária. Assim, ficou claro, como se pretende mostrar, a alteração nas concepções que baseiam as propostas sobre o problema da inflação. Se analisamos o indicador “visão sobre o capitalismo” vemos que, no primeiro programa, a proposta de rompimento do pagamento da dívida está baseada na percepção que se tem sobre o sistema econômico que impede o desenvolvimento do país. No programa vencedor, a proposta de honrar o pagamento da dívida tem por base a convicção de que é possível o desenvolvimento do país seguindo o sistema capitalista.

O presente capítulo está dividido em três partes. A primeira é dedicada aos programas de Luís Inácio Lula da Silva; a segunda aos programas de Salvador Allende e a terceira a uma análise conjunta sobre os resultados de cada série de programas. As duas primeiras partes utilizam duas dimensões analíticas para apresentar os dados relativos aos programas de governo. A primeira dimensão é **quais as mudanças de concepção do programa de governo?** Ou seja, que concepções não se consolidam dentro do programa e são substituídas por novas concepções? E, a segunda dimensão é **quais as propostas que mudam?** Ou seja, que propostas não se consolidam e são substituídas por outras propostas?

II. Luís Inácio Lula da Silva: análise dos programas de 1989 e 2002

Luís Inácio Lula da Silva apresenta, em 1989, um programa de governo cujas propostas de desenvolvimento econômico, conforme as bases do Plano de Ação de Governo (PAG) divulgadas no VI Encontro Nacional do Partido (de 16 a 18 de junho de 1989), têm como fundamento a idéia de um novo modelo de desenvolvimento econômico. Consta, no mesmo documento, que:

os pressupostos do novo modelo, que deverão orientar o conjunto de políticas específicas a serem implementadas, são os seguintes: a- mudanças amplas e estruturais na ordem capitalista vigente, opondo-se ao modelo econômico dependente do imperialismo, controlado pelos monopólios e pelos latifúndios; b- subordinação da propriedade privada dos meios de produção e distribuição aos objetivos sociais da atividade econômica; c- rompimento dos laços de dependência

financeira e tecnológica com o sistema capitalista internacional: d- mudança no papel do Estado, com a recuperação das suas funções de planejamento e orientação da vida econômica, mantendo o controle sobre setores produtivos e financeiros estratégicos da economia; e- distribuição de renda com vistas à erradicação da miséria absoluta, redução das desigualdades regionais e ampla difusão dos benefícios gerados pelo desenvolvimento, com busca permanente do pleno emprego dos trabalhadores; f- desenvolvimento voltado para as necessidades do povo brasileiro. (Resoluções, 1998, p. 408).

O cenário nacional em que é promovido o programa de governo de 1989 tem elementos importantes a serem destacados. O recente fim do governo militar e do seu modelo de desenvolvimento é o primeiro fator que influencia no programa de Lula. Outro fator importante é a crescente inflação, que no ano de 1988 havia somado quase 1.000%, e é envolvida pelo pagamento de uma dívida externa que consome uma parte razoável do Produto Interno Bruto. Por outro lado, o cenário político que apontava uma disputa entre Luís Inácio Lula da Silva e Leonel de Moura Brizola e que posteriormente irá permitir o surgimento de Fernando Collor de Melo como o candidato preferencial de parte da elite nacional.

Em 2002, por sua vez, Lula passa a declarar em inúmeros espaços que o seu principal objetivo é se tornar Presidente da República. Com isso, assume um discurso bastante aberto em relação às propostas que representa. Em sua carta aos brasileiros, documento que anuncia suas posições, Lula declara que:

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública. (Carta aos brasileiros, 2002, p.1).

É certo que o contexto em que são apresentadas as propostas de 2002 é bastante díspar daquele que envolve o programa de 1989. O problema da inflação, por exemplo, não pode mais ser encarado como um grande problema nacional. A dívida externa, que, conforme

o programa de 1989, compunha um fator decisivo para o crescimento da inflação, vinha sendo paga regularmente pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse, por sinal, alijou Lula, por duas eleições consecutivas, da presidência o que possivelmente ajuda na definição de uma nova estratégia eleitoral. Em 2002, ao contrário das demais eleições, Lula encabeça as pesquisas e procura congrega o apoio de diversos setores da sociedade e partidos políticos. Esses aspectos influenciam a composição do programa de governo, porém, a análise dos dados empíricos apresenta uma série de alterações que podem indicar que a influência desse contexto não é suficiente para explicar porque propostas de esquerda não se consolidaram na democracia latino-americana.

1. Principais mudanças na concepção do programa de governo:

As mudanças mais evidentes nas concepções das propostas econômicas de Lula podem ser resumidas em cinco pontos principais: passa a aceitar o livre mercado global; passa a aceitar o modelo de desenvolvimento; passa a aceitar o setor privado; passa a buscar o consenso; e, possui uma nova perspectiva sobre relacionamento entre as camadas sociais.

1.1. Passa a aceitar o livre mercado global:

As propostas expressadas no programa de governo apresentado em 1989 viam o livre mercado capitalista internacional com maior preocupação do que em 2002. O primeiro item do projeto para a economia chamado “Dívida Externa” trazia como primeiro subtítulo “Agiotagem internacional”. Defendia-se, naquele momento, que o pagamento de tantos juros devido à dívida externa “impede a retomada do crescimento, condena à miséria milhões de pessoas e pode contribuir, em prazo não muito longo, para que também entre nós se instale um processo hiperinflacionário”. (programa de governo - economia, 1989, p.1). Assim, o não pagamento da dívida expressava uma tentativa de desenvolvimento econômico, de evitar o aumento da inflação, de realizar melhorias sociais e de certo rompimento com o que era identificado como imperialismo e com formas de relacionamento que mantinham o Brasil dependente.

O maior controle da inflação em 2002 desvia o objeto das propostas, o que é esperado, mas também modifica a posição relativa aos organismos credores e a posição brasileira frente ao pagamento da dívida externa. Dito de outra maneira, em 2002, o programa

de governo prevê o pagamento da dívida pois isso garante maior credibilidade no cenário internacional e assim, atrai os investimentos produtivos estrangeiros que garantem emprego, melhorias sociais e desenvolvimento econômico. O respeito aos organismos credores toma o lugar da postura crítica de 1989, que rechaçava qualquer ingerência estrangeira. O projeto econômico de 2002 é composto pela idéia de convívio internacional e da necessidade do capital estrangeiro.

Esse tipo de capital era visto como um dos grandes motivadores dos problemas econômicos do país em 1989. Assim como, as empresas estrangeiras e os bancos privados, que eram vistos como geradores de desemprego e exploração. Quanto ao capital especulativo, o programa de 1989 também previa a redução de juros e o bloqueio da entrada deste tipo de investimento. Isso pois, era identificado como um dos causadores da crise econômica, uma vez que não produziria empregos e apenas exportaria o capital nacional. O capital especulativo devia ser impedido de entrar no sistema financeiro brasileiro.

Em 2002 a proposta de inserir o país de forma soberana no sistema econômico mundial e de incentivar a participação em todos os blocos comerciais, previa o investimento no setor privado exportador, o auxílio aos grandes grupos produtivos que assim procedessem e a convicção de que o capital especulativo é negativo, todavia, necessário e, portanto, deve ser aceito. Esse capital, embora leve fundos para o exterior e não produza bens diretamente, deve ser incentivado pelo governo a permanecer mais tempo no sistema financeiro nacional, ou seja, o problema é o tempo de permanência desses investimentos que vem sendo muito pequeno e deve ser aumentado.

1.2. Passa a aceitar modelo de desenvolvimento:

Fica claro através do Programa de Governo de 2002 e da análise do tópico anterior, que também passa-se a aceitar o modelo de desenvolvimento econômico vigente. Isto é, em 1989 as empresas privadas são consideradas formas de concentrar a renda. Não existem propostas para combatê-las, mas há a idéia de lutar contra monopólios e oligopólios. Por suposto, as grandes empresas privadas seriam sobretaxadas, assim como as multinacionais. Existe uma visão negativa em relação a esses agentes econômicos.

A ingerência sobre a economia de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a

Organização das Nações Unidas (ONU) e dos Estados Unidos é vista como uma forma de inserção subjugada do Brasil no comércio mundial.

O capital financeiro é um inimigo que deve ser evitado, como dito anteriormente. Conforme o programa de 1989, o crescimento da produção deve ser perseguido, contudo, deve-se compreender a importância dos pequenos e médios produtores e da seleção de setores que podem representar melhoria econômica. Não se deve investir em grandes empresas ou em multinacionais, ou mesmo conceder isenções de impostos ou taxas.

Em 2002, as propostas visam a incentivar empresas privadas e multinacionais que geram empregos e desenvolvimento. Assim, se defende o crescimento do setor privado como forma de melhorar o aspecto social. Os impostos oneram a produção tornando os produtos brasileiros pouco competitivos no mercado internacional. Investir no aumento da produtividade e da competitividade, reduzir impostos e incentivar as indústrias exportadoras com o intuito de inserir-se de forma soberana nos blocos comerciais como o Mercosul e a Alca. Os acordos com o FMI, Banco Mundial, e OMC devem ser honrados pois permitem a conquista de investimentos externos produtivos. Estados Unidos deve ser visto como parceiro comercial.

Pretende-se promover o desenvolvimento utilizando o livre mercado internacional e permitindo a entrada do capital especulativo internacional no sistema financeiro nacional, todavia, mantendo-o por mais tempo no Brasil.

1.3. Passa a Incentivar o setor privado:

Como foi definido nos dois tópicos anteriores, o programa de governo de Lula passa a incentivar o setor privado. Isso significa que se substitui a perspectiva negativa que o setor privado possuía por uma roupagem positiva. Essa roupagem inclui a noção de que o setor é um agente independente que exerce, na organização social, uma atividade fundamental da qual os demais agentes (Estado, sindicatos, partidos, trabalhadores etc.) dependem.

Em 2002 o crescimento das empresas gera desenvolvimento econômico e social. Em 1989, apenas o Estado estaria preocupado com o aspecto social. Qualquer crescimento no setor privado, se revertido em ganhos sociais, somente ocorreria pelo aumento de empregos e pela intervenção do Estado como administrador do mercado e como proponente de políticas

sociais. O programa de 1989 não está isento de propostas de incentivo ao setor; contudo, objetiva modificações e um maior controle para que isso ocorra.

A concepção adotada em 2002 é de que ao se reativar a parceria com o setor privado e o investimento no desenvolvimento, especialmente da exportação, os ganhos serão maiores que as perdas e se darão pela maior arrecadação do Estado e pela inserção no mercado internacional. Na agricultura, a postura dessa proposta é incentivar a agroindústria exportadora, forma de produção que era vista em 1989 como forma de alijar os trabalhadores rurais de suas terras e das condições ideais de trabalho. Nesse sentido, o programa de 2002 pretende ativar a reforma agrária para gerar paz, ao contrário da proposta de 1989, que a defende como meio para distribuição de renda e geração de emprego.

A proposição efetuada em 2002 de promoção do desenvolvimento utilizando a competitividade nacional e a concepção de que os juros asfixiam o setor empresarial produtivo contrapõem-se às concepções expressas em 1989. Em 1989, se compreende que o papel do Estado é regular o mercado e planejar o desenvolvimento, como está expresso no próprio documento, da mesma maneira como “nos países capitalistas, [em que] desde a década de 1930 se reconhece como necessária a dimensão do planejamento nas políticas econômicas e sociais” (programa de governo, 1989, p.16). Desta forma, não se trata de investir na competitividade das empresas e sim nos setores de interesse social, como o dos bens de consumo de massa e nas empresas que têm capacidade de gerar mais empregos. A questão dos juros, por sua vez, é vista no primeiro programa de governo, como uma forma de atrair o capital volátil e retirar capital nacional, portanto, uma forma de lesar o país. Não se trata, portanto, de uma forma de asfixiar a produção como expressa o programa de 2002. Aquela posição, todavia, não induz à qualquer proposta de diminuir a taxa e os impostos sobre a produção, como ocorre em 2002 sob o pretexto de aumentar a competitividade, e sim de diminuir os juros.

1.4. Passa a buscar consenso:

Um dos resultados dessas mudanças é a busca pelo consenso. Em 1989, as propostas se apresentam como sendo representativas das reivindicações dos trabalhadores. A política brasileira é denunciada como sendo a política das elites. A proposta é “uma nova dinâmica econômica” em que “não vamos perder um só minuto do nosso tempo para defender o Estado que aí está. Não foi o povo que montou e não é o povo que o controla (...) o poder tem sido

exercido por uma aliança em que se misturam elites industriais e financeiras, ávidas de lucros fáceis, com elites agrárias, anti-reformistas até a medula” (programa de governo, 1989, p.16). A inflação, os impostos, a economia como um todo, as elites, os empresários, todos estão em oposição aos trabalhadores. Essa oposição se dá através de mecanismos para explorar e subtrair ainda mais os salários, como no caso da inflação, dos impostos e das relações de trabalho, ou ainda, nos interesses conflitantes entre as elites, os empresários e os trabalhadores.

Em 2002, os trabalhadores ainda são considerados o objetivo do governo, uma vez que o discurso vinculado ao Partido dos Trabalhadores permanece; contudo, surge a idéia de representar todos os eleitores. Isso fica mais claro quando se percebe a nova concepção sobre a importância das empresas privadas como geradoras de desenvolvimento e a necessidade de investimento nesse setor. Da mesma forma, a conclusão de que os impostos sobrecarregam a classe média e devem ser reduzidos. Por fim, o combate à fome e à miséria que atingem grande parte da população. As propostas que visam a representar todas essas camadas sociais não são consideradas, em 2002, incompatíveis. É por isso que, nesse mesmo programa, surge a afirmação de que desigualdades também são combatidas no plano cultural. Desta forma, alguns problemas são resolvidos através de políticas públicas, outros no plano cultural e outros no econômico.

1.5. Nova perspectiva sobre relacionamento entre as camadas sociais:

O item anterior destaca ainda outro elemento que se altera na concepção das propostas de governo de Lula. Trata-se da relação entre as camadas sociais. Em 1989, o programa de governo afirma que os trabalhadores são explorados, o sistema econômico diminui ainda mais as suas condições e as desigualdades sociais são alarmantes no país. Um dos causadores desses problemas são as elites nacionais. Embora o programa não pretenda qualquer tipo de rompimento radical com a situação, ela é identificada, isto é, concebida desta maneira. É por isso que o programa define que as propostas são representativas dos trabalhadores e não da sociedade como um todo. As reivindicações dos trabalhadores podem levar ao bem comum, mas as políticas econômicas propostas devem reverter as políticas capitalistas aplicadas pelos militares em acordo com as elites nacionais.

Em 2002, por sua vez, as propostas são definidas pela compreensão de promoção do entendimento entre os trabalhadores e empresários. Estes contribuem para o desenvolvimento

social, pois geram empregos, investem na melhoria da infra-estrutura e produzem bens que geram divisas para o país. A congregação ou o dito pacto social entre empregados e empregadores prevê uma série de reformas (previdenciárias, trabalhistas, econômicas) que devem buscar a maior competitividade da indústria brasileira no mercado interno e externo e solucionar o problema do aumento do desemprego e o dos baixos salários oferecidos no mercado interno.

A nova concepção expressa, ainda, a idéia de que os investimentos em um setor ou em uma camada social serão revertidos em avanços nos demais. É o caso dos investimentos na produção que, além de melhorarem a competitividade e, portanto, aumentarem os ganhos da burguesia, representariam melhorias para os trabalhadores, uma vez que o investimento é revertido em empregos e divisas para o Estado.

O quadro abaixo apresenta uma síntese dessa dimensão analítica:

Quadro 1: Alterações na concepção dos programas de Lula

Alteração na concepção	Como era em 1989	Como ficou em 2002	Resultado
1. Mercado Capitalista Internacional	Crítica e rompimento	Inserção é necessária	Modificou
2. Modelo de Desenvolvimento	Crítica o modelo	Adoção do modelo	Modificou
3. Setor Privado	Crítica ao setor	Incentivo ao setor	Modificou
4. Consenso entre os setores	Não é possível	Deve ser buscado	Modificou
5. Relacionamento ente as camadas sociais	Interesses contraditórios	É possível melhorias para todos	Modificou

Desta forma, como o quadro apresenta, as principais concepções que configuram as propostas de Lula acabam se alterando durante as suas tentativas eleitorais. Isso é um indicativo das características da mudança e de um movimento que pode ser identificado como de aproximação com a direita. O fato também leva a considerar que as propostas não se consolidam porque há a transformação das suas concepções e não apenas pela transformação do contexto.

2. Principais mudanças nas propostas (que propostas que não se consolidam)

2.1. Dívida externa:

A proposta relativa à questão da dívida externa não se consolida, pois, no primeiro programa, previa-se o rompimento com os credores e, no programa vencedor, se postula o pagamento da dívida. Essa proposta se altera e evidencia a modificação na concepção da questão: em 1989 a dívida externa era uma exploração da economia brasileira, ocupando “posição central na crise econômica do nosso país (...) [pois] impede a retomada do crescimento, condena a miséria milhares de pessoas (...)” (Programa de governo, 1989, p.1). Ela significava a posição subjugada do país perante o sistema financeiro internacional e passa a significar uma maneira de fortalecer a imagem do Brasil perante organismos que podem proporcionar o desenvolvimento. A proposta expressa, portanto, que se passa a concordar com o modelo de desenvolvimento vigente vinculado ao livre mercado global e aos credores internacionais e a aceitar a inserção no sistema financeiro internacional.

2.2. Sistema econômico e questão social:

A proposta relativa à questão social não se consolida, pois a proposta inicial era de políticas públicas de distribuição e desconcentração de renda e planejamento econômico e a proposta vitoriosa foi a de investir na exportação para aumentar a produção e gerar empregos. Essa nova proposta expressa que a concepção da questão sofreu uma transformação. As propostas vão do planejamento da produção pelo Estado ao investimento do Estado na produção, apresentando duas mudanças claras de concepção. A primeira mudança é relativa ao incentivo ao setor privado que passa a ser visto como um agente sócio-econômico independente e a segunda, relativa ao relacionamento entre as camadas sociais, que define a qualidade do relação entre a elite e os trabalhadores, isto é, acredita-se que investindo em um grupo, necessariamente, vantagens se reverterão ao outro grupo.

2.3. Sistema financeiro:

A proposta de políticas relativas ao sistema financeiro internacional não se consolida visto que, no primeiro programa, se propunha uma reforma para estancar a fuga de capitais e consolidar uma reserva interna e a promoção da queda na taxa dos juros para evitar o capital especulativo internacional. Já no último programa, a proposta é de revigorar o Mercosul, inserir-se soberanamente na ALCA e demais blocos econômicos e manter um bom relacionamento com EUA, ONU, FMI, OMC e Banco Mundial. O programa vitorioso define que o capital especulativo não é bom, mas o país depende dele. Assim, o Brasil deve se

proteger, mas não se fechar a esse tipo de capital. A inserção soberana proposta em 2002 deve ser alcançada pelo investimento no crescimento do setor produtivo exportador e no aumento da competitividade externa dos produtos brasileiros.

2.4. Estado:

As propostas relativas à participação do Estado na economia não se consolidam, pois no programa de 1989 se propunha dosar mercado com plano estatal, estatizar bancos e, se fosse preciso, aumentar o poder do Banco do Brasil, intervir para regular certos mercados e desestimular movimentos especulativos. Além dessas medidas, havia certo repúdio aos subsídios às grandes empresas e o projeto para “reestruturar o Estado em cinco direções principais: democratização e transparência, eficiência administrativa, fim do predomínio dos grandes grupos econômicos, reforma fiscal e saneamento das Estatais” (programa de governo, 1989, p.31). Em 2002 se propõe a desprivatização do Estado, a regulação do mercado e o impedimento de oligopólios e monopólios, proposta essa que se consolida, pois já compunha o programa de 1989. Por fim, o programa de 2002 apresenta proposta de unir empresários, governo e trabalhadores, com investimentos no setor produtivo que se reverterão em divisas para o Estado, aumento da renda dos empresários, melhoria de salário e diminuição do desemprego para os trabalhadores. Essa proposição final não é compartilhada em 1989.

2.5. Inflação:

As propostas econômicas relativas à questão da inflação não se consolidam, pois no primeiro programa de governo elas visam o controle de preços, uma política de abastecimento de produtos e a rejeição das receitas recessivas impostas por organismos internacionais. Em 2002 as propostas são manter a inflação controlada e a estabilidade dos preços.

2.6. Mercado:

Em relação à questão do mercado as propostas econômicas não se consolidam. Entre a série de propostas que compõem o programa de 1989 destacam-se o combate aos oligopólios, a reestruturação dos organismos de controle e a negociação com os setores produtivos para fixação de preços e margem de variação. Em 2002, propõe-se a fixação de um compromisso com a produção voltada para a exportação, com todo auxílio estrangeiro sendo bem-vindo e o controle do Estado no combate aos monopólios e oligopólios. A preocupação expressa é a de melhorar a competitividade internacional da produção brasileira

As não consolidações de algumas propostas e as suas substituições têm como base o conjunto de mudanças de concepção delineados anteriormente. Aceitar a lógica do livre mercado global, o tipo de desenvolvimento, defender a possibilidade de consenso entre as camadas sociais, definir o setor privado como agente social independente são as bases para as novas propostas.

2.7. Tributos:

As propostas relativas à questão dos tributos também não se consolidam, pois o programa de governo de 1989 apresentava a meta de recuperar a carga tributária para combater o desequilíbrio do setor público (maior cobrança dos grandes capitais e menor de assalariados e pequenos produtores). Já em 2002, a meta era uma Reforma Tributária que desonerasse a produção e os investimentos produtivos, sem prejudicar a classe média e com melhorias para os trabalhadores, que terão maior acesso ao consumo.

As propostas abrangidas nesse elemento expressam de forma clara a diferença na concepção dos programas de governo de Lula nos anos analisados. Buscar o consenso entre as camadas sociais só é possível se não se compreende uma delas como sendo causadora dos problemas econômicos que atingem o país. Assim, todas devem ser representadas nas propostas apresentadas. É o caso da proposta de tributação que desonera todas as camadas. Também expressa a nova concepção sobre o desenvolvimento, uma vez que aposta na competitividade da produção como meio de solucionar a problemática econômica. Também expressa a mudança na concepção do setor privado que passa a ser fundamental.

O quadro seguinte apresenta uma síntese dessa dimensão analítica:

Quadro 2: Alterações nas propostas de Lula

Alterações	1989	2002	Resultado
1. Dívida Externa	Não pagamento, pois prejudica o país	Pagamento auxilia crescimento	Não consolida
2. Sistema econômico e questão social	Planejamento e desconcentração	Investir no privado	Não consolida
3. Sistema financeiro	Proteger-se da sua ação	Inserir-se competitivamente	Não consolida
4. Estado	Intervir diretamente no planejamento econômico	Aumento da exportação	Não consolida
5. Inflação	Rejeição das propostas estrangeiras	Controlar inflação	Não consolida
6. Mercado	Negociar para fixar preços	Investir na competitividade	Não consolida
7. Tributos	Recuperar carga tributária	Desonerar a produção	Não consolida

As sete propostas que não se consolidam, como apresenta o quadro dois, não se alteram unicamente devido ao contexto. Em relação à dívida externa ou à inflação pode-se considerar que a influência é direta. Contudo, nos outros casos o contexto age indiretamente, apenas para justificar as novas medidas. Dito de outra forma, as transformações das propostas não seguem apenas as novas exigências históricas e sim a mudança na própria concepção das propostas, como apresentado anteriormente.

As modificações programáticas ficam ainda mais claras quando consultamos diretamente aos indicadores construídos para a análise das transformações dos programas, como apresenta o quadro abaixo:

Quadro 3: Comparação dos programas de Lula pelos indicadores analíticos

Indicadores	1989	2002	Resultado
1. Visão sobre capitalismo	Modelo brasileiro deve ser abandonado, pois prejudica o trabalhador	É possível desenvolvimento capitalista	Modificou
2. Relação entre Estado e economia	Economia deve auxiliar Estado para que este possa investir no social	Estado deve auxiliar desenvolvimento da Economia	Modificou
3. Relação entre capital e trabalho	Assalariado é penalizado	Deve haver união	Modificou
4. Relação entre capitalismo e problemas sociais	Capitalismo é produtor de injustiças sociais	Desenvolvimento capitalista pode resolver problemas	Modificou
5. Principais problemas do país	Capitalismo brasileiro	Modelo FHC	Modificou
6. Principais propostas econômicas	Estado deve administrar o capitalismo	Investir na competitividade	Modificou
7. Relação Sistema Econômico Nacional/ Internacional	Brasil é prejudicado pela relação de submissão à economia	O Brasil pode tornar-se soberano se investir na produção	Modificou

O quadro três é composto por uma síntese dos resultados atingidos pelos indicadores e pelos elementos que os compõem, como consta, de forma resumida, no anexo 1. Apresentado de forma simplificada, o quadro salienta o teor das modificações dos programas de Lula mostrando, dessa maneira, o rumo tomado pelas propostas de Lula.

III. Salvador Allende: análise dos programas de 1952 e 1970

Salvador Allende Gossens lança seu programa de governo em 1951, fruto de profunda insatisfação de setores do Partido Socialista que haviam formado o Movimento de Recuperação Socialista (MRS), em outubro de 1951, como forma de expressar uma posição contrária à outro setor do Partido que decidira apoiar ao candidato Carlos Ibáñez del Campo. Entre os descontentes, estava Allende que acabou sendo aclamado no dia “1 de noviembre de 1951, en el local del partido socialista, conocido como ‘la casa del pueblo’ ubicada en Catedral 1413, el comité regional del partido llevó acabo, un acto público de proclamación de la candidatura presidencial del senador Salvador Allende” (Rodriguez, 1997, p.38) com a formação da *Frente del Pueblo*. O pronunciamento público oficial, por sua vez, ocorreu no dia 25 do mesmo mês quando se anunciou o slogan da campanha: “*el pueblo a la ofensiva*”.

O Chile, naquele momento, apresentava índices altos de inflação e uma recessão acentuada, dois problemas que ainda restavam da Segunda Guerra Mundial e do seu fim. Com isso, os boicotes e greves eram comuns. Por outro lado, o direito de comercializar o cobre, regularizado em 1951 pela concessão dos EUA, concorria com a crise deste minério no mercado mundial. O aumento demográfico urbano provocou demandas de habitação e alimentação que eram contidas pelo governo Gonçalves Videla (1946- 1952) que limitara a possibilidade de participação pública e restringira as manifestações políticas.

A *Frente del Pueblo*, que se lançara contra Carlos Ibáñez, apresentou quatro bases programáticas: 1. Independência econômica e comércio Exterior; 2. Desenvolvimento da economia interna; 3. Reforma Agrária; e, 4. Melhoramento das condições de vida do povo.

No segundo governo de Ibáñez (o primeiro foi de 1927 a 1931 e o seguinte de 1952 a 1958), a Lei de Defesa da Democracia foi derogada e alguns direitos foram concedidos aos trabalhadores, principalmente os do campo. Porém, as propostas de nacionalização dos minérios e da indústria de cobre e de reforma agrária não foram levadas adiante.

Após a tentativa de 1952, Salvador Allende concorre às três eleições seguintes. Em 1970, concorrendo pela coligação *Unidad Popular*, apresenta um programa que irá ser denominado de via chilena ao socialismo. O país ainda apresentava uma economia dependente das empresas estrangeiras, principalmente estadunidenses. A extração de minérios, principal fonte de capital para o Chile, cujo processo de nacionalização já havia avançado no governo de Eduardo Frei Montalva com a “*Chilenización del Cobre*”, ainda permanecia em grande parte nas mãos de multinacionais.

A inflação vinha atingindo índices crescentes, chegando em 1970 à 34,9%. Porém, a ‘chilenização’ do cobre surtiu efeito pelo superávit de 168 milhões de dólares em 1968, com o crescimento do produto interno bruto em cinco por cento. Com isso, a dívida externa chilena acabou diminuindo, em 1969, de 200 milhões de dólares para apenas 91 milhões de dólares.

O programa de governo de Allende recebeu o sobrenome de ‘*las quarenta medidas fundamentales*’ e tinha como linhas básicas as seguintes ações: reajuste de salários, congelamento dos preços de artigos de primeira necessidade, diminuição da carestia, construção de casas populares, controle da inflação, estímulo à produção nacional, melhoria do serviço público de saúde, distribuição de leite às crianças, criação do sistema único de previdência social, aprofundamento da reforma agrária, nacionalização do cobre, salitre e

carvão, estatização das indústrias de aço, cimento, telefônica e dos bancos. (Luzón, Giral, Véliz, 2003, p.794).

É importante salientar que os programas analisados (1952 e 1970) não apresentaram modificações substantivas e, sim, a consolidação de um rumo na concepção das propostas. Isso significa dizer que os elementos que serão discutidos são, na realidade, aqueles que permitem compreender essa trajetória.

1. Principais mudanças na concepção do programa de governo:

As mudanças mais evidentes nas concepções das propostas econômicas de Allende podem ser resumidas em três pontos principais: **perspectiva de desenvolvimento; perspectiva sobre relacionamento entre setores da sociedade; e, estabilidade.**

1.1. Perspectiva de Desenvolvimento:

A questão do desenvolvimento econômico é expressa de maneira mais clara em 1970. Não se trata, portanto, de uma mudança profunda ou mesmo significativa das propostas e sim da consolidação de uma visão de desenvolvimento. Em 1952 se expressa pela contraposição ao tipo de inserção chilena no capitalismo, um conjunto de proposições que objetivam a construção da soberania econômica e de um Estado de bem-estar social e de direitos para os trabalhadores.

Desta forma, o socialismo, grande objetivo do programa de 1970, não aparece inteiramente no programa de 1952. As primeiras propostas indicam alguns aspectos que se aproximam daquilo que será proposto em 1970, como a estatização de empresas privadas e estrangeiras. A principal diferença é certa cautela no primeiro programa. A proposta para romper com o imperialismo estrangeiro em 1952 já é a estatização e a retomada do controle de setores fundamentais para a economia, como o de minérios. Em 1970, contudo, o objetivo das propostas era substituir a estrutura econômica, terminando com o poder do capital monopolista nacional, estrangeiro e com o latifúndio, para construir, como define o programa, o socialismo no Chile.

Outra medida que apresenta a consolidação de propostas de esquerda no programa de governo de Allende em relação ao tipo de desenvolvimento é a questão da planificação da

produção. Ambos os planos de governo apresentados pretendiam investir na produção de artigos de consumo popular baratos e de boa qualidade e nos pequenos produtores. Novamente, não se trata de modificação nas propostas e sim a afirmação das concepções que servem de base para as propostas. No segundo momento, a proposta vem envolvida com o projeto de planificação e no primeiro, não.

Desta forma, se aprofunda o objetivo socialista e a crítica ao capitalismo e se apresenta de forma clara a necessidade de acabar com o capitalismo. Quando se trata da Previdência Social, porém, as diferenças são poucas, mas deve-se perceber que em 1970 se fala em planificação, idéia que não está presente em 1952 e caracteriza uma mudança do programa em direção ao socialismo. Em termos de pequenas mudanças, se percebe que o item Relação Internacional apresenta uma postura mais radical com o passar dos anos, negando EUA e afirmando seu apoio aos países socialistas, que buscam a sua independência e que lutam contra o imperialismo estadunidense.

1.2. Nova perspectiva sobre relacionamento entre setores da sociedade:

Novamente, se expressa de forma mais clara no programa de 1970 a posição relativa aos setores da sociedade e à sua relação. Desde 1952, a postura expressa no programa é de contraposição entre a burguesia e os trabalhadores. Contudo, em 1952 não fica clara qualquer proposição para manejar ou romper a situação. Em 1970, por sua vez, a concepção é de que a burguesia deve ser substituída no poder. É por isso que se propõe a expropriação dos setores importantes da produção e a busca pela igualdade total entre todos os trabalhadores.

A idéia de que o trabalhador é explorado está presente nos dois programas; contudo, no primeiro a saída está mais próxima da consolidação dos direitos trabalhistas e da construção de um Estado de bem-estar social e no último a saída é a substituição do sistema econômico. Os investimentos e a reforma agrária são pontos importantes que se mantêm relativamente, já que o mesmo posicionamento é encontrado nos dois momentos, ainda que, no segundo, as propostas apareçam aperfeiçoadas, com maior detalhamento e especificidade.

No item distribuição de renda percebe-se claramente a transformação do programa allendista no que tange à percepção sobre a relação entre o capital e o trabalho: do incentivo à redistribuição e à poupança popular, para a crítica da burguesia e do sistema econômico chileno, transparecendo uma leitura mais socialista da relação entre capitalismo e o aspecto social. Quanto ao salário, no primeiro momento existe a preocupação de garantir algumas

benesses do capitalismo; contudo, no segundo, com a crítica do capitalismo, surgem propostas pós-implementação do socialismo que passam pelas mesmas garantias propostas em 1952.

A diferença entre os programas, quando analisamos a percepção dos principais problemas chilenos, reside na concepção de que a burguesia chilena também é responsável pelos problemas, presente em 1970. Contudo, em 1952, essa leitura aparece um pouco deslocada para os demais países, especificamente os EUA. No fundo, o programa apresenta que muitos problemas permanecem os mesmos. Contudo, a questão dos direitos dos trabalhadores diminui em 1970, provavelmente pelos avanços em direção ao *Welfare State* embrionário, conquistados a partir do segundo mandato de Carlos Ibáñez del Campo e, principalmente, por Eduardo Frei Montalva (1964-1970).

Por fim, afirma-se no programa vitorioso, a situação de luta de classes e o posicionamento claro da *Unidad Popular* em prol dos trabalhadores. Em 1952, essa concepção não é expressa da mesma forma, possivelmente pela *Ley de Defensa Permanente de la Democracia*, que limitava as aproximações com qualquer postura mais radical.

1.3. Estabilidade:

Com relação à estabilidade, a afirmação das características socialistas novamente surge. No primeiro momento, o Estado participa com o controle da produção; no segundo, com a reforma estrutural contra a burguesia. No primeiro momento, as empresas devem cumprir reivindicações que garantirão algumas vantagens sociais; no segundo, as empresas são causadoras dos problemas, pois exploram, despedem, concentram renda e manipulam o Estado e a Economia por causa dos seus interesses particulares. O papel do Estado, em 1952, é o de fornecer serviços básicos; no segundo, planificar a economia. Portanto, o capitalismo, no primeiro momento, permite melhorias sociais se reformado e, no segundo programa, apenas a transformação da economia em socialista pode conjugar melhorias sociais e desenvolvimento econômico.

A questão da planificação, expressa em 1970, consiste em uma alteração na concepção das propostas. Uma das propostas de estabilização econômica, em 1952, é o controle dos preços dos artigos de primeira necessidade. Essa proposta não é expressa no programa de governo de 1970, pois se tem na planificação da economia e no rompimento com o capitalismo a única maneira de conquistar uma economia estável.

Os investimentos e a reforma agrária são propostas importantes que se mantêm, ainda que, no segundo programa, elas apareçam aperfeiçoadas.

O quadro abaixo apresenta uma síntese dos três aspectos que se alteram na concepção das propostas de governo de Allende:

Quadro 4: Alterações nas concepções do programa de Allende

Alterações na concepção?	1952	1970	Resultado
1. Perspectiva de Desenvolvimento	Contraposição ao capitalismo	Socialismo	Consolida
2. Perspectiva de relacionamento entre setores da sociedade	Contraposição à burguesia	Rompimento com a burguesia	Consolida
3. Estabilidade	Controle pelo Estado	Planificação	Consolida

A principal expressão, como aparece no quadro quatro, é a solidificação do teor socialista com a sua afirmação e com a proposta de planificação da economia. Da mesma forma, fica clara a radicalização da postura relativa à burguesia chilena, da contraposição em relação ao seu papel sócio-econômico no primeiro momento ao rompimento com a burguesia através do governo popular no último momento.

2. Principais mudanças nas propostas (consolidação de propostas)

2.1. Salário e emprego:

As alterações que se dão entre as propostas de 1952 e 1970 são relativas à instauração de direitos do trabalho. Em 1952, estão muito mais voltadas à construção de um Estado de bem-estar social, posto que este era inexistente no país e, em 1970, pela proposta de construção socialista, possivelmente porque no caminho para o Estado de bem-estar já se havia avançado. Assim, os programas não possuem propostas que se contradigam. Estão se consolidando algumas concepções, como a possibilidade de desenvolvimento no Chile pela via do socialismo.

2.2. Relações comerciais internacionais:

A proposição de rompimento com tratados internacionais se repete nos dois programas. A principal diferença é que em 1952 não aparece a proposta de estatização de forma tão recorrente como em 1970, quando se propõe a nacionalização de quase todos os setores da produção, assim como dos bancos. Na proposta vitoriosa, inclusive, se definem as normas para a estatização com o estabelecimento de três setores: privado, misto e estatal, sendo que poucas empresas permaneceriam exclusivamente privadas, as demais ou seriam inteiramente estatizadas ou repartiriam o controle com o Estado. Em 1952, essa proposta expressa-se de forma reduzida, alguns setores de infra-estrutura e serviços passariam ao poder do Estado, mas não se define a forma que assumiriam os demais setores no mercado. Em ambos os momentos se pretende privilegiar o comércio com os povos livres do imperialismo, socialistas, em luta pela independência etc., porém em 1970 essa afirmação é confirmada pelas propostas de relacionamento com URSS, Cuba, China, Vietnã etc.

2.3. Indústria:

Em relação às propostas de desenvolvimento, aumento da produção e industrialização, as diferenças se devem ao contexto histórico. Em 1952, a política de desenvolvimento e industrialização está voltada muito mais para a criação de infra-estrutura e estatização da indústria de minérios e outros produtos fundamentais para a economia chilena. Em 1970, embora ainda fossem necessários esforços de infra-estrutura e o país ainda dependesse da indústria de mineração, a preocupação se volta para o desenvolvimento da indústria de bens de consumo de massa. A orientação das propostas sofre intervenção do contexto; contudo, não se pode excluir a concepção de um projeto de planificação que deveria orientar o desenvolvimento dos diversos ramos da produção.

2.4. Reforma Agrária:

A proposta de reforma agrária irá mudar devido ao mesmo fator das mudanças nas propostas de criação de direitos dos trabalhadores. Ou seja, em 1952 a proposta defende, além da reforma agrária, uma maior regulação do trabalho. Em 1970, além da reforma, a proposta pretende deixar claro os critérios e processos que antecederão, acompanharão e sucederão à reforma agrária.

O quadro abaixo apresenta uma síntese das propostas que se alteram no programa de Allende:

Quadro 5: Alterações nas propostas de Allende

Alterações nas propostas	1952	1970	Resultado
1. Salário e emprego	Estado de bem-estar	Socialismo	Consolida
2. Relações comerciais internacionais	Rompimento com imperialismo	Rompimento e aproximação com socialistas	Consolida
3. Indústria	Investimento em infra-estrutura	Planificação	Consolida
4. Reforma Agrária	Realizar	Realizar especificando a maneira	Consolida

Além dessas, outras propostas também se modificam; contudo, não revelam tão claramente a consolidação de propostas de esquerda. De qualquer forma, também não expressam o contrário, isto é, um caminho semelhante ao trilhado por Lula. Outras propostas, ainda, não se alteram significativamente e, portanto, não são trazidas aqui.

A consolidação das propostas de governo de Allende é expressa dentro do seu programa eleitoral de forma bastante clara. O percurso trilhado pelo seu projeto é ainda mais evidente quando analisamos os indicadores principais utilizados no presente estudo e resumidos no quadro abaixo:

Quadro 6: Comparação dos programas de Allende pelos indicadores analíticos

Indicadores	1952	1970	Resultado
1. Visão sobre capitalismo	Crítica ao capitalismo	Crítica ao capitalismo	Consolida
2. Relação entre Estado e economia	Administrar a economia diretamente	Socialismo	Consolida
3. Relação entre capital e trabalho	Capital explora o trabalho	Capital explora o trabalho	Consolida
4. Relação entre capitalismo e problemas sociais	Administração do capitalismo pode melhorar o social	Transformação do sistema econômico pode melhorar o social	Consolida
5. Principais problemas do país	Caráter semicolonial dependente dos EUA	Capitalismo, burguesia, caráter semicolonial dependente dos EUA	Consolida
6. Principais propostas econômicas	Desenvolver setores fundamentais, romper com tratados internacionais e desenvolver direitos trabalhistas	Socialismo	Consolida
7. Relação Sistema Econômico Nacional/ Internacional	Romper acordos para livrar o país da condição semicolonial	Romper com acordos para conquistar independência e autonomia	Consolida

O quadro seis é composto por uma síntese dos resultados atingidos pelos indicadores e pelos elementos que os compõem, como consta, de forma resumida, no anexo dois. Os sete indicadores, no caso de Salvador Allende, não apresentam modificações que se conformem no abandono de propostas ou na substituição de concepções como ocorre com Luís Inácio Lula da Silva. No caso chileno se expressa a opção pela radicalização da postura socialista.

IV. Luís Inácio Lula da Silva e Salvador Allende: alterações dos programas e consolidação de propostas de esquerda

Ao contrário do que ocorre com as propostas de Lula, as de Salvador Allende pouco se alteram e, quando o fazem, consolidam o caminho para o socialismo. O programa de Allende torna-se mais evidente em relação ao seu caráter de esquerda em 1970. No primeiro momento não se cogita a transformação para o socialismo, ficando clara apenas a vontade de garantir o bem-estar da população. Desta forma, o discurso, no segundo momento, torna-se mais radical, rechaçando a influência dos Estados Unidos e o próprio sistema capitalista. No primeiro momento, o programa é mais específico nos objetivos e meios para solucionar os problemas econômicos do país; no segundo, define que é a construção do socialismo que garantirá a solução. É certo que o Partido Socialista, de onde provém Salvador Allende, deixou clara a sua postura desde 1952, mas o conteúdo dos programas de governo vai se definido mais explicitamente com o passar dos anos.

De qualquer forma, em 1952 o programa não possui termos tão evidentes quanto em 1970, sejam de caráter socialista ou não. A consolidação do teor socialista das propostas pode ser resultado de um conjunto de diversos fatores, dentre esses, alguns devem ser destacados. No contexto político, já era possível uma concepção mais radical, uma vez que a Lei de Defesa Permanente da Democracia havia sido revogada. União Soviética e Cuba são, no plano internacional, possíveis fatores que auxiliam a explicação do que ocorre como programa de Allende, pelo menos, pela forte influência que exerciam na esquerda latino-americana em um momento em que outros países latino-americanos já viviam regimes ditatoriais de direita. No contexto interno, a existência de uma estrutura industrial, precária em 1952, torna viável propostas como a de estatizar as indústrias e torna possível dirigir o conteúdo das propostas para a classe trabalhadora industrial. Nesse sentido, o êxodo rural que começa a ocorrer no final da década de 1940 em grande parte já se conformou nas grandes cidades, dando origem a

uma camada de trabalhadores que aceita bem o discurso socialista de Allende, que os enquadra como a classe que governará o Chile.

Há, ainda, outro fator importante para a compreensão da trajetória das propostas de governo de Allende. O resultado das eleições de 1964, quando o candidato da Democracia Cristã Eduardo Frei Montalva vence. Montalva defendeu, em sua campanha, o slogan “*Revolución en libertad*”. Tentou, com isso, absorver alguma fração mais conservadora do eleitorado allendista. Elegeu-se conquistando 56% dos votos.

Durante o governo, Montalva promoveu os primeiros passos de uma reforma agrária, realizou a *chilenización* do Cobre e uma reforma na educação que, embora criticada pela esquerda, conseguiu uma grande ampliação do número de matrículas. Não se trata, todavia, de negar que Montalva foi “o presidente latino-americano que recebeu mais ajuda per capita na América Latina dos EUA, coerentemente com o caráter de experiência modelo da ‘Aliança para o Progresso’” (Sader, 1991, p.46). Além disso, conforme Sader (1991), foi um governo marcado por ações que agradavam aos Estados Unidos e à burguesia nacional. A chilênização do cobre teria sido um processo pactuado com os EUA. As empresas passariam a ser do governo que possuiria 51% das ações; contudo, receberiam inúmeras vantagens tributárias e alfandegárias. A reforma agrária mantinha os grandes latifúndios e gerou um aumento de produtividade para esses setores. Ainda que isso tenha ocorrido, Sader afirma que com a “sua ação o governo Frei contribuiu para acentuar a atividade social no campo” (Sader, 1991, p.46), com a sindicalização, criação de cooperativas e com o avanço dos movimentos camponeses. Por isso, a extrema-direita chilena passou a criticar o presidente, acusando-o de ter permitido a mobilização social necessária para o crescimento do comunismo, uma vez que, mexeu em problemas sociais e não soube resolvê-los. Assim, Montalva acabou recuando as reformas e assumindo uma posição mais próxima da direita.

As propostas de Allende vinham no sentido de ampliar essas medidas, uma vez que as reformas haviam obtido resultados importantes. Seja pela própria situação do campo, da mineração e da educação, seja pela criação das condições para a expressão das contradições sociais que vinham sendo contidas a muito tempo. O objetivo de Allende era ampliar políticas de nacionalização, como no caso da estatização dos setores produtivos que iria abranger não apenas o cobre. A reforma agrária de Montalva, ainda que tímida, havia tornado possível propor algo mais arrojado, como o fez Allende. Resta ainda a reforma educativa que forneceu,

para as camadas com altos índices de analfabetismo, melhores condições de participar do processo político, o que pode ter auxiliado Allende.

Dois elementos não podem ser tornados secundários. O primeiro é a crescente radicalização dentro do próprio Partido Socialista Chileno que vai propor, durante o período compreendido pelos anos de 1952 a 1970, teses que irão chegar, inclusive, à proposições revolucionárias. O segundo está diretamente relacionado à situação específica da esquerda chilena. Historicamente o Chile viu, em diferentes circunstâncias, a formação de Frentes Populares que possibilitaram a união dos partidos e movimentos de esquerda. Isso representa um fator que importante para a consolidação de propostas.

As modificações no conteúdo das propostas de governo apresentadas pelo candidato Allende em seu programa de governo possuem duas causas. A primeira está relacionada ao contexto nacional e internacional, ou seja, às mudanças próprias dos 18 anos que se passam entre a primeira e a última tentativas eleitorais. A outra causa é, propriamente, a consolidação da concepção de esquerda que forma as propostas.

No Programa de governo de Lula, por outro lado, ocorreram diversas alterações que, além de não condizerem inteiramente com o contexto, também não representam a consolidação de propostas, sejam elas de esquerda ou não. Dito de outra forma, algumas propostas econômicas que poderiam auxiliar ou mesmo facilitar a definição do posicionamento dentro de um espectro político são substituídas. Não ocorre, portanto, apenas uma pequena alteração dentro da concepção das propostas: ocorre o abandono e a sua substituição.

Quando analisada a percepção sobre o capitalismo, por exemplo, percebem-se certas modificações que marcam a não consolidação de propostas. É o exemplo do ataque, não exatamente ao capitalismo, mas ao sistema econômico brasileiro, no primeiro momento, com a proposição do capitalismo auto-sustentável e do cancelamento do pagamento da dívida. No segundo momento, há a tentativa de realizar dentro do sistema capitalista um sistema auto-sustentável que permita a inserção no mercado global com o cumprimento dos acordos e com a Reforma da Previdência para desonerar a produção.

As considerações referentes à inflação são um item que não se altera. Embora a inflação tenha sido contida no governo Fernando Henrique Cardoso, a sua existência é considerada negativa e geradora de perdas para o país em ambas os programas. No caso do

desenvolvimento econômico, não há alteração quanto à proposta de capitalismo auto-sustentável; contudo, a própria leitura sobre o capitalismo muda.

Quando analisamos as propostas de Lula, sob a perspectiva da relação entre Estado e economia, vemos outras série de transformações. Nas proposições que vão do não pagamento da dívida externa na primeira proposta ao seu pagamento na última, ocorre uma alteração clara: no primeiro momento, a economia deve possibilitar ao Estado o desenvolvimento de políticas públicas; no segundo, o vínculo de dependência da economia é maior. O Estado deve existir para possibilitar a competição no mercado. O desenvolvimento social é decorrente da melhora do econômico e, ao mesmo tempo, auxilia no seu desenvolvimento. As empresas estatais se tornam importantes para permitir o desenvolvimento da economia, possibilitar a inserção soberana no mercado e garantir a infra-estrutura necessária para atingir níveis mais elevados de competitividade. Em 1989 a proposta de estatização dos bancos e da melhor administração e participação das estatais na produção tinha, como objetivo, garantir melhorias sociais diretas, como o fornecimento de serviços básicos à população, crédito aos pequenos produtores etc. Isso contrasta com a concepção expressa em 2002, que previa a parceria entre Estado e privado como objetivo de potencializar a presença da produção brasileira no exterior.

Ao analisar a perspectiva da relação entre Estado e economia percebe-se que no tema “estímulo ao desenvolvimento” concebe-se, em ambos os momentos, que o governo seria um dos causadores do atraso brasileiro em termos de produção e o investimento nesse setor seria a solução para o problema. Contudo, é importante salientar que, no primeiro momento, o investimento tem como objetivo combater o desemprego; no segundo, porém, o objetivo é o desenvolvimento da produção personificada nos pequenos, médios e grandes produtores e principalmente nos exportadores.

A relação capital-trabalho guarda outra série de modificações. A idéia de oposição, presente no primeiro momento, surge de forma sucinta no segundo, quando é possível congrega para avançar. O sistema mundial que era considerado negativo, torna-se uma via para o desenvolvimento econômico quando o Estado intervém incentivando a competitividade dos produtos nacionais. O Estado deve ser um facilitador, contudo, vem contribuindo para o desemprego e a precarização do emprego, principalmente pelos encargos sociais que oneram a produção e diminuem a competitividade, enfraquecendo a produção e impedindo o crescimento. Portanto, o Estado deve desonerar a produção, capacitar os trabalhadores e diminuir os encargos da classe média e dos trabalhadores. Essa perspectiva, presente em

2002, não corresponde à de 1989 quando haviam fatores ligados ao tipo de capitalismo que gerava pobreza e exploração, pois o país era dependente do sistema internacional.

A concepção sobre a relação entre o sistema capitalista e os problemas sociais apresenta diferenças entre os dois momentos que consistem no ataque ao sistema capitalista que ocorre no primeiro momento e deixa de ocorrer no segundo. Fora isso, a percepção do crescimento econômico como via para melhorias sociais e a necessidade de inserção cultural como forma de melhorar a situação social e, conseqüentemente, aumentar o crescimento econômico substitui a crítica que permeia o primeiro programa.

A discussão sobre os principais problemas econômicos do país apresenta uma distinção acentuada entre os dois programas, embora possa haver mais elementos inalterados neste aspecto. No primeiro, a discussão está mais voltada contra as elites e o sistema econômico em termos gerais. No segundo, trabalhadores e elite são prejudicados pelo modelo de desenvolvimento de Fernando Henrique Cardoso. Assim, em 2002, para melhorar é necessário atender as necessidades da elite nacional, aumentando os incentivos à produção e à exportação e não, como se propõe em 1989, aumentando impostos para as elites e diminuindo os impostos para os trabalhadores. Percebe-se que os problemas residem nos mesmos pontos, contudo, a discussão sobre suas causas e as propostas para solucioná-los se alteram. Por vezes, inclusive, se desloca a percepção, como no caso da dívida externa que, em 1989, era o centro da crise e era objeto de críticas. Em 2002, ela se torna um elemento secundário, não sendo causa da crise e sim solução (o cumprimento dos contratos deve garantir boa visibilidade internacional e, assim, melhorar a economia brasileira).

As propostas de políticas econômicas de Lula têm suas principais mudanças na perspectiva utilizada no programa para compreender os principais problemas brasileiros. Da contradição entre a elite que se apropria dos ganhos do assalariado, no primeiro programa, para a necessidade de integração entre Governo, empresários e trabalhadores no programa vitorioso. Nesse movimento, a dívida externa é tornada secundária, a inserção no mercado global transforma-se em uma saída para a crise e a reforma tributária acaba visando a diminuir os encargos sociais dos produtores.

A concepção sobre o sistema financeiro nacional e internacional também sofre alterações. Ao contrário de 1989, a linha de relacionamento internacional proposta em 2002 não prevê o rompimento com organismos internacionais, ou o não pagamento da dívida, ao

contrário, acredita que o desenvolvimento do país deve estar atrelado ao bom relacionamento e à correta inserção no mercado internacional. O incentivo à inserção no mercado internacional, por meio da desoneração da produção e da atração de capital estrangeiro também marca mudanças nas propostas das duas campanhas. Se, em 1989, o capitalismo internacional era prejudicial ao país, em 2002 se tornou uma saída para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social.

No caso brasileiro, a leitura sobre as mudanças pode ser prejudicada pelo discurso da transformação das esquerdas, atribuída, principalmente, ao fim da experiência soviética e, no caso latino-americano, ao término de algumas tentativas locais da esquerda. Todavia, não se pode negar que os atores envolvidos, sejam eles indivíduos ou instituições, também influenciam o rumo de suas próprias ações. Aqui, fatores como os identificados acima, aliados a tantos outros, como a política econômica exercida nos anos anteriores à eleição de Lula, a permanência do vínculo de dependência próprio da inserção brasileira no mercado capitalista mundial, ou mesmo ao papel da Ditadura Militar que aniquilou grande parte da expressão da esquerda nacional, acabaram formando um cenário próprio para que propostas de esquerda não se consolidem. Auxilia, por suposto, uma postura que é assumida nos programas de Lula. Dito de outra forma, o sucesso atingido pelo programa de governo de 1989, visto este ter alcançado um segundo turno, não garantiu que o caminho adotado fosse o da consolidação das propostas no mesmo sentido que elas possuíam, como ocorre com Salvador Allende.

Com Lula, todavia, também seria possível manter uma concepção mais próxima da que baseia as propostas do primeiro programa de governo. No contexto internacional, apesar do fim da experiência soviética e de outros países menores terem abandonado suas versões de socialismo, permanecem Cuba e China comunista. No plano nacional, o fim da ditadura e a consecução da democracia deveriam permitir a expressão das pautas da esquerda. Os problemas econômicos, a profunda injustiça social, a extrema concentração de renda brasileira, o desemprego, a dívida externa e tantos outros problemas, são todos elementos que permanecem, tanto na realidade brasileira quando na composição das propostas de governo de Lula, o que muda é a percepção dos problemas e da maneira de resolvê-los. É, neste aspecto, que as propostas de Allende se consolidam, uma vez que somente algumas delas se alteram, mas a concepção em que o programa se baseia não.

O quadro sete justapõe o primeiro programa de Salvador Allende e o primeiro programa de Luís Inácio Lula da Silva. É possível compreender algumas semelhanças entre os

indicadores analisados. É o caso do indicador três (relação entre capital e trabalho), cinco (principais problemas do país) e sete (relação sistema econômico nacional/ internacional). Estão próximos, embora não sejam tão semelhantes, os indicadores um (visão sobre o capitalismo) e seis (principais propostas econômicas). Diferem, embora, no corpo do documento ainda apresentem semelhanças, os indicadores dois (relação entre Estado e economia) e quatro (relação entre capitalismo e problemas sociais).

Quadro 7: Comparação dos primeiros programas de Allende e Lula

Indicador	Allende	Lula
1. Visão sobre capitalismo	Crítica ao capitalismo	Modelo brasileiro deve ser abandonado pois prejudica o trabalhador
2. Relação entre Estado e economia	Administrar a economia diretamente	Economia deve auxiliar Estado para que este possa investir no social
3. Relação entre capital e trabalho	Capital explora o trabalho	Assalariado é penalizado
4. Relação entre capitalismo e problemas sociais	Administração do capitalismo pode melhorar o social	Capitalismo é produtor de injustiças sociais
5. Principais problemas do país	Caráter semicolonial dependente dos EUA	Capitalismo brasileiro
6. Principais propostas econômicas	Desenvolver setores fundamentais, romper com tratados internacionais e desenvolver direitos trabalhistas	Estado deve administrar o capitalismo
7. Relação Sistema Econômico Nacional/Internacional	Romper acordos para livrar o país da condição semicolonial	Brasil é prejudicado pela relação de submissão à economia

O quadro oito justapõe os programas de governo vitoriosos, tanto de Allende quanto de Lula. Através dos indicadores utilizados é possível compreender que as respectivas transformações das propostas não seguem o mesmo caminho. Todos os indicadores apresentam trajetórias bastante díspares.

Questão 8. Comparação entre os programas vitoriosos de Allende e de Lula

Indicadores	Allende	Lula
1. Visão sobre capitalismo	Crítica ao capitalismo	É possível desenvolvimento capitalista
2. Relação entre Estado e economia	Socialismo	Estado deve auxiliar desenvolvimento da Economia
3. Relação capital e trabalho	Capital explora o trabalho	Deve haver união
4. Relação entre capitalismo e problemas sociais	Transformação do sistema econômico pode melhorar o social	Desenvolvimento capitalista pode resolver problemas
5. Principais problemas do país	Capitalismo, burguesia, caráter semicolonial dependente dos EUA	Modelo FHC
6. Principais propostas econômicas	Socialismo	Investir na competitividade
7. Relação Sistema Econômico Nacional/Internacional	Romper com acordos para conquistar independência e autonomia	O Brasil pode tornar-se soberano economicamente se investir na produção

Como se apresentou, Allende teve a oportunidade de consolidar, em seu programa de governo, as propostas socialistas; contudo, como a história mostra, não lhe foi possível consolidá-las em sua administração, pois o golpe militar de setembro de 1973 impediu. Nesse sentido, é possível que o caso de Allende sirva como base para se compreender os limites para as propostas de esquerda na América Latina. Também é possível, por suposto, que o programa de governo de Lula tenha assimilado esses limites, o que indicaria outro motivo para as propostas menos radicais apresentadas já em 1989. No documento “Diretrizes Para a Elaboração do Programa de Governo” divulgado no VI Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, em 1989, essa preocupação está presente da seguinte forma:

O Governo Lula representará uma experiência sem precedentes em nossa história e com poucos paralelos em nível internacional, o que exige uma grande capacidade de inovar em todo o direcionamento desse processo político original. Na ausência de paralelos que permitam comparações, a rica experiência vivida pelo Chile no Governo Allende (1970-1973) apresenta-se como marco histórico a ser estudado, para aproveitar as lições que podem dali ser extraídas e, principalmente, para evitar a repetição de qualquer desfecho semelhante. (Resoluções, 1998, p.399).

Contudo, as propostas de Allende, em 1952, e as de Lula, em 1989, possuem algumas semelhanças, embora o contexto que as envolve seja diferente. Além disso, o caminho das

propostas de Lula vai as distanciando ainda mais das propostas de Allende, embora as ditaduras militares, comuns na América Latina no período anterior, já estivessem sendo substituídas por democracias que, com o passar dos treze anos até 2002, foram se consolidando. A preocupação com o desfecho por golpe, portanto, já poderia ter sido reduzida, não influenciando as propostas eleitorais. Dito de outra forma, se a suposição de um possível golpe de estado, como ocorrido com Allende, limitou as propostas de Lula, essas limitações poderiam ir cedendo lugar com o passar dos anos, uma vez que a democracia se estabilizava.

Assim, as diferenças conjunturais podem explicar razoavelmente porque foi possível para Allende chegar à Presidência da República com um programa de esquerda, e para Lula não. Talvez o contexto histórico seja o suficiente para compreender os diferentes caminhos adotados pelos programas de governo dos dois candidatos. Porém, certamente é insuficiente para compreender porque, apesar de tudo, ambos chegam ao mesmo destino, ou seja, não conseguem consolidar propostas de governo de esquerda. Assim, o contexto pode ser útil para explicar o caminho, porém, é insuficiente para explicar o destino.

Podemos propor alguns questionamentos que necessitam resposta, como, porque as propostas de esquerda se consolidam no programa de governo de Allende e no de Lula não? E, porque as propostas de Allende, uma vez consolidadas na trajetória dos seus programas, são impedidas de se consolidar na prática? Se pensamos em cada caso, isoladamente, poderia ser suficiente respostas conjunturais. No caso de Allende, a possibilidade de manter um programa de esquerda até a sua viabilização eleitoral pode se dar pelo cenário político internacional (Guerra Fria), pela democracia consolidada desde a década de 1930, pelo agrupamento de partidos de esquerda que se conformam em uma Frente Popular (único país na América Latina a conseguir), pela tradição desses mesmos partidos, pela experiência da esquerda etc. É razoável, inclusive, concordar com essa explicação. O golpe que derruba o governo socialista de Allende pode ter se dado pela mesma disputa internacional entre capitalismo e socialismo, pelo cenário latino-americano propício aos governos militares etc. Lula, por sua vez, pode ter abandonado as propostas de esquerda exatamente porque o socialismo acabara na Europa e a União Soviética, grande bastião do regime, se dissolvera. Contudo, quando pensamos na relação entre esses dois fenômenos, ou, dito de outra forma, quando pensamos nos dois casos, conjunta e comparativamente, compreendemos que ambos expressam um mesmo fenômeno e que, distantes entre si no tempo, exigem uma explicação que abarque-os igualmente.

A democracia é um elemento comum entre os dois casos. Portanto, pode ser fundamental para a explicação do fenômeno, uma vez que as mudanças nas propostas de Lula e o golpe no Chile não podem ser explicados unicamente por fatos conjunturais. A democracia, teoricamente considerada enquanto uma série de procedimentos que garantem um jogo justo, paradoxalmente, pode ser, na América Latina, um fator limitador das propostas de esquerda e assim, ser insuficiente para corresponder aos preceitos da própria democracia.

A DEMOCRACIA E OS SEUS LIMITES NA AMÉRICA LATINA

I. A questão da Democracia

Os dois projetos viabilizados, como indicado no capítulo anterior, apresentaram perspectivas bastante distintas para a escolha dos eleitores, assim como, estratégias igualmente díspares: Allende realizou uma certa radicalização das propostas em direção à esquerda, embora ainda assim, tenha enfrentado oposição dos mais radicais dentro da coligação *Unidad Popular* e dentro do próprio Partido Socialista; Lula, ao contrário, foi abandonando alguns aspectos da linha de esquerda e optando por posicionamentos em relação às propostas econômicas que poderiam geralmente ser vinculadas à direita, no fim, também acabou enfrentando oposições internas, principalmente das alas mais radicais dentro do próprio partido.

Embora, ser de esquerda possa representar visões de mundo diferentes durante a história, no caso de Lula fica claro que a mudança na linha geral das suas propostas não é apenas uma adequação aos novos significados do conceito de esquerda. É importante realçar que essa mudança corresponde também a adequação de determinadas propostas às exigências da via eleitoral, ou seja, à vitória perante a escolha da maioria. Allende, por sua vez, acompanha uma disputa mundial entre socialismo e capitalismo. A sua tentativa de implantação do primeiro, por meio do jogo democrático, será impedida pelo golpe militar efetivado exatamente contra o caráter de esquerda de seu governo, uma vez que os demais mecanismos (como boicotes das classes médias à distribuição de alimentos, tentativas políticas institucionais e manifestações públicas de direita) não conseguiram realizar o mesmo intento, derrubar o seu governo constitucional para impedir as medidas de implantação do socialismo.

As mudanças no programa de Lula e o golpe que impede a consolidação das propostas de Allende não podem ser explicados unicamente por fatores conjunturais. Não se trata, portanto, apenas das transformações no contexto histórico advindas da realidade social em que estão inseridas as propostas e do cenário mundial que às envolve. Tão pouco se pode considerar apenas a adequação de um projeto às novas concepções da esquerda, como no caso de Lula, sem compreender o que motiva essas novas concepções. E, ainda, não se pode deixar de considerar o que motivou o golpe de Estado que derrubou Allende e do caráter antiesquerda do governo do ditador Augusto Pinochet.

Essas duas situações estão inseridas em uma mesma problemática que deve ser analisada conjuntamente. Se as diferenças e singularidades conjunturais foram os fatores que permitiram a Allende a viabilização eleitoral de suas propostas, mesmo que dentro de uma democracia liberal relativamente estável, e a Lula impeliram à mudanças no teor de suas propostas, a conjuntura explica apenas **como** se chegou de maneiras diferentes a um mesmo fim: a não consolidação de propostas de esquerda.

Porém, a compreensão das distintas formas como os candidatos tiveram suas propostas impedidas de se consolidar não é suficiente para explicar **por que** elas não se consolidaram. Assim, está na compreensão do que há de semelhante nos resultados dos dois processos – de rompimento do governo de esquerda, no caso de Allende, e de rompimento da linha programática de esquerda, no caso de Lula – a explicação de por que não foi possível consolidar projetos de governo de esquerda dentro do sistema democrático latino-americano. Desta forma, a análise dos dois casos individualmente, fornece tão somente uma resposta preliminar incompleta. Apenas a análise de ambos os casos conjuntamente leva a um dos elementos que lhes é comum, ou seja, à democracia, empreendida a partir das próprias regras do jogo ao qual as propostas de governo são submetidas. Isto é, os dois candidatos participam do processo democrático e, embora a maneira como as propostas de esquerda foram inviabilizadas seja diferente, o resultado obtido é o mesmo e a democracia opera em ambos os casos.

Assim, o fenômeno estudado, a não consolidação de propostas de esquerda na América Latina, analisado aqui através da comparação entre dois casos extremamente distintos, o de Lula e o de Allende, apresenta um importante elemento em comum: a democracia. Isso pode tornar a democracia um fator explicativo fundamental para o problema proposto. Nesse sentido, o presente capítulo visa a debater o conceito de democracia,

especificamente a democracia formal, característica da América Latina e comum aos dois momentos históricos comparados. Considera-se, portanto, que essa discussão pode indicar uma possível explicação ao problema da não consolidação das propostas de esquerda na América Latina.

II. A Democracia contemporânea

A Democracia, desde a sua origem, ou pelo menos desde o seu surgimento historicamente conhecido, assumiu diversas formas. Não é necessário indicar que na Grécia, exemplo mais remoto de sua prática, ela se concretizava na *ágora*. Conforme Renato Janine Ribeiro, “a lei ateniense, no século 4 a.C., fixa 40 reuniões ordinárias por ano na *ágora*, que é a palavra grega para praça de decisões” (2001, p.9). Ainda segundo o mesmo autor, a principal preocupação, além de tornar o poder público através de uma democracia direta, era diferenciá-la do regime monárquico e do regime aristocrático. Esse último, para ser evitado, acabou influenciando o método de escolha daqueles que, após as deliberações realizadas na *ágora*, teriam o encargo de aplicá-las: no exemplo grego, ao invés de eleições (como no presente associamos diretamente à palavra democracia), eles utilizavam sorteios. Por esse método não eram escolhidos os melhores (como na aristocracia), mas sim todos os cidadãos⁶⁸ (Ribeiro, 2001). O interessante é que, como afirma Robert Dahl, “segundo algumas estimativas, um cidadão comum tinha uma boa chance de ser escolhido por essa loteria pelo menos uma vez na vida para servir como o funcionário mais importante a presidir o governo” (Dahl, 2001, p.22).

Alguns séculos se passaram após o fim da experiência grega, permeados por outras tentativas historicamente curtas e esporádicas de se implantar sistemas democráticos, até o seu retorno contemporâneo. As democracias que surgem, em parte resultantes das revoluções Americana de 1776 e Francesa de 1789, pouco se assemelhavam à grega e pouco se assemelham também às atuais.

Podemos dizer que o mais importante aspecto em comum entre as democracias que surgem, resultantes das revoluções burguesas, não é as formas institucionais adotadas para a

⁶⁸ Conforme Renato Janine Ribeiro, existiam cargos especiais como o de chefe militar, para os quais os mais capazes eram eleitos. Por outro lado, os cidadãos eram uma casta bastante reduzida na sociedade grega, pois excluía as mulheres, os escravos, aqueles que trabalhavam em atividades consideradas menores e aqueles que não falavam grego.

escolha dos representantes e sim a exclusão da participação de grandes camadas da sociedade. Dentre as camadas excluídas estavam as mulheres, os escravos, os menores de idade e os negros. Atualmente, por outro lado, essas exclusões não permanecem, fora, é claro, os menores de idade (e outros também considerados incapazes de expressar suas vontades individuais). Este fato é o principal diferencial das democracias atuais e daquelas existentes durante o século XIX⁶⁹.

Desta forma, quando falamos de democracia, não podemos perder de vista a quantidade de possibilidades inerentes à sua prática. Seja em uma perspectiva histórica, seja em uma perspectiva *ahistórica* (através da gama de arranjos institucionais característicos das democracias contemporâneas). Como expressa Dahl, “‘democracia’ tem significados diferentes para povos diferentes em diferentes tempos e diferentes lugares (...) se ‘democracia’ significou diferentes coisas em épocas diferentes, como poderemos nós concordar sobre o que signifique hoje?” (Dahl, 2001, p.13).

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino, “ao longo de todo o século XIX, a discussão em torno da Democracia foi se desenvolvendo principalmente através de um confronto com as doutrinas políticas dominantes no tempo, o liberalismo de um lado e o socialismo de outro” (2002, p.323). Dito de outra forma, “durante muito tempo, os principais contendores na tentativa de captar sua essência era a ‘democracia liberal’ e a ‘democracia popular’, o primeiro a destacar os direitos individuais do cidadão; e o segundo, a soberania e a vontade popular absolutas”⁷⁰ (Dallmayr, 2001, p.11).

A possibilidade de existência de diferentes tipos de democracia nos impele a deixar claro de qual democracia estamos tratando⁷¹. No caso, a democracia latino-americana de caráter liberal. Além disso, indica o caminho analítico que se deve seguir, em prol de uma perspectiva mais restrita da democracia. Essa perspectiva, por sua vez, comporta as

⁶⁹ Muito embora, não se pode esquecer, as restrições ao voto de negros e mulheres permaneceram até meados do século XX.

⁷⁰ Não há como esquecer a distinção entre uma democracia liberal, como a latino-americana e uma democracia popular. Basta pensar na discussão que envolveu a elaboração da Constituição norte-americana em torno da garantia da propriedade privada frente ao direito de voto de todos os cidadãos (o que poderia desfazer uma das suas bases liberais) (Dahl, 2001b) e a idéia de identidade coletiva, ou de vontade geral do povo, expressa pelo Comitê Jacobino de Segurança Pública na Revolução Francesa: “Considerando-se que o povo francês já manifestou sua vontade, todos em posição contrária estão fora de sua soberania; todos fora da soberania são inimigos (...) Entre o povo e seus inimigos não há nada em comum, exceto a espada” (Dallmayr, in: Souza, 2001, p.18-9). Essas duas perspectivas ilustram a noção individualista da democracia liberal e a noção coletivista da democracia popular.

características liberais da democracia latino-americana, uma vez que possui um mote analítico independente das qualidades substantivas da democracia (ou da ausência de adjetivos, muitas vezes considerados necessários para a sua existência).

Na perspectiva da democracia, chamada por Bobbio (2000) de restrita, os valores próprios ou ideais da democracia são tornados secundários e as condições sociais e econômicas, que servem de mote analítico para estudiosos que defendem haver relação significativa entre o sistema político e as condições sócio-econômicas, são tornadas secundárias.

A palavra democracia pode ser entendida de duas maneiras distintas. Em uma delas, a democracia é vista através de suas qualidades substantivas ou do seu conteúdo. Nesta perspectiva, o que a distinguiria de outros sistemas políticos seria a crença em sua capacidade de gerar igualdade e liberdade, proporcionando a inclusão política de todos os adultos ou pelo menos daqueles considerados capazes de expressar suas reivindicações. Por suposto, esse conjunto de desejos seria o alicerce ideológico que motivaria a sua prática. Para Dahl (2001, p.97) estaríamos assim nos referindo a ela como “um objetivo ou ideal”, ou seja, como a via para se atingir fins mais amplos, valores últimos que somente nela seriam possíveis de se alcançar. Para o mesmo autor, a outra forma de se entender a democracia seria vê-la como “uma realidade que é apenas uma consecução parcial desse objetivo” (Dahl 2001, p.97).

Dahl propõe uma perspectiva clara de análise da democracia: se existe uma democracia real e outra ideal, se trata de compreender até que ponto a democracia real se aproxima da ideal. Para isto, Dahl elabora uma espécie de tipo puro ideal de democracia, que, todavia, difere-se do tipo puro weberiano, na medida em que o autor o entende também como uma meta prática, além de instrumento analítico; ou seja, como um modelo para instituições e sistemas aplicarem em busca de uma maior democratização.

Ao analisarmos dois casos específicos, como o chileno (compreendido entre os anos de 1952 e 1970) e o brasileiro (compreendido entre os anos de 1989 e 2002), ou mesmo a América Latina como um todo, devemos utilizar uma perspectiva mais restrita da democracia. Ou seja, frente ao contexto latino-americano, devemos entender a democracia como uma realidade e não uma meta. Embora, a democracia latino-americana esteja baseada em ideais

⁷¹ Nesse sentido, a democracia representativa sofre ricos questionamentos nas últimas décadas. É o caso das discussões em torno do avanço em direção as democracias participativa, radical e deliberativa. (Baquero, 2001. p.22).

que não lhe são próprios, isto é, apesar da democracia latino-americana ser uma aproximação, ou uma tentativa de assemelhar-se às democracias originárias das revoluções burguesas, ela por si é uma realidade. Uma realidade que se apresenta distante dos ideais de uma democracia utópica, como o modelo ideal proposto por Dahl, mas que, apresenta elementos mínimos que lhe garantem a identificação como tal. Afinal, nenhuma democracia é, senão uma aproximação de determinado modelo teórico.

Conforme Bobbio (2000, p.425-6), “a definição mínima de democracia [é] aquela sobre a qual podemos mais facilmente concordar. Uma definição mínima, e exatamente porque mínima, realista”. Dito de outra forma, a definição mais restrita da democracia permite maior proximidade com a própria realidade democrática, isto é, com a democracia real e seu funcionamento.

Bobbio define a democracia como método. O autor privilegia a forma da democracia, o que “acentua as chamadas regras do jogo, ao conjunto de regras que devem servir para se tomarem as decisões coletivas, as decisões que interessam a toda a coletividade, com o máximo de consenso e o mínimo de violência” (Bobbio, 2000, p.426). Essa perspectiva permite abarcar Chile e Brasil de forma semelhante, pois, ao se desconsiderar o conteúdo da democracia nos sistemas analisados, isolando os pré-requisitos da análise substantiva e se concentrando nos elementos da sua forma, se torna possível empiricamente empreender uma pesquisa que visa a comparar momentos e sistemas diferentes. Dito de outra forma, esse modelo teórico torna possível comparar os casos aqui definidos, mesmo que ambos os exemplos estejam em momentos históricos distintos. Nessa perspectiva teórica não existe necessidade de se agregar na análise o contexto histórico, a conjuntura, as singularidades de cada modelo. Uma vez que certos elementos formais estão garantidos, a consecução das vantagens da democracia é atingida.

Outro fator importante para justificar a utilização de uma perspectiva restrita da democracia é que a sua manifestação latino-americana é de base liberal e possivelmente, por si, nos permite analisar somente a partir de uma perspectiva mínima. A democracia existente na prática se reduz aos seus métodos e regras e não aos seus valores pois tem sua história singular e sua implantação se deu por circunstâncias distintas das que levaram alguns países europeus e os Estados Unidos à sua adoção.

III. Em busca de uma definição de democracia

A construção de uma definição de democracia, a partir dessa perspectiva que privilegia o conjunto de suas regras, pode ser entendida inicialmente através das qualidades que lhe são atribuídas, isto é, das justificativas para a sua utilização. Para Bobbio, “a democracia diferencia-se de outras formas de governo pelas regras que presidem à escolha dos líderes, que consiste na eleição periódica” (Bobbio, 2000, p.426). Contudo, “a principal razão que nos permite defender a democracia está precisamente no pressuposto de que o indivíduo singular, o indivíduo como pessoa moral e racional, é o melhor juiz do seu próprio interesse” (Bobbio, 2000, p.424). Przeworski complementa essa visão, ao afirmar que os dois elementos essenciais da democracia são “os resultados do processo democrático são incertos, indeterminados de antemão, e ‘o povo’, isto é, as forças políticas que competem pela realização de seus interesses e valores, é que determina esses resultados” (Przeworski, 1994, p.25). A democracia, portanto, se diferenciaria de outras formas de governo pelas regras que permitem a escolha periódica de representantes. Essa escolha está fundamentada na idéia de que o indivíduo é o único capaz de decidir o que é melhor para si; com isto, as regras democráticas garantem a possibilidade de participação equânime dos indivíduos, que, ao final, seriam os que decidem na democracia.

Até onde se pode conceber, a perspectiva procedimental definiria que a inviabilização das propostas de esquerda, no programa de governo de Lula, corresponde à opinião individual daqueles que são os juizes do processo democrático. Tratar-se-ia da vontade da maioria, expressa durante sucessivas e periódicas votações. Isso poderia definir o conteúdo dos programas se os dirigisse para responder à essas vontades individuais. Embora as regras garantam a incerteza do resultado, elas indicariam o caminho a ser seguido. Esses caminhos que vão sendo delimitados pelo jogo democrático podem ser nítidos dentro do próprio jogo, contudo, não respondem ao que aconteceu quando um programa de esquerda chega a ser escolhido democraticamente, como no caso chileno, mas é inviabilizado devido ao seu conteúdo.

Participação e a igualdade são fatores fundamentais da democracia. É por isso que as seis instituições exigidas pela democracia, conforme Dahl (2001, p.99), são relativas à estes dois critérios. São elas: “1. Funcionários eleitos; 2. Eleições livres justas e freqüentes; 3. Liberdade de expressão; 4. Fontes de informação diversificadas; 5. Autonomia para associações e, 6. Cidadania inclusiva”. A primeira e segunda já foram trazidas através de

Bobbio e Przeworski; porém, é válido realçar a explicação de Dahl para a inclusão desses elementos nas exigências da democracia. Para o autor, esses elementos permitem alcançar aquilo que a democracia tem para oferecer⁷²: além da “1. Participação efetiva” e da “2. Igualdade de voto”, há a “3. Aquisição de entendimento esclarecido; 4. Exercer o controle definitivo do planejamento” e “5. Inclusão dos adultos” (Dahl, 2001, p.50).

Assim, os funcionários (representantes) são eleitos pelos cidadãos (participação efetiva com igualdade de voto) para o controle das decisões do governo. Quanto às eleições, elas são livres para possibilitar a participação tranqüila dos cidadãos, o que permite a participação efetiva, pois não existe coerção impedindo que elas aconteçam; são justas, pois todos os cidadãos contam igualmente um voto cada um; e freqüentes para que haja participação efetiva e para que seja possível um controle do planejamento de governo.

Os demais critérios elaborados por Dahl, que seriam exigidos pela democracia (liberdade de expressão, fontes de informação diversificadas, autonomia para associações e, cidadania inclusiva) visam a permitir a promoção dos seguintes elementos: participação efetiva, entendimento esclarecido, controle do programa e plena inclusão.

Os critérios criados por Robert Dahl, básicos e utilizados em boa parte das análises sobre a democracia, certamente estiveram presentes nos períodos analisados. Lula e Allende participaram de democracias se as considerarmos pelo conjunto de elementos estipulado por Dahl como conjunto básico de elementos de uma Poliarquia⁷³. Porém, isso não é suficiente para garantir a consolidação das propostas de esquerda, no caso de Lula, devido a modificação das propostas e no caso de Allende devido ao golpe militar. O postulado de pleno controle do programa, que deveria ser efetivado através da escolha da maioria por meio de eleições periódicas, não encontra fundamento no exemplo chileno. Embora o programa de governo tenha sido escolhido, ele não pôde ser posto em prática até o final, tão pouco teve oportunidade de ser exposto novamente à escolha popular, fato que seria necessário para efetivar o controle sobre o programa.

⁷² Para o autor a democracia oferece liberdade e igualdade política para todos os membros da sociedade.

⁷³ No intento de criar distinção entre a democracia atual e as anteriores é que Dahl irá cunhar a denominação Poliarquia (governo de muitos) se referindo a democracia representativa moderna (de sufrágio universal, liberdade de associação etc.) (Dahl, 1989).

Isso leva a outro elemento importante, na concepção de Przeworski, de que na democracia os partidos políticos⁷⁴ perdem as eleições: “na democracia há partidos, isto é, divergências de interesses, valores e opiniões; há competição organizada segundo regras estabelecidas e, periodicamente, alguns são perdedores e outros, vencedores” (Przeworski, 1994, p.25). Com isto, Przeworski quer indicar que não basta haver vencedores no processo democrático, “somente quando há partidos que perdem e a derrota não é nem uma desgraça social, nem um crime, a democracia pode florescer” (Przeworski, 1994, p.25). Além disso, o autor concorda com Dahl, para quem outro caráter fundamental da democracia é a contestação aberta à participação, principalmente porque a democracia pressupõe um governo *pro tempore* (Przeworski, 1994, p.26), ou seja, um governo que seja temporário (o que corresponde ao critério de Dahl sobre eleições periódicas e freqüentes para permitir o controle do projeto de governo). Para Przeworski, ainda, a derrota é normalizada para que os perdedores não desistam de competir nas eleições seguintes, o que se constitui como um critério importante para o processo democrático.

Quanto a concepção trazida por Przeworski, em relação à necessidade de os perdedores do jogo democrático aceitarem a derrota, os dois casos aqui estudados merecem atenção. Para Allende, após três derrotas ou 18 anos, sua vitória deixou claro que os novos derrotados no jogo político foram incapazes de aceitar a condição de perdedores. Por isso, romperam a democracia, que se demonstrou suscetível às intenções golpistas contrárias à esquerda, mesmo se tratando de uma democracia que já possuía história suficiente para ser considerada a mais estável da América Latina e com bases liberais estabelecidas.

Conforme afirmou Allende, durante o seu governo, no Chile a “institucionalidade burguesa tem funcionado em sua plenitude” (Allende, s/d, áudio). Isso, contudo, não foi suficiente para garantir a permanência de um programa que não pretendia romper com a democracia, e sim com o capitalismo. A democracia, para Przeworski, deveria tornar a derrota algo natural, sendo um regime em que há, necessariamente, divergência de interesses. No caso de Lula, por sua vez, as três derrotas ou os 12 anos, serviram para que suas propostas fossem redirecionadas, evitando essas divergências de interesses, ou pelo menos se colocando em

⁷⁴ Conforme Dahl (2001b, p.29) os partidos políticos que hoje são diretamente relacionados ao sistema democrático, não o eram quando da construção da constituição norte-americana quando se temia a possibilidade de criação de partidos políticos que poderiam ferir, através de uma postura de facção, os ideais democráticos. Para Przeworski, “os protagonistas da interação democrática são coletivamente organizados, isto é, são capazes de formular interesses coletivos e agir estrategicamente para torná-los realidade” (Przeworski, 1994, p.27). O mesmo autor continua, afirmando que “os indivíduos não agem diretamente na defesa de seus interesses, eles delegam a outros que o façam em seu nome” (Przeworski, 1994, p.27).

outra posição em relação a essas divergências. Seu objetivo, tornar-se Presidente da República democraticamente, acabou induzindo suas propostas à direita. As derrotas lhe fizeram propor um programa de concepções contrárias daquelas que possuía quando foi derrotado.

Todavia, as decisões, no sistema democrático são tomadas pelo princípio da maioria. Esse princípio serve, conforme Bobbio, para “tomar decisões coletivas com o máximo de consenso e pacificamente” (Bobbio, 2000, p.426). O mesmo autor, contudo, realça que “nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de se tornar por sua vez maioria em igualdade de condições” (Bobbio, 2000, p.427).

A busca pelo consenso é uma estratégia constante no programa de governo vitorioso de Luís Inácio Lula da Silva. No seu primeiro programa, entretanto, as propostas defendem uma camada social específica, a dos trabalhadores, não buscando o consenso. Por suposto, tão pouco aparece nas propostas de Allende, em qualquer momento, a tentativa de consenso. Esse ponto parece paradoxal. Para Bobbio, a democracia, baseada na escolha da maioria (que significaria, para o autor, consenso), não pode impedir que a minoria se iguale à maioria em relação às condições políticas de consolidação de propostas. Contudo, as propostas que visavam às reivindicações de partes expressivas da população, como as de Allende e de Lula em 1989, não se consolidaram dentro da democracia. Se pensarmos essa parte expressiva da população como minoria em relação às condições de implementação de suas reivindicações temos que, no caso de Lula, somente quando o seu programa passou a expressar as mesmas reivindicações da maioria é que conseguiu conquistar as condições iguais de ação política.

A idéia de que dessa forma, democraticamente, se garante o acordo pacífico de propostas também parece limitado pelo tipo de proposta escolhida. As regras do jogo democrático não foram suficientes para que os perdedores aceitassem pacificamente as propostas de Allende. A democracia demonstrou seus limites.

Em função do princípio da maioria, “várias forças políticas competem entre si dentro de estruturas institucionais” (Przeworski, 1994, p.26) que “conferem a todos uma oportunidade de lutar por seus respectivos interesses” (Przeworski, 1994, p.29). Disso decorre que “a democracia é um sistema de resolução de conflitos em que os resultados dependem do que seus participantes fazem, mas nenhuma força tem condições de controlar sozinha os acontecimentos” (Przeworski, 1994, p.28). Contudo, conforme o mesmo autor, essa “incerteza organizada” da democracia “não quer dizer que tudo seja possível, ou que nada seja previsível

(...) os atores sabem o que é possível, pois os prováveis resultados estão previstos na estrutura institucional (...) Se os resultados fossem predeterminados ou totalmente indeterminados, não haveria razão para que os grupos se organizassem como participantes. A incerteza é que os atira no jogo democrático” (Przeworski, 1994, p.28-9). Essa realidade do sistema democrático fornece a possibilidade de ação instrumental por parte dos atores que podem investir “recursos econômicos, organizacionais e ideológicos desiguais na disputa. (...) se as instituições democráticas são universalistas – isto é, neutras em relação à identidade dos participantes – os que têm maiores somas de recursos têm mais probabilidade de sair vencedores” (Przeworski, 1994, p.27).

No sentido proposto por Przeworski a democracia, enquanto conjunto de regras, teria um caráter neutro, o que permitiria que todos lutassem por seus interesses; todavia, o mesmo autor destaca que “os resultados desse processo são determinados conjuntamente pelos recursos e pelas instituições e, portanto, a probabilidade de um grupo qualquer, identificado por sua posição na sociedade civil, chegar a realizar seus interesses de uma determinada forma e dentro de um determinado grau é, de um modo geral, distinta da de outros grupos” (Przeworski, 1994, p.27).

Novamente se expressam alguns limites inerentes a essa concepção de democracia. Se de fato a democracia pode permitir, pelo seu caráter de neutralidade, que todos lutem por seus interesses, porque não foi possível a consolidação de propostas de esquerda na América Latina? Existiriam determinados interesses que poderiam ser reivindicados em detrimento de outros? A neutralidade da democracia seria tão ampla que possibilitaria que todos os interesses possam participar do processo de escolha ou, ao contrário, seria incapaz de possibilitar a todos os interesses a participação no processo democrático de escolha? Qual a importância do investimento em recursos ideológicos na disputa? Como se dá a disputa em termos de recursos ideológicos na democracia latino-americana?

Esses questionamentos indicam, desde já, aquilo que Bobbio assume frente a essa perspectiva restrita da democracia: “Estou até disposto a admitir que para que um Estado seja verdadeiramente democrático não basta a observância dessas regras, ou seja, reconheço os limites da democracia apenas formal” (Bobbio, 2000, p.427).

É nesse sentido, dos possíveis limites intrínsecos ao exercício da democracia na América Latina e da insuficiência da concepção formal da democracia liberal para o estudo da

realidade democrática que se deve pensar a não consolidação das propostas de esquerda. A concepção restrita de democracia define critérios mínimos para qualificar um sistema como democrático e assinalar, assim, que estão em funcionamento procedimentos e regras que garantem igualdade, justiça e liberdade para a escolha de políticas e para a tomada de decisões coletivas.

O pequeno número de elementos que compõem o tipo ideal de Poliarquia, definido por Dahl e adotado por outros autores, como o próprio Bobbio, não apenas se mostram insuficientes para garantir igualdade para a escolha de políticas, como também, para poder conceber a própria existência desse problema. A não consolidação de propostas econômicas de esquerda na América Latina, dentro de democracias estáveis e dentro dos critérios mínimos já apresentados, indica a tensão existente nessa dimensão do jogo político. Allende busca, pelo seu lado, tentar suplantar essa tensão não alterando suas propostas nem buscando a via revolucionária, mas propondo medidas de transição para o socialismo dentro da ordem institucional burguesa. O nível de tencionamento, possivelmente pelo rompimento do caráter liberal da economia capitalista, levou seu programa de medidas econômicas ao fim.

Lula, entretanto, opta por se desfazer de propostas que pudessem tencionar o sistema econômico. O faz, dentro de seu programa eleitoral, para poder chegar ao governo no sistema democrático. Expressando, no primeiro programa, precaução em relação a possibilidade de acontecer o mesmo desfecho que ocorre com Allende, abdica desde então de posicionamentos mais próximos aos postos em prática por Allende. Porém, na seqüência de programas até a vitória eleitoral, modificam, inclusive, as propostas econômicas que não haviam sido consideradas problemáticas na primeira tentativa.

IV. Alguns limites da democracia

Para Fred Dallmayr, “a ‘democracia’ tem em comum com outros conceitos políticos um traço marcante: é contestável” (Dallmayr, 2001, p.11). O mesmo autor, contudo, analisa que “em épocas mais recentes, essas restrições desapareceram quase por inteiro, e isso deu margem a sua aceitação nas sociedades em todo o mundo” (Dallmayr, 2001, p.11). É certo que, apesar de um pouco abalada pelo fim da União Soviética, a discussão em torno da essência da democracia ainda continua muito em relação à questão do individualismo *versus* o coletivismo.

A discussão sobre democracia liberal e democracia popular não se faz necessária, uma vez que já está definida a forma da democracia latino-americana. Aqui, se trata, portanto, de debater a perspectiva procedimental, exatamente pelos seus limites explicativos na sua confronto com a realidade latino-americana. Conforme Moisés (1995, p.33), “um dos testes mais importantes de validação de qualquer teoria ou modelo explicativo é o seu confronto com a realidade ou com a evidência empírica disponível”.

A democracia procedimental separa os elementos que influenciam a disputa, como recursos econômicos, ideológicos e organizacionais das regras que possibilitam a participação no processo democrático. A relação estabelecida por Przeworski entre os recursos utilizados pelos atores políticos, sejam eles econômicos, organizacionais ou ideológicos, e a possibilidade de realização dos interesses políticos entra em choque com alguns elementos trazidos por Dahl. Quando o autor justifica o fundamento democrático de fontes livres de informação isso fica mais claro: “se alguns membros recebem maiores oportunidades do que outros para expressar seus pontos de vista, é provável que suas políticas prevaleçam” (Dahl, 2001, p.50). Assim, parece fundamental considerar os recursos econômicos nessa análise. Da mesma forma, quando Dahl apresenta a idéia da representatividade das minorias, expondo-a como uma necessidade no processo quantitativo de escolha e uma característica da Constituição norte-americana⁷⁵ (Dahl, 2001b, p.84), parece inevitável questionar de que maneira minorias podem adquirir recursos ideológicos⁷⁶. Por suposto, outra questão ainda pode ser feita: se os recursos econômicos e ideológicos influenciam as decisões, como as regras democráticas lidam com os interesses dos atores que não possuem tais recursos?

Em relação a isso, Fraser vai esboçar a idéia de que, como “a luta pelo reconhecimento tornou-se rapidamente a forma paradigmática de conflito político no fim do século XX” (Fraser, 2001, p.245), ela acaba sendo abarcada pela democracia. Porém, nesse mesmo processo, é possível que a luta por redistribuição tenha sucumbido. Ou seja, no passado as vozes de minorias identitárias (negros, homossexuais etc.) ecoariam inertes frente

⁷⁵ É verdade que Dahl não se demonstra convencido da forma como a Constituição norte-americana prevê a representação dos estados, para ele existe uma sobre-representação dos estados menores; conforme a Constituição isso garantiria a representação equânime.

⁷⁶ Przeworski acredita que os recursos ideológicos dizem respeito a “argumentos mais convincentes” (1994, p.26). Desconsidera as condições que tornam esses argumentos mais convincentes: que vão desde a formação histórica até o contexto sócio-econômico. Um exemplo disso é o caso do Partido Nacional Socialista Alemão. Suas propostas, por mais convincentes que pudessem ser, dependeram para serem escolhidas, da situação social e econômica da Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial.

à busca por redistribuição⁷⁷. Hoje, contudo, dentro da democracia liberal, os grupos minoritários encontram possibilidades de expressão de suas reivindicações.

A busca pela maioria dos votos indicaria a inserção nos programas políticos das reivindicações desses grupos representativamente minoritários. Todavia, isso acaba por criar um re-arranjo das reivindicações, o que impede a consecução de transformações estruturais, como as pleiteadas pelos movimentos de redistribuição (vinculados pela autora à um imaginário socialista, comum nos tempos do socialismo soviético, mas ainda existentes, principalmente em países latino-americanos de grandes desigualdades econômicas). Desta forma, persiste e talvez aumente a falta de representação de grupos sociais em função do próprio funcionamento da democracia, abarcando minorias identitárias em busca da maioria dos votos acaba-se excluindo as minorias que reivindicam redistribuição.

Como se percebe, a definição estritamente procedimental da democracia não comporta alguns problemas existentes, assim como o problema empírico proposto neste trabalho. A definição procedimental vê o sistema democrático como um conjunto de regras universalista (Bobbio, 2000), isto é, neutro, e que assim, não influencia na consolidação de propostas políticas de qualquer matiz, inclusive de esquerda. Porém, uma possível área conflituosa para a democracia liberal é a economia. Isto, pois, conforme Dahl (2001, p.183), “democracia e capitalismo de mercado são como duas pessoas ligadas por um casamento tempestuoso, assolado por conflitos – mas que resiste, porque nenhum dos parceiros deseja separar-se do outro”. O autor aponta determinada correlação necessária entre um tipo específico de democracia e um tipo também específico de sistema econômico. Dahl, assim como outros teóricos, tende a utilizar como modelo de análise as sociedades em que os elementos dessa correlação surgiram simultaneamente, aí sim, em um casamento. Desta forma, a teoria procedimental acaba desconsiderando a formação histórica, tanto do capitalismo quanto da democracia. Nessa perspectiva analítica, separa-se a variável econômica, estudando-se a democracia isoladamente. Nesse sentido, a especificidade histórica latino-americana deve nos leva a problematizar essa correlação entre democracia e capitalismo, questionando o tipo de capitalismo e as suas implicações no sistema político latino-americano.

⁷⁷ A autora denomina a época presente como era pós-socialista devido, não somente ao fim da experiência soviética, mas à substituição das reivindicações por redistribuição – ligadas a troca de sistema econômico – para reivindicações por reconhecimento de identidades – ligadas a inserção política das minorias excluídas de representação.

Por se tratar de uma possível correlação envolvendo elementos que vão além das próprias regras do jogo, se ultrapassa os limites da concepção procedimental da democracia. Mas Dahl realça que se trata da existência de elementos que vão tornar mais forte a democracia, sendo que um destes elementos é o mercado capitalista. Neste caso o mercado capitalista também se vê beneficiado pelo sistema democrático uma vez que necessita certa regulação que deve corresponder aos interesses da maioria e não de apenas um indivíduo.

O autor indica, por outro lado, que o capitalismo também prejudica a democracia, por exemplo, quando incentiva valores egoístas (como o ganho individual) em detrimento do bem comum (melhorias coletivas).

V. Brasil e Chile: programas de esquerda e democracia

É importante considerar que possivelmente seja no âmbito das relações entre capitalismo e democracia que estão guardados os tencionamentos entre as propostas de esquerda na América Latina e a democracia. Isso porque, quando Allende passa a consolidar suas propostas, logo põe em xeque os interesses de uma elite econômica local e de parte dos investidores estrangeiros que explorava os minérios chilenos e apoiava o livre mercado capitalista. No Brasil, essa relação pode ser ainda mais evidente, principalmente porque não existe ruptura como ocorre com Allende. Ou seja, apesar de não ocorrer um rompimento radical, quando pensamos na linha de transformações na concepção das propostas de Lula, logo se percebe que o aspecto que mais influencia nas mudanças é o das posições econômicas. Com isso é possível se definir mais claramente os pontos de tencionamento, que são, mais especificamente, as propostas que se transformam demonstrando o abandono de uma concepção de projeto de governo de esquerda.

Se a afirmação de Robert Dahl está correta, existe uma área conflituosa entre democracia e sistema econômico. Para o autor, o capitalismo de mercado favorece a democracia, uma vez que é um sistema econômico que proporciona liberdade e a descentralização da administração (Dahl, 2001, p.184). Isso manteria juntos capitalismo e democracia e faria com que a democracia não reagisse bem a sistemas econômicos de orientação central. Ao mesmo tempo, afirma o autor, o capitalismo pode prejudicar a democracia, mas “a rigor, jamais houve uma experiência histórica que juntasse as instituições democráticas com uma economia centralmente dirigida em tempo de paz. De minha parte,

espero que jamais aconteça. Acredito que as prováveis conseqüências sejam totalmente previsíveis – e são um mau presságio para a democracia” (Dahl, 2001, p.189).

As propostas econômicas da esquerda, seja ela representada por Allende ou por Lula, não tiveram condições de se consolidar na América Latina. Não se trata somente de conjunturas, isso já foi dito, mas de algo a mais. A idéia de que a democracia, por se conformar enquanto regras do jogo da escolha de políticas, pode ser insuficiente para impedir a configuração desse fenômeno é uma tentativa de resposta. De qualquer forma, a proposição não encontra respaldo na teoria que entende a democracia enquanto um conjunto de regras. Isso indica que a democracia latino-americana possui um limite e expressa com isso, um dos limites da própria concepção teórica procedimental. Em ambos os casos, esse limite se vincula às propostas de esquerda.

É possível que isso se deva ao caráter liberal da democracia latino-americana e de sua vinculação ao capitalismo de mercado. Essa suposição está embasada na possibilidade de que as propostas de Allende e de Lula foram tencionadas devido à características que iam de encontro às exigências do capitalismo de mercado.

Mesmo que essa proposição não seja mais que uma suposição de resposta, o fato é que as propostas de esquerda não se consolidaram na América Latina, mesmo se tratando de uma região democrática, onde estariam garantidos os critérios liberais de democracia, isto é, uma pessoa um voto, e onde existe, até certo ponto, a participação efetiva (que pressupõe certa liberdade política) e o entendimento esclarecido, e onde o controle do planejamento e a inclusão de todos os adultos ocorreriam.

Nesse sentido, se a democracia deve garantir certas condições para que todas as propostas concorram em igualdade de condições no jogo democrático (isso é um pressuposto básico na concepção de Dahl da democracia), certamente ela não conseguiu garantir isso no caso das propostas de esquerda de Allende e de Lula.

Por outro lado, a democracia deve proporcionar controle sobre o planejamento, ou seja, as eleições periódicas são um instrumento para que determinadas políticas sejam escolhidas em prol de algumas reivindicações e em detrimento de outras. As reivindicações preteridas, ou o grupo, partido, movimento, etc. representante dessas reivindicações, deve aceitar o jogo e suas regras e aguardar o próximo momento (pois devem existir eleições freqüentes) para apresentar novamente sua visão sobre a solução dos problemas. No caso de

Allende, a democracia, suas regras e sua dinâmica foram insuficientes para garantir que as propostas que compunham a *via chilena ao socialismo* fossem postas em prática, mesmo que elas representassem a maioria existente.

Com isso acaba-se mostrando que existe certa possibilidade de que a democracia latino-americana e o conceito procedimental de democracia sejam insuficientes. O primeiro é insuficiente em dois sentidos: para a solidificação da igualdade de condições e para a garantia de liberdade de escolha. O segundo é insuficiente para a explicação da complexidade do jogo político, uma vez que, mesmo que propostas de esquerda não tenham se consolidado por via democrática na América Latina, as regras e procedimentos são considerados, dentro da perspectiva procedimental, suficientes para determinar a denominação do sistema político como democracia e, com isso, caracterizá-lo como neutro em relação às propostas que participam do jogo democrático.

É importante destacar, por fim, que a insuficiência da democracia liberal latino-americana tem uma direção específica, a das propostas de esquerda. Isso não exclui a possibilidade de outras limitações e indica o paradoxo existente entre a democracia latino-americana, a teoria democrática procedimental e as possibilidades de consolidação de propostas de esquerda.

CONCLUSÃO

O presente estudo não pretendeu encerrar o debate em torno da questão da democracia. Os questionamentos sobre os limites da democracia permanecem abertos, sem qualquer necessidade de serem selados. Não poderia ser diferente, uma vez que o tema pode assumir diversas formas. Aqui, a discussão se deu através da comparação entre os programas de governo de Salvador Allende e de Luís Inácio Lula da Silva, ambos identificados com a esquerda e ambos com propostas que não se consolidaram. Assim, o objetivo aqui perseguido foi o de compreender os limites à esquerda para a democracia liberal latino-americana. Contudo, fica claro que a resposta para o questionamento proposto – porquê propostas de esquerda não se consolidaram no sistema democrático latino-americano – não está tão próxima de ser plenamente alcançada quanto seria desejado, muito embora considera-se que alguns passos importantes foram dados.

Embora a democracia latino-americana não tenha fornecido nem garantido as possibilidades de consolidação de propostas de esquerda, os motivos para que isso tenha ocorrido permanecem sendo apenas suposições. É por isso que o objetivo nesse momento é, precisamente, retomar o percurso do trabalho em função de alguns indicativos para fornecer algumas aproximações (ou pistas) para uma possível resposta. Talvez se alcance apenas uma resposta provisória, exatamente porque o intuito não é ser ou sugerir um ponto final e sim proporcionar um novo caminho que será mais concreto e coerente.

A análise dos programas de governo da área econômica de Salvador Allende Gossens e de Luís Inácio Lula da Silva mostrou as mudanças nas propostas que compõem os programas eleitorais e as características das alterações de cada projeto, ou seja, quais foram as transformações nas concepções das propostas. Allende opta pelo caminho da radicalização e da consolidação de propostas de esquerda dentro do programa de governo; Lula, por sua vez, opta pelo caminho da substituição das propostas e do abandono de concepções de esquerda. Ambos, porém, não consolidam propostas de esquerda, já que Allende se vê impedido de

governar devido ao golpe de setembro de 1970 e Lula, por suposto, tem no seu programa a dissolução de proposições de esquerda, independente do que venha a fazer em seu governo.

Para a indicação de uma possível resposta a esse problema foi considerada a existência de um mesmo fator que abrangeu ambas as conjunturas e que poderia determinar a consolidação ou não de algumas propostas: a democracia. Contudo, determinados fatores tiveram que ser examinados para se poder alcançar essa proposição e para avançar na sua direção. Determinar a conjuntura que envolve cada situação e as respectivas concepções de esquerda foi o primeiro passo.

O cenário internacional e o contexto sócio-econômico e político que envolvem as duas experiências da esquerda latino-americana aqui estudadas é bastante amplo. As transformações conjunturais que ocorrem nos cinquenta anos entre 1952 e 2002, ou seja, entre a primeira tentativa de Salvador Allende e a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, se refletem de maneira muito acentuada nos programas de governo apresentados pelos candidatos. A disputa entre capitalismo e socialismo, engendrada pelas duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, durante a Guerra Fria, trouxe uma série de conseqüências para a esquerda mundial. Na América Latina, movimentos e partidos de esquerda (alguns revolucionários), assim como governos e Ditaduras Militares de direita, caracterizam o período.

Os programas de Salvador Allende sinalizam essa situação e se apresentam como exemplo chileno da disputa ideológica que ocorre no mundo. Embora a proposta allendista vá se radicalizando com o passar dos anos, ela não chega a atingir a idéia de revolução que vinha sendo discutida dentro do Partido Socialista Chileno, principalmente no período que antecede a eleição de 1970. A opção por não seguir o exemplo cubano, embora existisse o apoio e o intercâmbio com o Partido Comunista Cubano, se dá pela idéia de *via chilena ao socialismo*. Salvador Allende define que,

os povos que lutam por sua emancipação têm, logicamente, que tornar adequadas, à sua própria realidade, as táticas e as estratégias que conduziram a sua formação. O Chile, por sua característica, por sua história, é um país onde a institucionalidade burguesa tem funcionado em sua plenitude e onde, dentro dessa legalidade burguesa, o povo, com sacrifícios, vem avançando e obtendo conquistas, se conscientizando, compreendendo que não é dentro do regime capitalista e do reformismo que o Chile pode alcançar a dimensão de país, independente economicamente e capaz de atingir níveis superiores de vida e de existência. (Allende, s/d, áudio em espanhol).

As palavras do Presidente chileno se dão em um diálogo com Fidel Castro, em que explica a tentativa de ultrapassar “os obstáculos de uma revolução que se tem que fazer dentro da democracia burguesa”.

Allende afirma que é a estabilidade da democracia chilena que o leva à tentativa da *via chilena*. Embora manifeste saber das características burguesas do sistema democrático no qual apresenta sua candidatura, Allende mantém uma série de propostas socialistas em seu programa, adequando o meio para concretizá-las às regras do jogo democrático vigente. A conjuntura certamente auxiliou a viabilização eleitoral de seu programa, uma vez que suas propostas socialistas não eram consideradas descabidas.

Porém, não se pode deixar de lado o caráter pontual que marca a experiência chilena. Ou seja, a necessidade de uma tentativa política e econômica que fosse diferente da vigente e que suplantasse a crise advinda do capitalismo. É premente considerar que a América Latina não tinha visto fenômeno semelhante e, naquela conjuntura de disputa ideológica, chegar a tal ponto foi um fato singular. Diversas características podem servir como explicação para o que ocorre. Além do contexto histórico e da estabilidade institucional democrática, a conformação da esquerda chilena, única na América Latina que consegue até então se unir em uma Frente Popular, e a tradição chilena de Partidos Socialista e Comunista são outras explicações possíveis.

Todavia, não é possível explicar, através desses mesmos elementos (conjuntura, estabilidade democrática, união da esquerda e tradição) por que não foi possível a Salvador Allende consolidar suas propostas de governo. Isto porque o golpe de Estado desferido por Augusto Pinochet acaba por impedir o governo socialista, não permitindo que suas propostas se consolidem. Assim, embora as propostas se consolidem no seu programa de governo, durante o seu mandato elas são impedidas de se concretizarem. Sendo que, é importante afirmar, o golpe que se efetiva tem por objetivo eliminar a continuidade de um governo socialista e as possíveis conseqüências, no longo prazo, para as elites capitalistas chilenas e para a hegemonia norte-americana no continente⁷⁸.

Com o fim da União Soviética e a confirmação dos Estados Unidos como única grande potência mundial, o capitalismo torna-se o principal modelo econômico e as demais

⁷⁸ - Vide <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB110/index.htm>.

experiências de esquerda perdem um importante referencial⁷⁹. Partidos e movimentos passarão por modificações, assim como ocorre com Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil. O conceito de esquerda acompanha esse fenômeno e passa a ser questionado. Alguns autores irão duvidar de sua validade e, inclusive, determinar o fim da esquerda (Przeworski, 1997). Se na década de 1970 havia certeza do posicionamento ideológico da *Unidad Popular*, em 2002, por sua vez, a Coligação Lula Presidente não pode ser definida tão facilmente.

Também se pode compreender o movimento das propostas de Lula com a análise da conjuntura e o contexto histórico, acrescentando o fracionamento e as transformações da esquerda brasileira. Porém, não se pode apenas considerar que essas transformações ocorrem por si, sendo um fato natural ou inerente ao tempo. São os atores que definem, por suas ações, o que é a esquerda. De qualquer forma, se considerarmos que as transformações no programa de governo de Lula o levam ao mesmo destino de Allende (a não consolidação de propostas de esquerda), também concluiremos que esses fatores são insuficientes para explicar o fenômeno.

As distintas estratégias eleitorais foram influenciadas por conjunturas diferentes. Restou, porém, um mesmo fim em ambos os casos, ou seja, a não consolidação das propostas de esquerda. É por isso que o presente trabalho realiza a análise teórica da democracia, elemento comum nos dois momentos, uma vez que foi insuficiente para garantir as condições para a disputa e concretização das propostas de esquerda que foram selecionadas seguindo as suas regras.

Nesse sentido, não se pode pensar a democracia como algo além do que existe na realidade, tão pouco pode-se considerá-la enquanto conceito valorativo. Por isso, a análise se deu através da utilização do conceito restrito de democracia (Bobbio, 2000) que a concebe pelos seus atributos formais. Deve-se salientar que, na América Latina o surgimento da democracia não ocorreu por conflitos e tensões semelhantes aos que ocorrem nas democracias contemporâneas originais; contudo, a forma assumida pela democracia latino-americana tem inspiração nos valores e no modelo democrático liberal.

Todavia, o conceito de democracia formal se mostrou insuficiente para responder ao problema proposto, uma vez que não compreende elementos que vão além das regras do jogo. Essa perspectiva teórica define que alguns poucos elementos asseguram as características do

⁷⁹ Uma posição em defesa do capitalismo como objetivo da humanidade pode ser encontrada em Fukuyama,

sistema democrático. Desta forma, se os critérios elaborados por Dahl (2001), relativos à garantia de determinados procedimentos e instituições, existirem em dada sociedade, ela será democrática.

No caso da não consolidação das propostas de esquerda devido às características da democracia, o conceito define que a democracia deve garantir, por suposto, igualdade de condições para a disputa e liberdade de escolha, uma vez que é o conjunto das regras de um jogo que se pretende justo. Assim, todas as propostas devem possuir as mesmas possibilidades de se viabilizar e de se consolidar, até mesmo aquelas que põe em xeque o binômio capitalismo de mercado – democracia liberal, identificado por diversos autores, entre eles Dahl (2000), como um elemento extra-procedimentos, que auxilia o desenvolvimento da democracia.

É possível, portanto, que exista uma área de tensão entre o sistema econômico e o sistema político, identificada pela caracterização da relação entre democracia e livre mercado capitalista. Se pudermos considerar que as propostas vitoriosas de Allende tencionariam a relação democracia-capitalismo e essa possibilidade ganha veracidade quando analisamos as características dos programas de governo de Allende (pelo seu caráter socialista), concluímos que o golpe militar de 11 de setembro de 1970 efetivou-se como resultado dessa tensão entre sistema político e proposta econômica, como forma do sistema político lidar com seus próprios limites.

No caso brasileiro, se as propostas de Lula tencionaram essa relação em seu primeiro programa, em seu último isso não se repete devido à adequação do programa às exigências da própria disputa democrática.

De qualquer maneira, mesmo que essa tensão entre democracia e capitalismo não seja mais que uma suposição de resposta, é fundamental considerar, antes de seguir esse caminho, que propostas de esquerda não se consolidaram na América Latina, mesmo em cenários onde a democracia opera. Isso indica que a democracia latino-americana é insuficiente para garantir a consolidação de propostas de esquerda e que apenas as regras do jogo não garantem a neutralidade e a igualdade para a competição democrática.

Portanto, o conceito procedimental de democracia também é limitado e insuficiente, uma vez que define que as democracias garantem determinadas vantagens apenas por

seguirem um mesmo rol de procedimentos. A não consolidação de propostas de esquerda expressa essa insuficiência da visão restrita da democracia.

Todavia, permanece por demais aberta a questão proposta no presente trabalho. Ou seja, resta pensar de que forma a democracia deixa de garantir a consolidação de propostas de esquerda na América Latina. Seguindo a perspectiva do tencionamento existente entre o sistema de mercado capitalista e democracia, operado pelas propostas de esquerda e que poderia determinar a sua não-consolidação, é importante tangenciar uma explicação que possa dar conta de responder porque o fenômeno ocorre na América Latina.

Nesse sentido, é importante referir a questão dos recursos ideológicos. Ou, pelo menos, pensar a relevância da ideologia para explicar, não somente porque um programa de governo é impedido, por meio das Forças Armadas, ou seja, pela coerção física, de se consolidar, mas porque um programa de governo de esquerda se vê obrigado, dentro da democracia, a abdicar de algumas propostas de esquerda para se viabilizar eleitoralmente.

Uma possível resposta para a questão proposta está na teoria de Antonio Gramsci de hegemonia. O autor italiano acreditava que os setores dominantes da sociedade construiriam os valores e as crenças que permitiriam e justificariam a sua permanência enquanto grupo dominante. Assim, além de utilizar outros meios de coerção, como o físico, por exemplo, a fração dominante da sociedade exerceria a dominação por meio da construção do consenso. Esse tipo de coerção, ideológica, seria a garantia e o resultado da hegemonia. A hegemonia, inclusive, seria mais eficaz que os demais tipos de dominação, uma vez que, conforme Gramsci (1995, p.12), se manifestaria pelo “consentimento espontâneo dado pelas grandes massas da população à direção geral imposta à vida social pelo grupo dominante” (1995, p.12).

Ao pensarmos nas sociedades aqui estudadas entendemos que a fração dominante é representada pela elite ligada ao capital. Assim, propostas que se contraponham ao capitalismo, contrapõem-se diretamente ao setor economicamente dominante (detentor do capital) que dispõe de mecanismos de coerção para evitar que isso ocorra. Da hegemonia dessa elite capitalista dominante resulta que os seus valores são compartilhados e aceitos pelas demais frações da sociedade (há o consenso). Os setores dominados se posicionariam ideologicamente na defesa dos valores da elite dominante e isso garantiria a permanência dessa elite dominante enquanto tal. Assim, os setores não-hegemônicos podem ser pouco

receptivos aos programas de esquerda que são contrários aos valores hegemônicos, uma vez que existe consenso em relação à validade e à importância desses valores.

A fertilidade inerente ao debate teórico garante que o tema possa ser abordado por diversas perspectivas. Coube aqui indicar uma possibilidade explicativa para o fenômeno descrito. Certamente, a brevidade com que se sugere tal possibilidade analítica reflete a necessidade de aprofundamento nessa direção. Porém, não se pode considerar a teoria da hegemonia como única via explicativa, nem mesmo como uma via mais completa. É possível que essa teoria necessite, além de aprofundamento, de outros suportes conceituais que a tornem mais abrangente, ou mesmo, de um esforço mais amplo que acabe tornando-a secundária.

O objetivo aqui proposto, explicar porque os programas de esquerda não se consolidaram na democracia latino-americana, é passível de diversas abordagens empíricas. O caminho realizado, comparar as propostas de governo de Lula e de Allende para descobrir o conteúdo dos seus programas, abriu a possibilidade para um número ainda razoável, porém menor, de perspectivas teóricas. O resultado dessa comparação, a guinada de Lula à direita e a consolidação das propostas de esquerda de Allende dentro de seu programa, mas a não-consolidação das propostas no seu governo, indicou, por sua vez, uma perspectiva analítica que pudesse compará-los conjunta e igualmente. A democracia em sua compreensão procedimental foi a via escolhida. A insuficiência da democracia existente na América Latina em garantir a consolidação de propostas de esquerda foi a proposição final a que se chegou por essa via. Nesse sentido, dentre vários questionamentos possíveis ainda resta um que se impõe: por que a democracia existente na América Latina não foi suficiente para garantir a consolidação de propostas de esquerda?

A presente dissertação esboça uma resposta para esse questionamento, a teoria da hegemonia de Gramsci. Existem, porém, outras possibilidades que podem e devem ser abordadas. Cabe, aqui, apenas deixar aberto esse debate para que a sua conclusão não seja limitada por uma proposição final e possa surtir novos estudos e outras explicações mais ricas e férteis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLENDE, Salvador. **Presidente Salvador Allende: 'el tanquetazo' discurso del presidente Salvador Allende desde La Moneda el dia 29 de junio de 1973**. Serie Documentos. Santiago: Musicales Zenteno/ Liberación, 1973. (áudio).

_____. **Abrirán las grandes Alamedas: discursos**. Santiago de Chile: LOM, 2003

_____; CASTRO, Fidel. Chile Cuba: el dialogo de America. Allende – Fidel. Santiago: Musicales Zenteno/ Liberción. S/D. (áudio).

ARRUDA, José Jóbson de Andrade. A crise do capitalismo liberal. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; e ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX: o tempo das crises (vol.2), Revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BAQUERO, Marcello. Alcances e limites do capital social na construção democrática. In: BAQUERO, Marcelo (org.). **Reinventando a Sociedade na América Latina; cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/ Brasília: Editora da Universidade/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república: de 1889 a 1930**. São Paulo: Alfa-Omega, 1991.

_____. **História sincera da república: de 1931 a 1964**. São Paulo: Alfa-Omega, 1991a.

BOBBIO, Norberto **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

CASTRO, Henrique C. O.. Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não-democrático. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique de Oliveira de; e GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (orgs.). **A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política**. Porto Alegre/Canoas: Ed. Universidade/ Centro Educacional La Salle, 1998.

DAHL, Robert A.. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

_____. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

- _____. **How Democratic is the American Constitution?**. Yale University Press, 2001b.
- DALLMAYR, Fred. **Para além da democracia fugidia: algumas reflexões modernas e pós-modernas**. In: SOUZA, Jessé. Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- DREIFUSS, René Armand. **1964 : a conquista do estado : ação política, poder e golpe de classe**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FERNANDES, Florestan. **Pt em movimento: Contribuição ao I congresso do partido dos trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FERREIRA, Jorge. O socialismo soviético. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; e ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX: o tempo das crises (vol.2), Revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001
- FILHO, Daniel Aarão Reis. As revoluções russas. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; e ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX: o tempo das crises (vol.2), Revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FILHO, Daniel Aarão Reis. Crise e Desagregação do Socialismo. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; e ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX: o tempo das dúvidas (vol.3), Do declínio das utopias às globalizações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.
- FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; e ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX: o tempo das crises (vol.2), Revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FILHO, David Capistrano; SANTOS, Ubiratan de Paula; e ALTMAN, Breno. **Há o que fazer: a esquerda na nova república**. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- FIORI, José Luis; e TAVARES, Maria da Conceição (orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FRAZER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista**. In: SOUZA, Jessé. Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- FREITAS, Valter de Almeida. **ANL e PCB: mitos e realidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.
- FRIEDMANN, Reinhard. **La política Chilena de la A a la Z: 1964 – 1988**. Santiago de Chile: Melquiades Servicio Editorial, 1988.
- FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. São Paulo: Rocco, 1992.
- GADOTTI, Moacir; e PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

- GIDDENS, Anthony. **Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Unesp, 1996.
- GONÇALVES, Williams da Silva. A segunda Guerra Mundial. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; e ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX: o tempo das crises (vol.2), Revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebooks**. 12 ED. New York: International Publishers, 1995.
- HISTÓRIA de los Partidos Políticos: desde P. Aguirre Cerda hasta S. Allende. Que Pasa, 1984.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Revolucionários: Ensaio contemporâneos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996
- HOBBSBAWM, Eric J.. **Era dos Extremos: O Breve Século XX, 1914-1991**. 2. ED. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- IANNI, Octavio. Globalização e a nova ordem internacional. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; e ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX: o tempo das dúvidas (vol.3), Do declínio das utopias às globalizações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.
- JOBET, Julio Cesar. **Socialismo y Comunismo**. Cuadernos Socialistas. Santiago de Chile: Espartaco, 1952.
- LÖWY, Michael (org). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- LUZÓN, José Luis; GIRAL, Jaume Mateu; e VÉLIZ, Jorge Ortiz (et all). **Enciclopedia de Chile**. Santiago de Chile: Oceano, 2003.
- MEZA, Rene Eduardo Ortega. **La Eleccion de 1958 y el surgimento del paradigma de los Tres Tercios en la política chilena**. Santiago de Chile: PUC de Chile, 1999. (Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de História da Pontifícia Universidade Católica do Chile).
- MIRANDA, Nilmário; e TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo : mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar : a responsabilidade do Estado**. - São Paulo: Boitempo, 1999.
- MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia: as bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.
- MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MOULIAN, Tomas. **Chile Actual: anatomia de un mito**. Santiago do Chile: LOM editores, 1997.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- NETTO, José Paulo. **O que é stalinismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PARTIDO Comunista do Brasil. **Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil**. - Lisboa: Maria da Fonte, 1974.
- PARTIDO dos Trabalhadores. **Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- PARTIDO dos Trabalhadores. **Trajetórias: Partido dos Trabalhadores (2003) das origens à vitória de Lula**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003
- PARTIDO Socialista de Chile. **Estatuto del Partido Socialista: aprobado por el VIII Congreso General ordinario del partido**, 1939.
- _____. **Estatuto del Partido Socialista**, 1962.
- _____. **Informe sobre Posicion Política del P.S.**. Santiago de Chile, 1940.
- _____. **Resoluciones de la primera conferencia nacional de organizacion (13-14-15 de agosto de 1966)**. Santiago de Chile, 1967.
- POMAR, Wladimir. Introdução. In: Partido dos Trabalhadores. **Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.
- PRESTES, Anita L.. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991
- _____. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.
- PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- PRZEWORSKI, A., TEUNE, H. **The logic of comparative social inquiry**. New York: John Wiley & Sons, 1970.
- RANINCHESKI, Sônia. A dimensão esquerda-direita e a sua relevância no comportamento eleitoral: um estudo longitudinal. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique de Oliveira de; e GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (orgs.). **A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política**. Porto Alegre/Canoas: Ed. Universidade/ Centro Educacional La Salle, 1998.
- RIBEIRO, Renato Janine. **A Democracia**. (Folha Explica). São Paulo: Publifolha, 2001.
- ROA TORO, Maria Soledad. **Eleccion Presidencial de 1952**. Santiago de Chile: PUC de Chile, 1989. (Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de História da Pontifícia Universidade Católica do Chile).
- RODRIGUEZ, Christian Gutierrez. **Candidatura de Salvador Allende Gossens, Año 1952**. Santiago de Chile: PUC de Chile, 1997. (Monografia de graduação apresentada ao Instituto de História da Pontifícia Universidade Católica do Chile).

- SADER, Emir. **Chile (1818 – 1990) Da independência à redemocratização**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SALAZAR, Gabriel; e PINTO, Julio. **História Contemporânea de Chile I: Estado, legitimidad, ciudadanía**. Santiago de Chile: LOM, 1999.
- SANTOS, Ana Maria dos. América Latina: dependência, ditaduras e guerrilhas. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; e ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX: o tempo das crises (vol.2), Revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SARTORI, Giovanni, A Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- SINGER, André. Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro. São Paulo: Edusp, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. O Governo Militar Secreto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: FIORI, José Luis; e TAVARES, Maria da Conceição (orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VALENCIA, Fernando Casanueva; e CANQUE, Manuel Fernández. **El Partido Socialista y la lucha de clases en Chile**. Santiago de Chile: Nacional Quimantu, 1973.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Guerra Fria. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; e ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX: o tempo das crises (vol.2), Revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Referências da World Wide Web:

- COSTA, Antonio Luiz Monteiro Coelho da. O valor do dinheiro na Alemanha. Disponível: http://sites.uol.com.br/antonioluizcosta/moeda_rfa.htm. Consultado em julho de 2003.
- ARQUIVOS da Agencia Americana de Informação (NSA) sobre o Chile. Disponível: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB110/index.htm>. Consultado em março de 2004.
- ISHMAEL, Odeen. Embaixador da Guiana, discurso na Sessão do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos. Disponível: http://www.oas.org/charter/docs_pt/Guyana3494_pt.htm. Consultado em julho de 2003.
- CÂNDIDO, Antônio. Apresentação ao livro *Lula, o filho do Brasil: nova edição com textos inéditos* (2004). Disponível: http://www.efpa.com.br/telas/produto.asp?Id_Produto. Consultado em julho de 2004.

ANEXO 1

Comparação entre programas de governo de Lula –Economia: matrizes para a análise do conteúdo dos programas de governo (versão resumida)

1) sobre o capitalismo

Tema abordado nas propostas	Concepções encontradas no Programa de 1989	Concepções encontradas no Programa de 2002	Mudou?
1) Dívida Externa	crítica ao capitalismo brasileiro e a relação internacional: não pagar a dívida, rompendo com os contratos.	não realiza crítica: o país precisa se inserir no mercado e cumprir contratos para progredir	Sim.
2) Sistema Financeiro Internacional	o capital estrangeiro é causador dos problemas brasileiros.	o problema está no modelo econômico adotado pelos políticos que governaram o país. Novamente surge a proposta de uma nova política econômica de inserção soberana no capitalismo internacional. Discurso mais técnico.	Sim
3) Setor privado (bancos e empresas)	bancos e empresas exploram e geram desemprego	os capitais estrangeiros são imprescindíveis, o governo não pode atrapalhar o desenvolvimento do setor, deve investir em capital produtivo que gera emprego e competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional	Sim
4) Desenvolvimento Econômico	novo capitalismo (auto-sustentável) relacionado e não subordinado ao capitalismo internacional.	Capitalismo auto-sustentável. O estado deve ser um potencializador do desenvolvimento do setor produtivo, melhorando a sua competitividade internacional, o que trará desenvolvimento social (meta principal da proposta) e recursos para o Estado	Não totalmente
5) Distribuição de renda	O modelo econômico (perverso) brasileiro é causador da concentração de renda, da dívida, da especulação, da pobreza e da inflação.	O país possui grave concentração de renda, A inserção no mercado globalizado pode permitir que milhares de excluídos tenham emprego e condições de consumo. Desonerar a produção criará mais empregos.	Sim
6) Situação do país	A crise social advém do modelo econômico que privilegia os grandes capitalistas internacionais. Crescem os oligopólios, típica manifestação	Grandes grupos econômicos fazem dos seus interesses os do Estado. Desonerar a produção e não atingir a classe média é importante para o desenvolvimento econômico	Sim

	do capitalismo		
7) Inflação	Grandes capitalistas ganham (e ajudam a causá-la) e os assalariados perdem. Contê-la reativará os investimentos produtivos ao invés dos especulativos de ganho rápido	Apesar da inflação controlada não foi possível vencer a desigualdade social Estabilidade, controle da inflação, sólidos fundamentos macroeconômicos em conjunto a uma orientação dos investimentos gerará desenvolvimento produtivo.	Não
8) FMI	Condiz com os interesses dos capitalistas sendo contrário aos interesses dos assalariados. Organismos internacionais ferem a soberania brasileira. Romper acordos	O governo brasileiro não vai romper contratos ou revogar regras. Compromissos internacionais serão mantidos porque garantem a credibilidade internacional do país	Sim
9) Salários e emprego	Elite se apropria da riqueza gerada pelo trabalhador. É a "regra de ouro do capitalismo brasileiro: socializar custos e eventuais prejuízos, mas privatizar todos os lucros"	A contribuição dos empregadores é muito alta reduzindo competitividade, gerando desemprego, informalidade e baixos salários. Os conflitos são parte constitutiva da relação entre capital e trabalho.	Sim

Definição do capitalismo Síntese do programa:

1989: Há uma disputa entre trabalhadores e elite; os capitalistas são gananciosos e se apropriam da riqueza gerada pelos assalariados. Trata-se do modelo capitalista brasileiro que privilegia grandes capitalistas. Ou seja, o capitalismo não é ruim em si, mas dadas as condições brasileiras ele é nocivo pois o sistema financeiro internacional aproveita as condições desse modelo para garantir lucros e não incentiva a produção. No fim, os grandes prejudicados são os trabalhadores e os marginalizados. Para desatar a situação o governo deve cancelar o pagamento da dívida e investir no desenvolvimento nacional
2002: O desenvolvimento da produção e o crescimento da economia dependem da inserção no mercado mundial. O capitalismo liberal (ou/e neoliberal) exercido no Brasil durante os últimos tempo foi nocivo ao país. É possível um capitalismo sustentável integrado ao mercado global, o que aumentará as taxas de emprego, além de distribuição de renda e investimentos sociais. O Brasil não pode prescindir de capital, empresas e tecnologia estrangeiros. A Reforma Previdenciária é outro elemento de melhoria dentro do capitalismo: desonerando o trabalhador e a produção o que tornará o produto brasileiro mais competitivo no exterior e gerará mais empregos.
Comparação: As perspectivas se alteraram: Do ataque, não exatamente ao capitalismo, mas, ao sistema econômico brasileiro, no primeiro momento, com a proposição do capitalismo auto-sustentável e do cancelamento do pagamento da dívida; à tentativa de realizar dentro do sistema capitalista um sistema auto-sustentável que permita a inserção no mercado global com o cumprimento dos acordos e com a Reforma da Previdência para desonerar a produção. Apenas um item não se altera: as considerações referentes a inflação. Embora a inflação tenha sido contida no governo FHC a sua existência é considerada negativa e geradora de perdas para o país em ambas as propostas. No caso do desenvolvimento econômico, não há alteração quanto ao conceito de capitalismo auto-sustentável, contudo, a leitura sobre o capitalismo muda.

2) relação entre o Estado e a Economia

Tema abordado	Concepções encontradas no Programa 1989	Concepções encontradas no Programa 2002	Mudou?
1) Dívida Externa (setor privado)	Setor privado é o causador da dívida externa que o Estado acaba arcando	Estado deve estimular o desenvolvimento do setor privado para evitar déficit e poder pagar a dívida	Sim
2) Dívida Externa (governo)	O Estado auxilia o aumento da dívida e dando prioridade ao pagamento acaba prejudicando a economia	Governo deve cumprir com o pagamento pois a dívida aprisionou o âmbito social e fiscal	Sim
3) Dívida interna	O aumento da dívida interna e da inflação estão ligados ao pagamento da dívida externa	Estimular crescimento para evitar incapacidade de honrar compromissos internos	Sim
4) Estímulo	Governo vem auxiliando o atraso do	Investimento na produção. O atraso do	Não, em

ao desenvolvimento	país que se reverte em desemprego. Deve investir na produção para resolver isso.	país, causado por políticas espúrias (maus governantes e maus empresários) pode ser revertido por um novo ciclo de desenvolvimento da produção (pequenos, médios e grandes produtores) administrado e conduzido pelo Estado	termos.
5) Capital especulativo	O Governo deve combater a agiotagem internacional	Retomar o capital produtivo ao invés do especulativo através do crescimento e desenvolvimento da economia e da produção	Sim
6) Inflação	O estado tem que lutar contra a ordem econômica mundial e contra a voracidade da elite, recusando o pagamento da dívida externa	Para se manter a inflação contida deve-se criar um ambiente estável para o crescimento do setor produtivo	Sim
7) Grandes grupos econômicos	O Estado deve barrar o superlucro dos grandes grupos econômicos. Porém o Estado tem feito o jogo do capitalismo	O Estado deve coibir a ação predatória de monopólios e oligopólios O Estado deve intervir para aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional	Sim
8) problema do Estado	A conjugação entre o Estado e o capitalismo brasileiro gera a crise econômica que agrava as crises sociais próprias do capitalismo	O crescimento da economia gera mais recursos públicos que serão investidos em financiamentos e no social	Sim
9) Políticas	Estado deve propor políticas de desenvolvimento e crescimento econômico como fixação de preços e de abastecimento de produtos, e combate à inflação	Política tributária de incentivo à produção com metas e controle público o que gerará melhorias sociais	Sim
10) Papel do Estado	Rejeitar políticas internacionais recessivas que ferem a soberania nacional. Combate aos oligopólios. Intervenção estatal para regular mercados e impedir especulação. Presença do estado é fundamental para diminuir as seqüelas do capitalismo e não para ser hospital de empresas falidas	Promover desenvolvimento utilizando o livre mercado internacional e a competitividade. Reativar parceria com setor privado e investir no desenvolvimento desse setor e especialmente da exportação	Sim
11) Subsídios, incentivos, tributos e previdência	Acabar com subsídios para grandes indústrias e empresas multinacionais, Manter e incentivar subsídios para setores estratégicos e para pequenos e médios empresários. Prática tributária que desonere o trabalhador e aumento para os grandes capitais. Impedir a sonegação	Incentivo à agroindústria exportadora sem descuidar dos pequenos produtores Investir no crescimento econômico e no aumento da competitividade do mercado interno e externo. Reduzir os juros que asfixiam o setor empresarial produtivo e investir no seu desenvolvimento que possibilita a melhoria do Estado e do Social	Sim
12) Empresas estatais	Empresas estatais são fundamentais e devem ser melhor administradas. Aumentar a participação do Estado nos setores financeiros e no gerenciamento dos setores produtivos. E, inclusive, realizar estatizações de setores estratégicos	Promover esforço para a desprivatização do Estado que deve beneficiar os setores marginalizados e não os interesses privados. Estado deve auxiliar a economia	Sim

Definição da relação entre Estado e Economia:

1989: A principal tônica da proposta em relação ao papel do Estado é em relação ao pagamento da dívida externa para poder investir no desenvolvimento do país. A economia deve auxiliar o Estado que por sua vez deve

investir no desenvolvimento social do país. Para isso o Estado deve garantir investimentos na produção que garantam a participação soberana no mercado.

2002: A principal tônica da proposta é a Reforma Tributária: diminuir impostos para desonerar a produção, aumentando a exportação e honrando compromissos externos. O Estado deve auxiliar o desenvolvimento econômico e social do país. Depende da economia e por isso deve ter uma relação de parceria com o setor privado. O social depende do Estado que depende dos impostos.

Comparação: Do não pagamento da dívida externa na primeira proposta, ao seu pagamento na última, ocorre uma alteração: no primeiro momento a economia deve possibilitar ao Estado o desenvolvimento de políticas públicas. No segundo, o vínculo de dependência da economia é maior. O Estado deve existir para possibilitar a competição no mercado. O desenvolvimento Social é decorrente da melhora do econômico e, ao mesmo tempo, auxilia no seu desenvolvimento. As empresas Estatais se tornam importantes para auxiliar o mercado: em 1989 a proposta de estatização de bancos e da melhor administração e maior participação delas na produção contrasta com a parceria do estado e privado proposta em 2002.

Apenas um tema não se alterou totalmente, o estímulo ao desenvolvimento. Em ambos os momentos o governo seria um dos causadores do atraso brasileiro em termos de produção e o investimento em produção seria a saída para o problema. Contudo, no primeiro momento o investimento tem como objetivo combater o desemprego; porém, no segundo momento o objetivo é o desenvolvimento da produção personificada nos pequenos, médios e grandes produtores.

3) definição e postura proposta frente a relação entre “capital e trabalho”

Tema abordado	Concepções encontradas no Programa de 1989	Concepções encontradas no Programa de 2002	Mudou
1) Trabalho e riqueza	Elite brasileira se apropria da riqueza gerada pelo trabalhador. Produtividade aumenta e salário diminui o que gera desemprego	Deve-se promover o entendimento entre trabalhadores e empregadores através de seus órgãos representativos sobre as contradições inerentes às relações de trabalho. A política liberal produziu: aumento do desemprego, precarização do trabalho, continuidade da má distribuição de renda, aumento da concentração de propriedade, encarecimento dos serviços públicos, aumentando a exclusão social	Sim
2) Setor privado (banco, empresa)	Um dos causadores da crise brasileira é o setor privado. Privilegiado pelo modelo econômico dos militares. Explora, gera desemprego	É necessária a união entre empresários, governo e trabalhadores em prol do crescimento e desenvolvimento econômico que diminuirá o desemprego e aumentará salários. Com isso ampliará o consumo e isso aumentará a produção o que elevará o rendimento das famílias	Sim
3) Dívida externa	Condena à miséria milhões de pessoas. É fruto de políticas de auxílio ao setor privado	Não se refere à dívida em relação à produção ou ao trabalhador	Sim
4) Sistema financeiro internacional	Um dos culpados pela miséria é o sistema financeiro internacional. Investimento não produtivo não gera emprego e retira do país sua riqueza. Na divisão internacional do trabalho o país tem a modernização do parque industrial inibida. Território rico, tecnologia dependente	Recurso externos devem ser usados para o desenvolvimento econômico reforçando a capacidade produtiva A abertura gerou diminuição da produção aumentando o desemprego e a deterioração das relações de trabalho	Sim
5) Inflação	Capitalistas contribuem para que a inflação se mantenha alta e eles sempre ganhem. Isso prejudica o assalariado	Inflação foi contida mas permanece o desemprego que se infiltrou como uma doença na sociedade	Sim

	(sempre perde)		
6) FMI	Propõe que o salário tem um peso elevado na economia brasileira portanto deve ser reduzido	Não menciona o FMI nesse elemento	Sim
7) Investimento	Investimento em melhoria dos salários e em setores que empreguem mais e que produzam bens de consumo de massa.	Investimento nos pequenos e solidários para combater a exclusão. O estilo de crescimento, ou seja, a opção por setores específicos para investimento é fator importante na dinâmica de geração de empregos.	Sim
8) Mercado	Mercado roga a sobrevivência do mais forte e desemprega cada vez mais.	Investimentos geram emprego e renda; desenvolvimento do mercado vai ajudar a criar empregos e renda impulsionando a economia e ampliando a exportação. A mola propulsora é o sistema produtivo – trabalhadores bem capacitados, escolarizados e empreendedores dispostos a correr riscos.	Sim
9) Impostos	Os trabalhadores pagam a sua parte, que sempre aumenta, e os empregadores, quando não sonegam, tem isenções fiscais. A carga fiscal sempre penalizou o trabalho e não o capital.	Reforma Tributária que desonere a produção e a exportação. Isso permitirá o desenvolvimento da economia, diminuição do desemprego O peso da contribuição social dos empregadores é muito alto, diminuindo a competitividade dos produtos nacionais, impedindo o aumento dos postos de trabalho e a sua formalização, assim, diminuindo os recursos previdenciários.	Sim
Síntese do aspecto analisado	Existe uma oposição entre a elite brasileira, os governos anteriores e os capitalistas internacionais e o assalariado e a economia nacional. O grande penalizado é o assalariado, condenado à inflação, à exploração, aos impostos e taxas altas e empurrado à miséria pelo capitalismo nacional, pelo governo e pelo sistema mundial	Deve haver união entre empregadores, Estado e assalariados para vencer a exclusão, o desemprego e a precarização do trabalho advindas da política neoliberal e das políticas econômicas brasileiras. Além disso, reforma tributária, incentivo aos pequenos produtores, setores estratégicos, exportação, bens de consumo e capazes de atrair investimentos externos, e ainda convívio com o capital externo e aumento da competitividade e inserção no mercado mundial tornarão possível o crescimento econômico e, assim, também social.	

Definição e postura proposta frente a relação entre “capital e trabalho”:

Comparação: A idéia de oposição, presente no primeiro momento, surge de forma sucinta no segundo, quando é possível congrega para avançar. O sistema mundial que era considerado negativo, torna-se uma via para o desenvolvimento econômico quando o Estado intervém incentivando a competitividade dos produtos nacionais. O Estado deve ser um facilitador, contudo, vem contribuindo para o desemprego e a precarização do emprego, principalmente pelos encargos sociais que oneram a produção e diminuem a competitividade, enfraquecendo a produção e impedindo o crescimento. Portanto, o Estado deve desonerar a produção, capacitar os trabalhadores e diminuir os encargos da classe média e dos trabalhadores. Essa perspectiva, presente em 2002, não corresponde à de 1989 quando haviam fatores ligados ao tipo de capitalismo que gerava pobreza e exploração pois o país era dependente do sistema internacional.

4) relação entre economia capitalista e o aspecto social

Tema abordado	Concepções encontradas no Programa de 1989	Concepções encontradas no Programa de 2002	Mudou?
1) Dívida Externa	Impedindo a retomada do crescimento leva à miséria milhões de pessoas	Impede gastos com políticas sociais	Sim
2) Sistema Financeiro Internacional	O envio de dinheiro para o exterior impede a formação de políticas sociais eficientes	As desigualdades não são combatidas exclusivamente no âmbito econômico, mas no cultural – exclusão de minorias. O país tem que atingir outros níveis socioeconômicos para poder competir no mercado global	Sim
3) Inflação	Redução dos salários pelo aumento do preço dos bens é desfavorável aos trabalhadores e faz parte do comportamento capitalista que deve ser rompido	A estabilização foi conquistada com o sacrifício dos trabalhadores e foi insuficiente para acabar com as desigualdades	Sim
4) Trabalho e renda	O modelo capitalista é excludente e injusto pois a elite se apropria da riqueza gerada pelos trabalhadores em troca de salários de fome.	Uma política de crescimento econômico resultará em elevação do salário médio na economia o que leva ao equilíbrio previdenciário Reforma Trabalhista respeitando o diálogo entre empregadores e assalariados para a melhoria das condições de trabalho	Sim
5) Questão agrária	Deve-se modificar a estrutura agrária e o modelo agrícola para inverter a tendência de queda na oferta interna de alimentos. A Reforma gerará aumento da produção e da renda dos pequenos e médios.	A Reforma agrária é fundamental para a inclusão social e contra a crise social	Sim
6) Distribuição de renda e aumento da produção	Deve se efetivar políticas de distribuição de renda e aumento da produção pois os primeiros continuam alarmantes enquanto os segundos melhoram, graças ao modelo econômico dos militares.	Desenvolvimento econômico levava a um nível de crescimento que trará para o mercado de trabalho e consumo milhares de brasileiros que estão sendo excluídos graças à política equivocada. A reforma da previdência melhorará a distribuição de renda. Trata-se de uma tendência histórica da concentração de renda. As melhorias sociais geram impacto positivo na economia.	Sim
7) Políticas	Programa nacional para erradicar a miséria absoluta e aumento das verbas para políticas sociais. A expansão econômica será dirigida à desconcentração de renda, pleno emprego, controle da inflação, retomada do crescimento e duplicação do salário mínimo.	União de empresários, governo e trabalhadores para o desenvolvimento econômico que acarreta melhorias sociais e viabiliza programas sociais. Apoio aos pequenos e incentivo à Previdência Privada que desonera o Estado e aumenta investimentos sociais. A política econômica prejudica trabalhadores. Investimento na produção de bens básicos e na construção civil iniciará ciclo virtuoso.	Não
8) Investimentos	Incentivo a produção que emprega mais e de produtos básicos para deixá-los mais acessíveis.	A união guiada pelo Estado entre empresários, governo e trabalhadores deve gerar confiança externa e investimentos para o desenvolvimento que deve ter o social como eixo.	Sim
9) Estatais	São necessárias para diminuir os prejuízos do capitalismo. Sua atual	Desprivatização do Estado em prol dos cidadãos. A presença do Estado é	Não

	situação trás prejuízos à população	fundamental para criar uma alternativa ao sistema econômico e gerar melhorias sociais	
10) Impostos	Recaem sobre os pobres dificultando ainda mais a sua sobrevivência	Desonerar produção e exportação e trabalhador para que ele possa ter acesso ao consumo. Não prejudicando a classe média e reduzindo o valor dos bens básicos.	Sim
Síntese do aspecto analisado	O programa mostra que os problemas sociais são decorrentes da má administração do país, também define que o capitalismo é produtor de injustiças sociais e que é o capitalismo brasileiro o causador dos problemas sociais enfrentados no Brasil. Postula a fortificação das Estatais e a contraposição ao sistema econômico internacional e à lógica administrativa que atua na história do governo federal para resolver os problemas.	Os problemas sociais são também culturais e impedem o desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico, a inserção no mercado mundial, a boa administração federal, o cumprimento dos contratos internacionais gerarão crescimento econômico que, em conjunto com a distribuição de renda e os programas sociais resultarão na solução dos problemas sociais.	

Definição da relação entre economia capitalista e o aspecto social:

Comparação: A principal distinção entre os dois momentos é o ataque ao sistema capitalista que ocorre no primeiro momento e deixa de ocorrer no segundo. Fora isso, a percepção do crescimento econômico como via para melhorias sociais e a necessidade de inserção cultural como forma de melhorar a situação social e, conseqüentemente, aumentar o crescimento econômico substitui a crítica que permeia o primeiro programa.

5) Quais são os problemas fundamentais do país?

Tema abordado	Concepções encontradas no Programa de 1989	Concepções encontradas no Programa de 2002	Mudou
1) Dívida Externa	A dívida externa que se torna estatal é o centro da crise econômica. Impede o crescimento econômico e leva milhares à pobreza	O endividamento mantém a economia rígida, pois se contrai mais dívidas para agarrar a anterior.	Não
2) Sistema Econômico Internacional	Deforma o sistema capitalista brasileiro Hegemonia do setor financeiro Poucos grupos controlam o sistema bancário nacional	Brasil não possui esforço exportador, depende do investimento externo e das aplicações especulativas. As potencialidades ficam semi-exploradas. Isso é herança da política cambial e de abertura	Não
3) Estrutura agrária	Barra o acesso do pequeno agricultor à terra	O Brasil não pode firmar-se como produtor de commodities agrícolas. Contribui para a exclusão social	Não
4) Economia nacional	A configuração do capitalismo brasileiro é particularmente ruim: Concentração de renda, Oligopólios, Estado dependente do sistema econômico, Capital especulativo, Inflação, Descontrole do governo	Os governos anteriores não possibilitaram crescimento o que gera problemas sociais. Erros do governo neoliberal: valorizar macroeconomia para estabilizar a moeda, abertura desordenada e remuneração privilegiada do capital financeiro e não o desenvolvimento nacional e a remuneração do capital produtivo	Não
5) Estatais	As estatais estão sucateadas, privatizadas, mal administradas, existe muita corrupção e políticas predatórias	Falta agências estatais para aplicação e políticas de desenvolvimento. Governo de privatizações escontroladas	Não
6)	impostos altos para os assalariados e	A política tributária é injusta	Sim

Impostos e Previdência	baixos para os capitalistas que sonegam.	sobrecarrega a produção e a exportação impedindo o crescimento da economia e o desenvolvimento de políticas sociais, além de diminuir a competitividade e aumentar o trabalho informal. Desafio de equacionar a previdência acabar com a Sonegação	
7) Estado	Não consegue criar uma poupança pois os juros da dívida interna acabam com arrecadação	A administração pública está a serviço dos interesses privados de grandes grupos e não cumpre o orçamento. Há um relação espúria entre maus empresários e maus governantes. O estado não participa no planejamento econômico	Sim
8) Investimentos	Não se investe na melhoria da produção e das condições dos assalariados	Sem crescimento e investimentos aumenta o desemprego e a incapacidade de honrar compromissos externos	Sim
9) Salários e emprego	Elite brasileira se apropria da riqueza gerada pelo trabalhador	Altas taxas de desemprego e informalidade devido ao modelo econômico de FHC. Concentração de renda, precarização do trabalho e encarecimento dos serviços básicos	Sim
Síntese do aspecto analisado	O programa indica uma série de problemas e críticas às soluções anteriores, contudo, fornece poucos subsídios para propostas concretas. Os problemas estão inseridos na grande crítica realizada ao sistema capitalista internacional, com ênfase na dívida externa e na crítica à elite brasileira. As estatais são mal-administradas e encarecidas, os impostos são abusivos para os trabalhadores e pequenos para os capitalistas. A estrutura agrária é conservadora e o capitalismo impede o desenvolvimento de soluções para os problemas sociais agravando a crise. O cerne da problematização é o econômico as conseqüências sociais que estão envolvidas.	O cerne dos problemas é o aspecto econômico e o aspecto social, igualmente. A relação entre os dois é valorizada, contudo, insere-se um terceiro elemento, o cultural. No aspecto econômico, a avaliação dos problemas e liga diretamente ao modelo de desenvolvimento de FHC, que desestabilizou ainda mais a economia e tornou mais precária a produção e a exportação por meio da abertura e do comércio. Além disso, a força do capital especulativo acabou por enfraquecer a economia e diminuir ainda mais a produção o que influencia diretamente o social.	

Definição dos problemas fundamentais do país

Comparação: Embora possa haver mais elementos inalterados neste aspecto de concepção dos problemas do Brasil, é clara uma distinção acentuada entre os dois programas. No primeiro a discussão está mais voltada contra as elites e o sistema econômico em termos gerais. No segundo não, trabalhadores e elite são prejudicados pelo modelo de desenvolvimento de FHC. Assim, em 2002, para melhorar é necessário atender as necessidades da elite nacional, aumentando os incentivos à produção e a exportação e não, como em 1989, aumentando impostos da elite e diminuindo os impostos dos trabalhadores. Percebe-se que as problemas residem nos mesmos pontos, contudo, a discussão sobre suas causas e as propostas para solucioná-los se alteram substancialmente. Por vezes, inclusive, se desloca a percepção, como no caso da dívida externa que, em 1989, era o centro da crise e era objeto de críticas. Em 2002, ela passa como um elemento secundário, não sendo causa de crise e sim solução (o cumprimento dos contratos deve garantir boa visibilidade internacional e assim, melhorar a economia brasileira)

6) Principais propostas relativas à economia

Tema	Concepções encontradas no Programa	Concepções encontradas no Programa	Mudou
------	------------------------------------	------------------------------------	-------

abordado	de 1989	de 2002	
1) Dívidas	Renegociar a dívida interna e suspender a Externa com a definição de novos termos para novos empréstimos. Suspender acordos com FMI. Congelar operações de reempréstimo e suspender a conversão da dívida em investimentos	Cumprir os contratos	Sim
2) Plano econômico-social	Política de distribuição e desconcentração de rendas, melhorias sociais e planejamento econômico	Investir na exportação para aumentar a produção e gerar empregos. Novo modelo de crescimento sustentável para incluir no mercado de trabalho e de consumo Incentivar agricultura familiar e economia solidária Incentivo à formalização do trabalho e a uma nova relação baseada no consenso entre empregadores e trabalhadores	Sim
3) Sistema financeiro (Nacional e Internacional)	Reforma do sistema financeiro para estancar a fuga de capitais e consolidar uma reserva Promover queda na taxa dos juros para evitar capital especulativo	Nova política externa para desenvolvimento. Revigorar Mercosul, fazer frente a ALCA para uma inserção plena e com boas relações com os EUA, ONU, FMI, OMC e Banco Mundial. Integrar demais blocos econômicos	Sim
4) Objetivos econômicos	Não alterar de uma hora para outra todo o funcionamento da economia. Investir no crescimento auto-sustentado, harmônico e democrático. Retomar o desenvolvimento de longo prazo. Expansão de mercado de massas Diminuir desequilíbrios regionais. Acabar com a fuga de recursos	Desenvolvimento econômico interno integrado ao exterior sem descuidar da agricultura Estabilidade, controle da inflação e fundamentos macroeconômicos sólidos. Taxas de juros propícias para investimento produtivo. Aumento da competitividade e impulso à exportação Investimento em Economia Solidária, cooperativas, pequenas e médias empresas. Nova política industrial: planejada nacionalmente a partir das potencialidades regionais, seletiva e vertical, com apoio público em troca da explicitação das metas das empresas, transparência e cobrança pública	Sim
5) O Estado Participação do Estado Empresas Estatais	Dosar mercado com plano estatal reconhecido nos países capitalistas como necessário. Estatizar bancos e aumentar o poder do Banco do Brasil se for preciso. Intervenção para regular certos mercados e desestimular movimentos especulativos principalmente de produtos de 1ª necessidade Grandes empresas não podem receber subsídios do Estado sim os setores estratégicos e os pequenos e médios. Reestruturar o Estado em cinco direções principais: Democratização e transparência, eficiência administrativa, fim do predomínio dos grandes grupos econômicos, reforma fiscal e	Desprivatização do Estado. Para enfrentar e vencer o desafio da exclusão social o Estado deve regular o mercado e impedir oligopólios e monopólios. Agências nacionais de serão reconstituídas; União entre empresários, governo e trabalhadores Investimento em infra, financiamento, ciência e tecnologia para aumentar a eficiência da economia. Planejamento econômico. Maior envolvimento com sistema bancário	Sim

	saneamento da Estatais. SE LIVRAR de empresas que não prestam serviços estratégicos Garantir a participação da sociedade na gestão.		
6) Inflação	Ações emergenciais: Controle de preços e política de abastecimento de produtos. Rejeitar receitas recessivas impostas por organismos internacionais que ferem a soberania nacional	Manter a inflação controlada. estabilidade de preços	Sim
7) Mercado	Combate a oligopólios. Reestruturação de organismos de controle e negociação com os setores produtivos para fixação de preços e margem de variação.	Compromisso com a produção voltada para a exportação. Todo auxílio estrangeiro é bem vindo. Controle do Estado no combate aos monopólios e oligopólios.	Sim
8) Questão agrária	Modificação da estrutura agrária e do modelo agrícola Promover reforma agrária	Novo modelo agrário através da reforma agrária e da agricultura familiar Fomentar e acompanhar com políticas específicas a Reforma, realizada conforme a Constituição Incentivo a produção familiar e a agricultura industrial. Investimento em inovação tecnológica Incentivo à agroindústria mais competitiva no mercado mundial	Sim
9) Salário	Dobrar o valor real do salário mínimo no primeiro ano e atingir o valor proposto pelo DIEESE até o final do mandato	Aumento do salário a partir do crescimento da economia. Ampliação da distribuição, emprego.	Sim
10) Tributos Previdência	Recuperar carga tributária para combater o desequilíbrio do setor público. Maior cobrança de grandes capitais (aumento se for necessário) e menor de assalariados e pequenos produtores. Combater a sonegação.	Reforma Tributária que desonere a produção e os investimentos produtivos, não prejudicando a classe média e criando melhorias para os trabalhadores que terão maior acesso ao consumo. Equacionar a Previdência Social em busca de maior eficiência Combate à sonegação e fraudes. Maior eficácia na cobrança da dívida ativa. Redução das alíquotas de contribuição. Revisão do sistema de regulação da Previdência privada.	Sim
Síntese do aspecto analisado	As propostas passam pelo não pagamento da dívida externa e pelo rompimento com organismos internacionais como o FMI, até a reforma do sistema financeiro para evitar o capital especulativo. Fica claro que o programa não deseja mudar tudo de uma vez, mas pretende administrar o capitalismo por meio do estado. Assim, investimentos em setores estratégicos e a expansão do consumo de massa são propostas do programa. O principal problema a ser resolvido se encontra na concentração de renda e nos baixos salários e as formas para solucioná-los são expostas de maneira simplista e imprecisa.	Em 2002, ao contrário de 1989, o programa não problematiza a questão da dívida externa. A principal proposta se refere à inserção no mercado internacional de forma soberana, ou seja, competitiva. Para tanto, além do incentivo à produção para a exportação, o governo prevê a inserção em qualquer mercado comum. Por outro lado, incentivo às formas alternativas de geração de renda e à agricultura familiar são propostas valorizadas. Porém, a reforma tributária, definida como o principal meio para a retomada do crescimento visa a não prejudicar a classe média e os trabalhadores por meio da união entre Governo, trabalhadores e empresários.	

Definição das principais propostas relativas à economia

Comparação: As principais mudanças residem na perspectiva utilizada pelo programa para abordar os problemas. Da contradição entre a elite que se apropria dos ganhos do assalariado, a necessidade de integração entre Governo, empresários e trabalhadores. Nesse movimento, a dívida externa é esquecida, o mercado mundial torna-se uma saída para a crise e a reforma tributária acaba visando a diminuir os encargos sociais dos produtores.

7) Relação Sistema Econômico Nacional - Mundial

Tema abordado	Concepções encontradas no Programa de 1989	Concepções encontradas no Programa de 2002	mudou
1) Dívida Externa	A economia nacional funciona em função da dívida e muito de sua riqueza vai para o exterior o que impede a retomada do crescimento. Algumas empresas representam a maior parte da dívida. A dívida é um problema de ordem política pois está inserido numa ordem internacional	Continuar pagando a dívida para não comprometer a economia brasileira. A dívida vem aumentando devido a política de abertura do atual governo	Sim
2) Sistema Financeiro Internacional	Os bancos internacionais investem muito pouco no país, mas retiram daqui grandes taxas de lucro. Assim, o país vira um exportador de capital. Deve-se criar bases contrárias à agiotagem internacional. O Estado deve reduzir as taxas de juros para diminuir a rentabilidade das aplicações financeiras de curto prazo de caráter especulativo	Revigorar Mercosul, inserir-se em outras uniões de mercados, discutir ALCA e consolidar relação com ONU, FMI, OMC, Banco Mundial e EUA Realizar Esforço de exportação para permitir o maior desenvolvimento interno. O Brasil não pode prescindir de capital, empresas e tecnologia estrangeiros e deve apoiar capital produtivo de qualquer origem. A política neoliberal levou o Brasil a um crescimento pequeno, abandono da produção nacional e da exportação. fragilizando as contas públicas externas e abrindo o país ao capital especulativo que não gera desenvolvimento	Sim
3) Desenvolvimento econômico	Desenvolvimento relacionado mas não subordinado ao sistema capitalista mundial. A retomada do crescimento com distribuição de renda beneficiará os países interessados em manter relações com o Brasil.	Política externa que permita desenvolvimento interno baseada em dois eixos: nacional e social. No atual modelo: excesso de dependência externa, concentração de renda, exclusão social. Estimular crescimento da produção de bens de consumo de massa e aumentar a participação no mercado mundial e com competitividade pelo investimentos em C&T e infraestrutura. Reduzir a dependência externa. Criação de um ambiente competitivo para o desenvolvimento econômico integral, compartilhando investimentos com os setor privado	NSim
4) Capital	Capital especulativo internacional não gera renda, emprego ou desenvolvimento interno e sim concentração de renda para os	O País não pode prescindir de capital internacional. O capital gera desenvolvimento social e crescimento econômico.	Sim

	capitalistas internacionais	Estado deve incentivar o empreendedorismo e aumentar financiamentos A política neoliberal levou o Brasil a um crescimento pequeno, abandono da produção nacional e da exportação, fragilizando as contas públicas, com excesso de capitais especulativos. Privilegiar setores que possam trazer capital	
5) Inflação	Capitalistas, que comandam a economia, tentam alterar os preços o que pode complicar o cenário econômico	Controle da inflação deve ser mantido	Sim
6) Soberania	Receitas econômicas internacionais ferem nossa soberania e devem ser rechaçadas, contudo, o país se abre mais à interferência internacional na economia brasileira	O Brasil precisa se erguer com sua própria fisionomia no cenário global, diminuindo a dependência. Contudo, vem perdendo espaço no mercado internacional devido a política de abertura que desincentiva a produção. Maior apoio aos setores capazes de reduzir a vulnerabilidade externa, disputar no mercado global e de arrecadar investimentos externos.	Sim
7) Estado	Estado deve desestimular movimentos especulativos e regularizar certos mercados	Estado deixará de estar a serviço dos grandes grupos econômicos. Regulando o mercado, barrando mono e oligopólios, fomentando a capacitação tecnológica de empresas nacionais, privadas e públicas. Intervenção do Estado para garantir crescimento econômico, aumento da produção e da exportação com resultados sociais, privilegiando setores com maior potencial de exportação e de captação de investimentos externos.	sim
8) Trabalho	A divisão internacional do trabalho inibe a modernização do parque industrial brasileiro, que tem um território rico, mas tecnologia dependente. Investimento em ciência e tecnologia.	Investimento no desenvolvimento da ciência e do trabalho, o que gera mais empregos	sim
9) Multinacionais	Empresas estrangeiras recebem incentivos do governo e realizam uma sangria de recursos para o exterior. O patrimônio público está sendo privatizado e desnacionalizado	O país não pode se fechar, a globalização pode ser vantajosa ao garantir emprego e crescimento econômico, mas deve-se impedir as privatizações danosas	sim
10) Tributação	Aumento da tributação sobre ganhos de capital, altas rendas e fortunas	Desonerar produção e exportação que asfixiam o capital impedindo o crescimento, sem prejudicar a classe média e os trabalhadores. Diminuir peso da contribuição social para aumentar competição Incentivar Previdência Privada	sim
Síntese do aspecto analisado	Em relação a este item, o programa deixa claro que a relação com a economia externa é uma relação de submissão, pois somos prejudicados devido ao problema da dívida externa que coloca o Brasil em uma situação pouco confortável. Sendo um problema	O dever do governo brasileiro é cumprir com os contratos internacionais, isso corresponde a pagar a dívida externa e buscar se inserir no mercado mundial e nos mercados comuns. O incentivo a exportação deve garantir melhorias sociais e crescimento	

	<p>de ordem política surge a questão da relação entre maus governantes e maus empresários, sendo que o Estado responde aos interesses da Elite. No âmbito internacional a situação é prejudicial ao país: divisão internacional do trabalho, capital especulativo, receitas econômicas de organismos internacionais e o Estado atuando a favor desses fatores. A alternativa é que o governo rechace esses fatores, propondo um desenvolvimento nacional do parque industrial, a taxação do capital especulativo, o rompimento com os organismos internacionais e uma nova visão de governo.</p>	<p>econômico. O relacionamento com os EUA deve ser aprofundado, mas o Estado não mais estará a favor dos grandes grupos privados. Porém, a produção deve ser desonerada, exatamente para se tornar competitiva para o mercado mundial. Além disso, os investimentos internacionais serão bem vindos e os setores que possibilitarem maior atração para os recursos estrangeiros serão incentivados. A globalização pode ser vantajosa para o país.</p>	
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Definição da relação Sistema Econômico Nacional – Mundial:

Comparação: Ao contrário de 1989, a linha de relacionamento internacional proposta em 2002 não prevê o rompimento com organismos internacionais, ou o não pagamento da dívida, ao contrário, acredita que o desenvolvimento do país deve estar atrelado ao bom relacionamento e à correta inserção no mercado internacional. O incentivo à inserção no mercado internacional, por meio da desoneração da produção, e da atração de capital estrangeiro também marca mudanças nas propostas das duas campanhas. Se, em 1989, o capitalismo internacional era prejudicial ao país, em 2002 se tornou uma saída para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social.

ANEXO 2

Comparação entre programas de governo de Allende –Economia: matrizes para a análise do conteúdo dos programas de governo (versão resumida)

1) Sobre o capitalismo

Tema	Concepções encontradas no Programa de 1952	Concepções encontradas no Programa de 1970	Mudou
1) estabilidade	liquidar os monopólios	<p>O Chile tem um sistema que não corresponde as necessidades históricas. Chile é um país capitalista, dependente do imperialismo, dominado pela burguesia ligada ao capital estrangeiro, que não vão resolver os problemas fundamentais do país, que derivam dos seus privilégios de classe, que jamais renunciarão voluntariamente.</p> <p>O desenvolvimento do capitalismo monopolista nega a ampliação da democracia e exarceba a violencia da classe dominante contra o povo que luta pela melhoria da qualidade de vida Chile é um dos países mais endividados pois acreditou-se que os empréstimos e compromissos com banqueiros estrangeiros produziriam desenvolvimento econômico O controle da economia será do povo organizado por meio do Estado e a planificação do setor.</p>	Sim: + radical
2) Seguridad Social	Garantir trabalho e salário suficiente para a subsistência e o desenvolvimento pessoal Sistema de Previdência administrado pelos trabalhadores e nacionalizado	<p>As instituições de previdência e seguro social deverão ser Estatizadas e administradas pelos trabalhadores de forma democrática e dentro das normas de planificação.</p> <p>Unificar, melhorar e estender o sistema de seguridad social, mantendo as conquistas dos trabalhadores, eliminando privilégios, burocracia e a ineficiência.</p>	Nao
3) Relações internacionais Independência	Relações comerciais, econômicas com todos os países do mundo para acelerar o processo de industrialização e a formação de uma economia livre	<p>Com o desenvolvimento do capitalismo mundial, a entrega da burguesia monopolista nacional ao imperialismo aumenta se acentuando a dependência A exploração imperialista atua de diversas</p>	Sim + radical

Econômica Comércio Exterior	do controle dos monopólios imperialistas Importa alimentos e abastecimentos para o desenvolvimento econômico dos EUA a preços altos, mas tem matéria-prima explorada pelos EUA a preços baixos. Eles, imperialistas hegemônicos, dirigem a produção com fins de domínio político e comercial. Lutar contra o imperialismo rompendo acordos.	maneiras: na mineração, na indústria, nos bancos. Os EUA realizam controle tecnológico obrigando o Chile a pagar caro por equipamentos e patentes, realiza empréstimos cobrando juros altíssimos e obrigam a transportar mercadorias nos seus barcos. Com a cumplicidade da burguesia, todo o ferro, cobre e salitre, o comércio exterior e a política econômica estão a cargo dos EUA, que impõem redução dos salários e intervêm na educação, cultura e nos meios de comunicação, penetrando também nas Forças Armadas. Liberar o Chile da subordinação ao capital estrangeiro leva a expropriar o capital imperialista Realizar uma política de comércio exterior tendente a desenvolver e diversificar as exportações, abrir novos mercados, conquistar independência tecnológica e financeira e evitar a desvalorização da moeda A defesa da independência do Chile implica denunciar a OEA como instrumento do imperialismo dos EUA e lutar contra qualquer forma de pan-americanismo implícito nessa organização. Solidariedade efetiva e militante aos povos que buscam libertação e pela construção do socialismo.	
4) Empresas estatais papel do estado nacionalização setores básicos da produção	Nacionalização das indústrias de minérios e liberar o setor da ingerência estrangeira. Proibir a transferência para o exterior de urânio e outras matérias estratégicas Nacionalização dos serviços básicos de utilidade pública Empresas mineradoras devem entregar todas as divisas provenientes da exportação Controle pelo Estado de setores fundamentais da economia. Conselho Nacional de Economia vai planificar o desenvolvimento dos recursos. Banco Central deve regular o fluxo financeiro e deixar de fornecer crédito para os grandes capitalistas Eliminar a influência dos bancos privados e monopólios	A única alternativa existente é terminar com o domínio dos imperialistas, dos monopólios, da oligarquia, da burguesia e iniciar a construção do Socialismo no Chile Os instrumentos de política econômica e social se constituirão de um sistema nacional de planificação para dirigir, coordenar e racionalizar a ação do Estado.	Não, Porém mais explícito
5) Produção e desenvolvimento econômico	Industrialização para melhorar o nível de vida a renda e o consumo popular. Desenvolver infra-estrutura básica e acabar com a entrega desses serviços ao setor privado e estrangeiro Criação de indústria pesada de motores e ferramentas	Para poucos, vender um pedaço do Chile diariamente é um bom negócio. Para a maioria, vender o seu trabalho diariamente, sem poder decidir sobre seu futuro não é. Os capitalistas só se importam com as necessidades do capital. Objetivo das forças populares é substituir a atual estrutura econômica, terminando com o poder do capital monopolista nacional e estrangeiro e com o latifúndio para	SIM TORNA -SE + SIMPL ES

		construir o socialismo O planejamento da produção irá voltar-se para artigos de primeira necessidade, baratos e de boa qualidade, substituindo a produção de artigos de luxo.	
6) Tributação, impostos, inflação	Os impostos devem afetar de forma progressiva os setores de maior renda, as grandes empresas imperialistas, os proprietários de terras.	O capitalista se beneficia com o roubo do salário por meio da inflação enquanto os trabalhadores se alimentam mal. Isso está vinculado à estrutura capitalista. Será simplificada a cobrança de tributos, patentes, impostos aduaneros para as empresas que não forem estatizadas	Sim
7) Reforma Agrária	Desenvolvimento econômico deve ter como ponto fundamental a Reforma agrária. Pois os latifundiários exploram os trabalhadores	A Reforma Agrária é um processo simultâneo e complementar à transformação geral da estrutura política, econômica e social do Chile. Nova organização agrária terá as cooperativas como princípio. No início se expropriará propriedades que excedam um tamanho limite.. As terras do Estado também serão utilizadas na Reforma	sim
Síntese do elemento:	Pontos tratados com maior rapidez, contudo, com forte conteúdo anti-imperialista, contra o capitalismo, contra os monopólios e a elite e contra as empresas estrangeiras. Perspectiva socialista presente, principalmente em relação à função do Estado, que deve planificar a economia.	Discurso acentuadamente socialista. Proposta de planificação e crítica radical contra o capitalismo. Os capitalistas são a causa para os problemas sociais do Chile.	

Definição sobre o capitalismo:

Comparação: Em 1970, está presente um discurso de luta de classe. A estabilidade só se dará com o rompimento dos privilégios da classe dominante que explora os trabalhadores; em 1952 a estabilização se dará com o fim dos monopólios. Ou seja, se aprofunda o objetivo socialista e a crítica ao capitalismo e se apresenta de forma clara a necessidade de acabar com o capitalismo. Quando se trata da Seguridad social, porém, as diferenças são poucas, mas deve-se perceber que em 1970 se fala em planificação, idéia que não está presente em 1952 e caracteriza uma mudança do programa em direção ao socialismo. Em termos de pequenas mudanças se percebe que o item Relação internacional apresenta um postura mais radical com o passar dos anos. Negando EUA e afirmando caráter socialista. De inimigo a grande inimigo, essa a trajetória do programa de Allende em relação ao capitalismo.

2) relação entre o Estado e a Economia

Tema	Concepções encontradas no Programa de 1952	Concepções encontradas no Programa de 1970	mudou
1) salário e emprego	Estado realizará reajustes automáticos do salário para acompanhar a inflação, estabelecerá o salário mínimo e o 13º e a igualdade de Direitos para o Trabalhador.	Garantir trabalho a todos, com salário adequado definido pelo governo e organização dos trabalhadores; se a inflação permanecer os salários serão reajustados Os salários de cargos de confiança do Executivo serão reduzidos. Homens e mulheres receberam salário igual	NAO
2) estabilida	Controle de preços dos artigos de primeira necessidade	Alguns empresários controlam a economia, ameaçando o Estado e	SIM

de	Acabar com os monopólios	custando muito caro a todos os chilenos O controle da economia será do povo organizado por meio do Estado e da planificação do setor.	
3) Segurida d Social	Criação de um seguro para riscos do trabalho e de vida, sistema administrado pelos trabalhadores, assim como será o Sistema de Previdência.	As instituições de previdência e seguro social deverão ser Estatizadas e administradas pelos trabalhadores. Unificar, melhorar e estender o sistema, mantendo as conquistas dos trabalhadores.	SIM
4) Relações internaci onais	Relações comerciais, econômicas com todos os países do mundo para acelerar o processo de industrialização e a formação de uma economia livre do controle dos monopólios imperialistas O imperialismo norte-americano fecha os mercados por meio de convênios com o governo chileno. Movimento antiimperialista é o objetivo da Frente del Pueblo.	O monopólio norte-americano, com a cumplicidade dos governos burgueses estão se apoderando de todo o ferro, cobre e salitre, controlando o comércio exterior e ditando a política econômica por meio do FMI e de outros organismos. Impõem redução dos salários e intervêm na educação, cultura e nos meios de comunicação, penetrando também nas Forças Armadas. Liberar o Chile da subordinação ao capital estrangeiro pela expropriação do capital imperialista. Existirão relações com todos os países do mundo. A defesa da independência do Chile implica denunciar a OEA como instrumento do imperialismo dos EUA	SIM
5) Nacionali zação empresas Estatais Papel do Estado	Nacionalização dos minérios Proibir a transferência para o exterior de urânio e outras matérias estratégicas Nacionalização dos serviços básicos de utilidade pública. Empresas mineradoras devem entregar todas as divisas provenientes da exportação Controle do fomento através da Corporación de Fomento, que controlará toda atividade econômica e social do estado.	A única alternativa existente é terminar com o domínio dos imperialistas, dos monopólios, da oligarquia e iniciar a construção do Socialismo no Chile Os instrumentos de política econômica e social se constituirão de um sistema nacional de planificação para dirigir, coordenar e racionalizar a ação do Estado. Os planos deverão sempre ser aprovados pela Assembléia do Povo	SIM
6) Dívida Externa	Revisão da Dívida Externa		??
7) Produção e Desenvol vimento econômico	Investimento na produção exportável. Desenvolvimento da indústria que depende de MP Chilena, da industrialização voltada para bens de capital e de consumo popular, especialmente alimentício. Impulsionar investimentos em infraestrutura Criação de Refinaria de Petróleo Ampliação da pesca e indústria de derivados e Criação de Indústria de motores e ferramentas Planificação, orientação processamento do Estado para o desenvolvimento e distribuição dos recursos do país.	Objetivo Central das forças populares é substituir a atual estrutura econômica, terminando com o poder do capital monopolista nacional, estrangeiro, com o latifúndio para iniciar a construção do socialismo O planejamento da produção irá voltar-se para artigos de primeira necessidade, baratos e de boa qualidade, substituindo a produção de artigos de luxo. Assegurar crescimento econômico rápido e descentralizado que tenda a desenvolver ao máximo as forças produtivas e o aproveitamento dos recursos humanos, naturais, financeiros e técnicos disponíveis. O objetivo é	Não/ sim

		potencializar a produtividade do trabalho e satisfazer as exigências do desenvolvimento independente da economia, assim como, as necessidades e aspirações da população trabalhadora.	
8) Impostos, Tributação, administração do Estado	Tributação deve afetar de forma progressiva. Supressão do imposto de renda dos que recebem remuneração igual ou menor ao do salário mínimo e diminuição da escala quando de salários maiores. Acabar com os impostos indiretos dos artigos de primeira necessidade Redução dos tributos da pequena e média empresas Aumento dos impostos para as empresas imperialistas Aumentar imposto dos que ganham mais que \$500.000 Imposto sobre a mais-valia territorial urbana e rural Aumento do imposto do capital de especulação	No Chile se governa a favor dos capitalistas e contra o povo o papel do governo deverá ser o de inverter isso. Será simplificada a cobrança de tributos, patentes, impostos aduaneros, para empresas que permanecerem privadas após o início do processo de socialização da economia (se cumprirem as exigências) e será garantida a comercialização dos seus produtos	Sim
9) Investimentos	Criação do Banco do Estado para o fomento e crédito de acordo com os planos de produção em função das necessidades do povo Banco Central deverá regular a movimentação financeira e suprimir o crédito aos grandes capitalistas	O Estado permite que os empresários produzam o que desejam mesmo prejudicando o povo. Os lucros são levados para contas no exterior. Manipulam a distribuição de alimentos para provocar escassez e subir os preços	SIM
10) Reforma Agrária	O Estado deve promover a Reforma Agrária como peça fundamental do desenvolvimento da economia O Estado deve acabar com o latifúndio para prover alimentação abundante e exploração agrária adequada. A reforma agrária, além disso, vai incorporar à atividade econômica, social, cultural, política, os camponeses Estado organizará, prestará apoio técnico e financeiro para a organização e o desenvolvimento de cooperativas agrícolas, desenvolverá uma central de compras e promoverá: Jornada de 8 horas, Salário mínimo, 13° salário, apoiar a sindicalização do camponês	A Reforma Agrária é um processo simultâneo e complementar à transformação geral da estrutura política, econômica e social do Chile. Nova organização agrária terá as cooperativas como princípio. No início se expropriará propriedades que excedam o tamanho limite fixado. Poderão ser expropriados os instrumentos, animais, ferramentas, prédios, etc. As terras do Estado que são sub-exploradas ou estejam improdutivas serão utilizadas na Reforma	Nao
Síntese:	O Estado deve administrar a economia diretamente. Setores específicos devem ser estatizados e desenvolvidos. A interferência imperialista deve ser rechaçada. O Estado de bem estar deve ser implantado na cidade e no campo. Suprimir o capital especulativo internacional e a exploração dos trabalhadores.	Implantar o socialismo é o objetivo. As melhorias sociais serão conquistadas desta forma. O imperialismo deve ser substituído pelo apoio a liberdade de todos os países dominados e a aproximação do bloco socialista- Romper com organismos internacionais e com a administração de empresários	

Definição da relação entre o Estado e a Economia:

Comparação: O programa de Allende torna-se mais evidente quanto ao socialismo. No primeiro momento não se cogita a transformação nesse sentido, ficando clara apenas a vontade de garantir o bem-estar social

para a população. Desta forma, o discurso, no segundo momento torna-se mais radical, rechaçando EUA e o capitalismo. No primeiro momento é mais específico nos objetivos e meios para conquista-los, no segundo momento define que é a construção do socialismo que garantirá a solução dos problemas do país.

3) definição e postura proposta frente a relação entre “capital e trabalho”

Tema	Concepções encontradas no Programa de 1952	Concepções encontradas no Programa de 1970	mudou
1) Salários e emprego	Estado realizará reajustes automáticos do salário para acompanhar a inflação Estabelecimento de salário mínimo e 13° salário Igualdade de Direitos do Trabalhador para homens mulheres, rural urbano, como férias e feriados pagos, gratificações.	Todos os dias se rouba parte do salário dos trabalhadores por meio da inflação que está relacionada a estrutura capitalista do país. O capitalista se beneficia com a inflação O atual sistema não permite que os empregados se libertem, somente os explora e submete Direito de todos trabalhadores ao emprego e a férias/folgas. Governo e organização dos trabalhadores definirão os valores reais do salário mínimo; se a inflação permanecer os salários serão reajustados automaticamente Os salários relativos aos cargos de confiança do Executivo serão limitados. Se estabelecerá um sistema de salário mínimo igual para todos	sim
2) Seguridade Social	Criação de um seguro para riscos do trabalho e de vida Acabar com o comércio de seguros do trabalho e troca-los por um sistema administrado pelos trabalhadores Sistema de Previdência administrado pelos trabalhadores	As instituições de previdência e seguro social deverão ser Estatizadas e administradas pelos trabalhadores. Unificar e estender o sistema de seguridade social, mantendo as conquistas dos trabalhadores, eliminando privilégios e burocracia	NAO
3) Relação externa Comércio exterior independência econômica	A Frente del Pueblo representa um Movimento antiimperialista em prol da recuperação do controle das M-P, da indústria, serviços e comércio exterior Nacionalização gerará empregos, como no setor naval onde a frota chilena vai poder realizar o transporte comercial de exportação	O monopólio norte-americano, com a cumplicidade dos governos burgueses se apodera do ferro, cobre e salitre, controlando o comércio exterior e ditando a política econômica por meio do FMI e de outros organismos. Impõem redução dos salários e intervém na educação, cultura e nos meios de comunicação, penetrando também nas Forças Armadas. As classes dominantes são cúmplices e levam ao aumento da dívida externa. A única alternativa existente é a construção do Socialismo no Chile Política internacional pretende afirmar a autonomia do Chile com relações com todos os países. Estabelecendo vínculos de amizade e solidariedade com povos independentes ou colonizados, especialmente aqueles que estão realizando lutas de independência ou libertação. Promoção de forte sentido latinoamericanista e antiimperialista. Se reforçaram as relações, o intercâmbio e a amizade	SIM

		com os países socialistas	
4) Investimentos	Investir no pequeno e médio produtor, na mineração, na agricultura Criação de um banco do Estado para regular a economia, executar planos de desenvolvimento econômico em busca do melhoramento do nível de vida.	Chile enfrenta crise que afeta a todas as camadas exploradas devido a um modelo econômico que não investe na produção nacional e nos pequenos Investir no crescimento descentralizado que tenda a desenvolver ao máximo as forças produtivas e o aproveitamento dos recursos humanos, naturais, financeiros e técnicos. O objetivo é satisfazer as exigências do desenvolvimento, assim como, as necessidades e aspirações da população	SIM
5) Reforma Agrária	Grandes Latifundiários exploram o trabalhador do campo, apropriando-se da mais-valia Grandes áreas de terra não estão sendo cultivadas, enquanto trabalhadores do campo vão para a cidade Se aplicará uma sobretaxa sobre as terras arrendadas pelos latifundiários O Governo deverá promover: Jornada de 8 horas, Salário mínimo, 13° salário, Acabar com a lei que impede sindicalização do camponês, contrato de trabalho	O grande responsável pelos problemas alimentares, mortalidade infantil, analfabetismo, principalmente no campo, é o latifúndio A Reforma Agrária é um processo simultâneo e complementar à transformação política, econômica e social. Nova organização agrária terá as cooperativas como princípio. No início se expropriará terras que excedam o limite, instrumentos, animais, ferramentas, prédios, etc. Terras do Estado serão utilizadas para a Reforma	sim
Síntese do aspecto analítico	Regular as relações de trabalho e instituir estado de bem estar social, controlar matérias-primas e romper com o imperialismo, investir nos pequenos e no desenvolvimento nacional da mineração, agricultura e indústria. Promover a reforma agrária e das relações de trabalho no campo. Acabar com a exploração do trabalho	O trabalhador é explorado pelo capitalista e seu salário é roubado pela inflação; regulação do trabalho e da seguridade social. Estatização da Previdência. Construção do socialismo e rompimento com o imperialismo. Manter relação com todos os países e investir na produção para o desenvolvimento do país. Realizar a reforma agrária. Objetivo é satisfazer as necessidades do povo	sim

Definição e postura proposta frente a relação entre “capital e trabalho”

Comparação: A questão da regulação do trabalho e da construção de um estado de bem estar se transforma. No segundo programa estas questões se reduzem e dão lugar a um discurso mais amplo. A idéia de que o trabalhador é explorado está presente nos dois programas, contudo, no primeiro a saída é uma e no segundo, a saída é a mudança do sistema econômico. Os investimentos e a reforma agrária são pontos importantes que se mantêm relativamente, já que o mesmo posicionamento é encontrado nos dois momentos, porém no segundo as propostas aparecem aperfeiçoadas.

4) Relação entre economia capitalista e o aspecto social

Tema	Concepções encontradas no Programa de 1952	Concepções encontradas no Programa de 1970	mudou
1) Distribuição de renda	Realizar redistribuição mais equitativa da renda Lutar contra a desvalorização do peso e incentivar à poupança popular para melhorar o nível de vida	A crise afeta a todas as camadas exploradas. Chile é um país capitalista, dependente do imperialismo, dominado por setores da burguesia ligada ao capital estrangeiro, que não resolvem os problemas fundamentais do país, que derivam dos privilégios de classe que jamais renunciarão voluntariamente.	Sim

2) Salários	Instituir o 13º Salário, uma garantia para o trabalhador	todos os dias se rouba parte do salário dos trabalhadores por meio da inflação que está relacionada a estrutura capitalista do país. O capitalista se beneficia com a inflação Governo e organização dos trabalhadores definirão os valores reais do salário mínimo; se a inflação permanecer os salários serão reajustados Se estabelecerá um sistema de salário mínimo igual para todos os trabalhadores	Sim
3) estabilidade	Controle de preços de artigos de primeira necessidade. Criação de Central de Compras para acabar com o monopólio imperialista	Governos da burguesia à serviço do capitalismo nacional e estrangeiro, cujos intentos de mudança social afogaram no estancamento econômico, na repressão e na pobreza, o que demonstra que o reformismo é incapaz de resolver os problemas. O desenvolvimento do capitalismo monopolista nega a ampliação da democracia e exarceba a violência da classe Dominante contra o povo. A luta contra a inflação será pela transformação estrutural	Sim
4) Empresas	Fazer-las cumprir determinação legal de destinar parte de seus ganhos para a construção de casas para os trabalhadores. Investimento em setores específicos, em pequenos e médios produtores gerará desenvolvimento social.	Os capitalistas não se importam com as necessidades da população, A única alternativa existente é terminar com o domínio dos imperialistas, dos monopólios, da oligarquia e iniciar a construção do Socialismo no Chile. O Estado permite que os empresários produzam o que desejam mesmo prejudicando o povo e despedam os trabalhadores que pedem por melhores salários. Os lucros são levados para contas no exterior	Sim
5) Estatais e papel Estado	Nacionalizar os serviços básicos como transporte, gas, telefone e eletricidade, além das empresas de seguros	Os instrumentos de política econômica e social se constituirão de um sistema nacional de planificação para dirigir, coordenar e racionalizar a ação do Estado. Os planos deverão sempre ser aprovados pela Assembléia do Povo	Sim
6) Relações internacionais	Chile depende até de alimentos produzidos no exterior, o que influencia na sua posição semi-colonial e não desenvolvida.	Com o desenvolvimento do capitalismo mundial, a entrega da burguesia monopolista nacional ao imperialismo dos EUA aumenta se acentuando a dependência e o papel de sócio menor do capital estrangeiro. Impõem redução dos salários e intervêm na educação, cultura e nos meios de comunicação, penetrando também nas Forças Armadas. As classes dominantes levam o país ao aumento da dívida externa. Chile é um dos países mais endividados pois acreditou nos empréstimos e compromissos com banqueiros estrangeiros como forma de desenvolvimento econômico. Política internacional pretende afirmar a autonomia do Chile. Existirão relações	Sim

		com todos os países do mundo. Estabelecendo vínculos de amizade e solidariedade com países socialistas, com povos independentes ou colonizados, especialmente aqueles que estão realizando lutas de independência ou libertação. Promoção de forte sentido latinoamericanista e antiimperialista.	
7) Desenvolvimento	Industrialização e desenvolvimento agropecuário gerará melhora nas condições de vida e aumento da renda, melhorando a distribuição. Incentivo a pesca e ramos ligados e construção de frigoríficos, tornará mais barata a alimentação.	Objetivo Central das forças populares é substituir a atual estrutura econômica, terminando com o poder do capital monopolista e com o latifúndio construir o socialismo. O planejamento da produção irá voltar-se para artigos de primeira necessidade, baratos e de boa qualidade, substituindo a produção de artigos de luxo.	Sim
8) Reforma Agrária	Permitirá abastecer o país de alimentos, mais baratos, o que põe fim a crise da economia O estancamento da produção agrícola é o principal causador do baixo nível de vida do chileno	Os capitalistas não se importam com as necessidades da população. A economia chilena e o seu sistema agrário são insuficientes, forçando a importação de alimentos. O grande responsável pelos problemas alimentares, mortalidade infantil, analfabetismo, principalmente no campo, é o latifúndio. A Reforma Agrária é um processo simultâneo e complementar à transformação geral da estrutura política, econômica e social do Chile.	Não
Síntese	Reformas em busca de melhoria. Ou seja, o capitalismo administrado por uma perspectiva mais Estatal e preocupada como desenvolvimento social pode resolver os problemas públicos	Transformação do sistema econômico pode gerar melhorias. Somente o socialismo pode realizar a melhoria das relações entre capital e social pois o capitalismo é, em seu funcionamento, explorador, desigual, concentrador...	

Definição da relação entre economia capitalista e o aspecto social

Comparação: No item distribuição de renda percebe-se claramente a transformação do programa allendista: do incentivo à redistribuição e à poupança popular, para a crítica da burguesia e do sistema econômico chileno, transparecendo uma leitura mais socialista da relação entre capitalismo e o aspecto social. Quanto ao salário, no primeiro momento existe a preocupação de garantir algumas benesses do capitalismo, contudo no segundo, com a crítica do capitalismo, surgem propostas pós implementação do socialismo que passam pelas mesmas garantias propostas em 1952. Com relação à estabilidade a afirmação das características socialistas novamente surge: no primeiro momento o Estado participa com o controle da produção, no segundo com a reforma estrutural contra a burguesia. No primeiro momento, as empresas devem cumprir reivindicações que garantirão algumas vantagens sociais, mas no segundo momento, as empresas são causadoras dos problemas pois exploram, despedem, concentram renda e manipulam o Estado e a Economia pelos seus interesses. O papel do Estado, em 1952, é o de fornecer serviços primários, no segundo planificar a economia. Portanto, o capitalismo, no primeiro momento permite melhorias sociais se reformado e no segundo programa, apenas a transformação da economia em socialista pode conjugar melhorias sociais e desenvolvimento econômico.

5) Quais são os problemas fundamentais do país?

Tema	Concepções encontradas no Programa de 1952	Concepções encontradas no Programa de 1970	mudou
1) Economia	Chile é um país dependente, semi-colonial que adquire matéria para o desenvolvimento econômico e produtos	crise afeta a todas as camadas exploradas sistema não corresponde as necessidades. Chile é capitalista, dependente do	Não

internacional	<p>alimentícios no exterior o que faz com que ingresse pouca moeda estrangeira no país</p> <p>EUA e consórcio internacional impedem a colocação dos produtos chilenos no mercado</p> <p>Chile é dependente do açúcar estrangeiro e perde muitas divisas para obtê-lo.</p> <p>Acordos impedem que as frotas navais chilenas escoem a produção para outros países</p>	<p>imperialismo, dominado pela burguesia ligada ao capital estrangeiro, que não resolvem os problemas fundamentais, que se derivam dos privilégios de classe que jamais se renunciarão.</p> <p>Com o desenvolvimento do capitalismo mundial, a entrega da burguesia monopolista nacional ao imperialismo aumenta se acentuando a dependência e o papel de sócio menor do capital estrangeiro.</p>	
2) Indústria	<p>As indústrias de MP são norte-americanas</p> <p>Alta ingerência internacional nas indústrias chilenas e predomínio de capital estrangeiro</p> <p>Produz para exportação uma pequena variedade de produtos, minérios, o que mantém o país numa situação semicolonial.</p>	<p>Os capitalistas não se importam com as necessidades da população. O Estado permite que os empresários produzam o que desejam mesmo prejudicando o povo.</p> <p>Os trabalhadores são despedidos por pedirem melhores salários</p> <p>Os lucros são levados para contas no exterior</p> <p>Manipulam a distribuição de alimentos para provocar escassez e subir os preços</p>	Sim
3) Relações internacionais	<p>Preço dos produtos exportados chilenos são controlados pela Conferencia Internacional, organismo imperialista</p> <p>Pacto Militar fere a soberania chilena</p>	<p>O monopólio norte-americano, com a cumplicidade dos governos burgueses está se apoderando dos minérios, controlando o comércio exterior e ditando a política econômica por meio do FMI e de outros organismos. Impõem redução dos salários e intervêm na educação, cultura e nos meios de comunicação, penetrando também nas Forças Armadas.</p> <p>As classes dominantes são cúmplices e levam ao aumento da dívida externa.</p> <p>Chile é um dos países mais endividados pois acreditou que os empréstimos e compromissos com banqueiros estrangeiros produziram desenvolvimento. A defesa da independência do Chile implica denunciar a OEA, os pactos de assistência recíproca, ajuda-mútua e outros pactos efetuados com os EUA</p>	sim
5) Desenvolvimento e crescimento	<p>Bancos financiam grandes capitalistas que agravam o processo inflacionista</p> <p>Falta de concepção orgânica do governo sobre a economia, política e sociedade</p>	<p>O desenvolvimento do capitalismo monopolista nega a ampliação da democracia e exarceba a violência da classe dominante contra o povo</p> <p>O crescimento é mínimo, a alternativa é acabar com o domínio imperialista, monopólios, oligarquia e construir o Socialismo</p>	SIM
6) Estado	<p>Corrupção, ineficácia e favoritismo e não reconhecimento dos órgãos de representação dos trabalhadores</p>	<p>Governos da burguesia à serviço do capitalismo nacional e estrangeiro, cujos intentos de mudança social afogaram no estancamento econômico, na repressão e na pobreza, o que demonstra que o reformismo é incapaz de resolver os problemas. Os capitalistas não se importam com as necessidades da população, somente com as necessidades do capital</p> <p>Um grupo de empresários controla a</p>	sim

		economia chilena, ameaçando o Estado quando este não lhes favorece.	
7) Reforma Agrária	Principal causador da crise econômica chilena, do atraso, do baixo nível de vida é a estrutura agrária atrasada. Grandes Latifundiários, terras não exploradas, exploração do trabalhador, desregulação do trabalho rural. Falta tributação que começa a improdutividade	Os capitalistas não se importam com as necessidades da população. A economia chilena e o seu sistema agrário são incapazes de alimentar o povo, fazendo com que se tenha que importar alimentos. O grande responsável pelos problemas alimentares, mortalidade infantil, analfabetismo, principalmente no campo, é o latifúndio	NÃO
8) Salário	Os trabalhadores são explorados	A alta do custo de vida não acompanhada pelo aumento do salário, todos os dias se rouba parte do salário dos trabalhadores por meio da inflação, relacionada a estrutura capitalista. O capitalista se beneficia com a inflação	SIM
Síntese do aspecto analítico	O caráter semicolonial chileno, dependente dos EUA e vinculado aos demais organismos internacionais imperialistas. Exploração dos trabalhadores. Latifúndios improdutivos obrigam a importação de alimentos e de MP	Capitalismo, crise, burguesia, governo. O caráter semicolonial chileno, dependente dos EUA e vinculado aos demais organismos internacionais imperialistas. Exploração dos trabalhadores. Latifúndios improdutivos obrigam a importação de alimentos e de MP	

Definição dos problemas fundamentais do país:

Comparação: A diferença entre os programas reside na visão de que a burguesia chilena também é responsável pelos problemas, presente em 1970. Contudo, em 1952 essa leitura aparece um pouco deslocada para os demais países, especificamente os EUA. No fundo, os problemas permanecem os mesmos. A questão dos direitos dos trabalhadores diminui um pouco em 1970, provavelmente pelos governos de Ibáñez e Montalva que implementam um Welfare State embrionário.

6) Principais propostas relativas à economia

Tema	Concepções encontradas no Programa de 1952	Concepções encontradas no Programa de 1970	mudou
1) Salário e emprego	Reajustes automáticos do salário para acompanhar a inflação, Estabelecimento de salário mínimo, Instituir o 13 ^o Igualdade de Direitos dos Trabalhadores, férias e feriados pagos, gratificações Garantir trabalho a todos aqueles em idade para tal, com um salário adequado.	Governo e organização dos trabalhadores definirão os valores reais do salário mínimo; se a inflação permanecer os salários serão reajustados automaticamente. Os salários relativos aos cargos de confiança do Executivo serão limitados. Se estabelecerá um sistema de salário mínimo igual para todos os trabalhadores. Homens e mulheres receberam salário igual	Não
2)estabilidade	Buscar liquidar os monopólios através da Central de Compras. Controle dos preços de artigos de primeira necessidade. Lei de delito econômico e um comitê para cuidar deste tipo de crime Criação do Banco do Estado para o planejamento da produção e criação de poupança popular.	Terminar com o domínio dos imperialistas, dos monopólios, da oligarquia o Socialismo. Assegurar crescimento econômico rápido e descentralizado que tenda a desenvolver ao máximo as forças produtivas e o aproveitamento dos recursos humanos, naturais, financeiros e técnicos. Potencializar a produtividade do trabalho e satisfazer as exigências do desenvolvimento independente da economia, assim como, as necessidades e aspirações da população trabalhadora	SIM

3) Seguridade Social	Eliminar o comércio de seguros de trabalho instituindo a administração pelos próprios trabalhadores	As instituições de previdência e seguro social deverão ser Estatizadas. Unificar, melhorar e estender o sistema de seguridade social, mantendo as conquistas dos trabalhadores, eliminando privilégios e burocracia.	NAO
4) Relações internacionais	Relações comerciais, econômicas com todos os países do mundo, inclusive URSS, China, outras democracias populares e países da América Latina para acelerar o processo de industrialização e a formação de uma economia livre do controle dos monopólios imperialistas Romper com Conferencia Internacional de M-P Romper com Bretton Woods Romper Pacto Militar que fere Soberania nacional Rever contratos de cabotagem	Os EUA realizam controle tecnológico obrigando o Chile a pagar caro por equipamentos e patentes e realizar empréstimos pagando juros altíssimos Liberar o Chile da subordinação ao capital estrangeiro. Expropriar o capital imperialista, realizar uma política de autofinanciamento, fixar as condições de operação do capital estrangeiro que não será expropriado Realizar uma política de comércio exterior tendente a desenvolver e diversificar as exportações, abrir novos mercados, conquistar independência tecnológica e financeira e evitar a desvalorização da moeda Política internacional pretende afirmar a autonomia. Existirão relações com todos os países do mundo. A defesa da independencia do Chile implica denunciar a OEA, o pacto de assistencia recíproca e de ajuda-mútua	Não
5) Estatísticas nacionais, papel do estado	Nacionalização das indústrias e do comércio de minério. Proibir a transferencia para o exterior de urânio e outras matérias estratégicas Nacionalização dos serviços básicos de utilidade pública: transporte, gas, telefone, eletricidade. Nacionalização das seguradoras Criação do Conselho Nacional de Economia para planificar, orientar e processar os recursos do país	Terminar com o domínio dos imperialistas, dos monopólios, da oligarquia e construir o Socialismo Descentralização administrativa, conjugada com a planificação democrática que elimine o centralismo burocrático e o substitua pela coordenação de todos os organismos estatais Os instrumentos de política econômica e social se constituirão de um sistema nacional de planificação para dirigir, coordenar e racionalizar a ação do Estado. Constituição de uma área estatal, de um setor privado e de uma área mista	Sim
6) Produção e desenvolvimento econômico	Investir na produção para exportação. Desenvolver a indústria de madeira e celulose, química e conservação e outras que podem alcançar grande mercado interno. Indústria de MP e Bens de capital, refinaria de Petróleo, Modernização da exploração de carvão. Ampliação da pesca, criação de indústria de motores e ferramentas	O planejamento da produção irá voltar-se para artigos de primeira necessidade, baratos e de boa qualidade, substituindo a produção de artigos de luxo.	Sim/não
7) Infra-estrutura	Planos de Eletrificação para a indústria e transporte. Pondo fim a entrega da energia à empresas privadas e estrangeiras. Investimento em transporte para escoar a produção Aumento da frota naval para que os barcos	Estatizar a Infra-estrutura	Nao

	chilenos possam atuar no comércio internacional Organização da Corporação de Fomento para a indústria		
8) Tributos, impostos	Reforma Tributária. Diminuir imposto para assalariados que ganham mais que um salário mínimo, pequenas e médias empresas. Acabar com imposto para aqueles que ganham até um salário mínimo e impostos indiretos para produtos de primeira necessidade. Aumentar imposto para grandes capitalistas, quem ganha mais que \$500.000, empresas imperialistas e grandes proprietários de terra. Diminuição de benefícios à grandes indústrias Imposto sobre a mais-valia territorial, urbana e rural	Será simplificada a cobrança de tributos, patentes, impostos aduaneros, para empresas que permanecerem privadas após o início do processo de socialização da economia (se cumprirem as exigências) e será garantida a comercialização dos seus produtos. Fim das injustiças salariais.	sim
9) Reforma Agrária	Realizar Reforma Agrária e assim abastecer a população de alimentos baratos e acabar com a crise econômica O Governo deverá promover: Jornada de 8 horas, Salário mínimo, 13º salário, Acabar com a lei que impede sindicalização do campesino, Celebração de contrato de trabalho, Aplicar sobre-taxa para o arrendamento de propriedade.	A Reforma Agrária é um processo simultâneo e complementar à transformação geral da estrutura política, econômica e social do Chile. Nova organização agrária terá as cooperativas como princípio. No início se expropriará propriedades que excedam o tamanho limite. Poderão ser expropriados os instrumentos, animais, ferramentas, prédios, etc. As terras do Estado serão utilizadas para a Reforma	NAO
Síntese do aspecto analisado	As propostas prevêem a regulação das relações de trabalho, a melhoria dos salários, a instituição de direitos iguais para todos os trabalhadores e de segurança social. Rompimento de acordos internacionais considerados imperialistas e abertura para relação com todos os países. Desenvolvimento de empresas chilenas de bens e da exploração de matéria prima. Reforma agrária.	Construção de um projeto socialista. Melhorias de condições para os trabalhadores. Romper relação com países imperialistas e fortalecer laços com outros países, socialistas, latino-americanos e dominados. Planificação da Economia gerará aumento da produtividade e melhoria das finanças, além de empregos, salários justos e melhores condições para a população. Estatização de todos os setores. Reforma agrária.	

Definição das principais propostas relativas à economia:

Comparação: no segundo momento o programa apresenta a proposta de romper com o modelo de desenvolvimento capitalista chileno por meio da construção do socialismo. No primeiro momento não. A proposta de 1952 aparece muito mais como uma forma de melhorar o capitalismo do que acabar com ele.

7) Relação Sistema Econômico Nacional - Mundial

Tema	Concepções encontradas no Programa de 1952	Concepções encontradas no Programa de 1970	mudou
1) Estabilidade	Acabar com monopólios imperialistas	Executar todas as medidas que garantam a estabilidade monetária. A luta contra a inflação será realizada pela transformação estrutural	SIM

		Romper com organismos imperialistas internacionais	
2)Seguridade	Acabar com o comércio de seguros de trabalho. Criar um administrado pelos trabalhadores	As instituições de previdência e seguro social deverão ser Estatizadas	NAO
3)Relações internacionais	Relações comerciais, econômicas com todos os países do mundo para acelerar o processo de industrialização e a formação de uma economia livre do controle dos monopólios imperialistas. O Chile é um país semi-colonial que por meio de convênios econômicos, sociais, agrícolas, militares, se torna mais dependente dos EUA, perdendo controle das suas M-P, das indústrias e dos serviços, além do comércio exterior. Rompimento com Conferencia Internacional de M-P, Bretton Woods, Pacto Militar	Com o desenvolvimento do capitalismo mundial, a entrega da burguesia monopolista nacional ao imperialismo acentua a dependência . A exploração imperialista atua de diversas maneiras: na mineração, na indústria, nos bancos. Os EUA realizam controle tecnológico obrigando o chile a pagar caro por equipamentos e patentes, realiza empréstimos cobrando juros altíssimos e obrigam a transportar mercadorias nos seus barcos. O monopólio norte-americano, se apodera dos minérios, controlando o comércio exterior e ditando a política econômica por meio do FMI e de outros organismos. Impõem redução dos salários e intervêm na educação, cultura e nos meios de comunicação, penetrando também nas Forças Armadas. As classes dominantes são cúmplices. Chile é um países endividado pois acreditou que os empréstimos e compromissos com banqueiros estrangeiros produziram desenvolvimento Política internacional pretende afirmar a autonomia do Chile. Existirão relações com todos os países do mundo. denunciar a OEA como instrumento do imperialismo dos EUA, outros pactos que limitem a soberania, como os pactos de assistência recíproca e ajuda-mútua	NAO
4)Comércio internacional	O Chile importa produtos industrializados a preços altos e exporta mp a preços baixos As indústrias que exploram a MP são norte-americanas e impedem que os produtos chilenos ocupem lugar competitivo no mercado Criação de Indústria de açúcar de beterraba para evitar a perda de divisas da compra de açúcar Nacionalização do transporte comercial naval	Chile enfrenta crise que afeta a todas as camadas exploradas. Dependente do imperialismo, dominado pela burguesia ligada ao capital estrangeiro, Realizar uma política de comércio exterior tendente a desenvolver e diversificar as exportações, abrir novos mercados, conquistar independência tecnológica e financeira e evitar a desvalorização da moeda	NÃO
5)Sistema econômico nacional soberania	Desenvolvimento da eletrificação nacional, pondo fim a entrega das fontes de energia às empresas privadas e estrangeiras Refinaria de Petróleo do Chile Controle e planificação do Estado Reforma da Previdência e revisão de impostos deve lutar contra o imperialismo	O crescimento econômico chileno é mínimo. A proposta é terminar o domínio dos imperialistas, dos monopólios, da oligarquia iniciando o Socialismo. O Governo Popular descentralizará a administração e planificará eliminando o centralismo burocrático. Os instrumentos de política econômica e social serão um sistema de planificação para coordenar e racionalizar a ação do Estado.	SIM
6)	Proposta para romper com o Imperialismo	Descentralização administrativa,	SIM

Estatais, papel do estado	estrangeiro é a ampla estatização, retomada de controle do setor de minérios Nacionalização da Previdência	conjugada com a planificação democrática que elimine o centralismo burocrático e o substitua pela coordenação de todos os organismos estatais. Objetivo das forças populares é substituir a atual estrutura econômica, terminando com o poder do capital monopolista nacional, estrangeiro e com o latifúndio para construir o socialismo	
7) Produção	Desenvolvimento da Indústria de Exportação para romper o caráter unilateral da economia chilena. Desenvolvimento da indústria de celulose, madeira, química e conservação e outras. Estabelecer relações comerciais com URSS, China e todas democracias populares, além da América Latina Criação de Indústria Química pesada Indústria de Refinamento e de Celulose	constituição de uma área estatal de empresas nacionalização das riquezas básicas (minérios), sistema financeiro do país (banca privada e seguros), comércio exterior, grandes empresas e monopólios de distribuição, monopólios industriais estratégicos. Atividades básicas para o desenvolvimento econômico e social (energia elétrica, transporte, comunicação, toda indústria que envolve o petróleo e seus derivados, siderurgia, cimento, química pesada, celulose). O planejamento da produção irá voltar-se para artigos de primeira necessidade, baratos e de boa qualidade, substituindo a produção de artigos de luxo.	sim
8) Reforma Agrária	Criação de mercado de produtos advindos da Reforma agrária A reforma Agrária irá modificar a estrutura agrária.	Sistema agrário incapaz de alimentar o povo, fazendo com que se tenha que importar alimentos. O grande responsável pelos problemas alimentares, mortalidade infantil, analfabetismo, principalmente no campo, é o latifúndio A Reforma Agrária é um processo simultâneo e complementar à transformação geral da estrutura política, econômica e social do Chile. Nova organização agrária terá as cooperativas como princípio. No início se expropriarão propriedades que excedam o tamanho limite. Poderão ser expropriados os instrumentos, animais, ferramentas, prédios, etc. As terras do Estado serão utilizadas para a Reforma	
Síntese do aspecto analítico	Rompimento com acordos imperialistas e com monopólios internacionais. Iniciar relações com todos os países e tirar o Chile de sua condição semicolonial. Estado deve controlar a economia e criar um desenvolvimento autônomo.	Rompimento com acordos imperialistas e com monopólios internacionais. Iniciar relações com todos os países, principalmente com os socialistas. Modificar estrutura para criar o socialismo. Conquistar a independência e a autonomia econômica.	

Definição da relação Sistema Econômico Nacional – Mundial:

Comparação: Em ambos os momentos se defende o rompimento com os tratados internacionais e com os EUA em particular. A mesma idéia de independência e autonomia econômica estão presentes também nos dois momentos. Desenvolvimento da indústria e da exploração de matérias-primas por empresas chilenas e estatização de todos os setores necessários é outro elemento em comum.